



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Francisco Arrais Nascimento

**MEMÓRIA DA MILITÂNCIA:
a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do
movimento LGBT da região do Cariri cearense**

**Recife,
2015**

Francisco Arrais Nascimento

**MEMÓRIA DA MILITÂNCIA:
a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do
movimento LGBT da região do Cariri cearense**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração em Informação, Memória e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Assis Pinho

**Recife,
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

N244m Nascimento, Francisco Arrais
Memória da militância: a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense / Francisco Arrais Nascimento. – Recife: O Autor, 2015.
131 f.: il.

Orientador: Fábio Assis Pinho.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2015.
Inclui referências e apêndice.

1. Ciência da Informação. 2. Memória. 3. Análise do discurso. 4. Homossexualismo – Região do Cariri (Ceará). I. Pinho, Fábio Assis (Orientador). II. Título.

020 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-110)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

FRANCISCO ARRAIS NASCIMENTO

*Memória da militância: a contribuição da organização do conhecimento para
a memória do movimento LGBT da região do Cariri Cearense*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 23/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Assis Pinho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ca} Maria Virgínia Leal (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães (Examinador Externo)
Universidade Estadual Paulista



Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Av. Reitor Joaquim Amazonas S/N - Cidade Universitária CEP - 50740-570
Recife/PE - Fone/Fax: (81) 2126-7728 / 7727
www.ufpe.br/ppgci - E-mail: ppgciufpe@gmail.com



Dedico este trabalho dissertativo às vítimas da exclusão social em função das suas orientações sexuais que tiveram, tem e terão suas memórias apagadas, esquecidas ou soterradas pela historiografia que se pauta em u proselitismo heteronormativo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer se torna sempre uma árdua e complexa atividade devido aos muitos elementos constituintes do processo.

Logo agradeço ao meu orientador Dr. Fabio Assis Pinho pela construção, pelos conhecimentos compartilhados e pela confiança.

Aos professores Dr. Virgínia Leal e Dr. José Augusto Chaves Guimarães pelas contribuições nas minhas bancas de qualificação e defesa, sem dúvida o trabalho não seria o mesmo sem suas contribuições enriquecedoras.

Ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI – UFPE) por suas valiosas contribuições no processo de construção do Conhecimento, muito obrigado.

A Dra. Ana Maria Barros do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH – UFPE), por sua postura frente a vida. Minha admiração.

Agradeço a Andrea Carla Melo Marinho por sua compreensão, força e discernimento, por me ouvir pacientemente em diversos momentos. Obrigado.

Agradeço a Cintia Rodrigues, pela sua sobriedade e parceria, no processo de construção. Obrigado.

A Emanuella Maria Barbosa Lourenço Bezerra por seu afeto incondicional e acolhimento em momentos de fragilidade, muito obrigado.

A Doralice Rodrigues por sorrir mesmo quando tudo parece desabar, seu sorriso se manifestou muitas vezes como alento. Por isso nunca deixe de sorrir, muito obrigado.

A Marylu Souza por sua verdade segura, muito obrigado.

Aos meus parceiros, amigos e colegas de todas as horas, meu muito obrigado.

RESUMO

A Organização do Conhecimento pode contribuir para o entendimento de como está estruturada a linguagem da comunidade discursiva, a saber, comunidade está composta pelos ativistas e membros das Organizações não Governamentais de militância LGBT, por conta disso, objetivamos compreender a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da Região do Cariri cearense por meio da identificação das principais temáticas que emergem da documentação das Organizações não governamentais (ONGs) “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri” (GALOSC) e “Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO), para posteriormente, de modo verticalizado, analisar a contribuição para a reconstrução da memória do movimento homoafetivo efetuando o cruzamento dos dados com o discurso dos sujeitos (militantes) entrevistados, no intuito de promover a recuperação de tais informações e reconstruir a memória homoafetiva nesta região. Os resultados oriundos da análise dessa documentação e do discurso dos interlocutores participantes da pesquisa demonstraram que as principais temáticas que emergem tanto das atas como dos discursos dos sujeitos entrevistados são: a violência, nas mais diversas formas e naturezas, o direito e cidadania, de onde repercutem suas principais reivindicações e doenças sexualmente transmissíveis – DST/AIDS como forma de preconceito que ainda limita e marginaliza por meio dos ecos discursivos de décadas anteriores.

Palavras-chave: Memória. Análise Documentária. Tratamento Temático da Informação. Comunidade Discursiva. LGBT.

ABSTRACT

The Knowledge Organization can contribute to the understanding of how it is structured the language of discourse community, namely community is made up of activists and members of Non-Governmental Organizations of LGBT activism, because of that, we aim to understand the contribution of knowledge to the organization the reconstruction of the memory of the LGBT movement of Ceará Cariri Region by identifying the main themes that emerge from the documentation of non-governmental organizations (ONGs) "Support Group for Free Sexual Orientation Cariri" (GALOSC) and "Association of Defense Support and Citizenship of Homosexuals do Crato "(ADACHO), later in vertical mode, analyze the contribution to the reconstruction of the movement homoafetivo memory making the crossing of data with the speech of the subjects (militants) interviewed in order to promote recovery of such information and reconstruct the homoafetiva memory in this region. The results derived from the analysis of that documentation and discourse of research participants interlocutors have shown that the main themes that emerge both from the minutes as the speeches of the subjects interviewed are: violence, in various forms and nature, law and citizenship, where reverberate its main CLAIMS and sexually transmitted diseases - STD / AIDS as a form of prejudice that still limits and marginalizes through discursive echoes of previous decades.

Keywords: Memory. Documentary analysis. Theme on data processing. Community Discourse. LGBT.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: BRASÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO DE PORTUGAL: O RAMO DE OLIVEIRA REPRESENTA A “MISERICÓRDIA” E A ESPADA A “JUSTIÇA”, LEMA E CARISMA DESTES TRIBUNAL.....	20
FIGURA 2: GRAVURA DE 1741 (AUTOR DESCONHECIDO) SATIRIZA PADRES SODOMITAS EM UM BANQUETE DENTRO DE UMA IGREJA.....	24
FIGURA 3: ATO PÚBLICO REALIZADO EM FRENTE AO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, EM 13 DE JUNHO DE 1980.....	38
FIGURA 4: REVISTA ITAYTERA CONTEVE O ARTIGO INTITULADO “PSIQUISMO HEMAFRODÍTA” DE AUTORIA DO PE ANTÔNIO DE ALCÂNTARA, TIDO COMO O PRIMEIRO REGISTRO DA EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS HOMOSSEXUAIS NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE.....	43
FIGURA 5: REPRESENTAÇÃO DAS MICROESTRUTURAS COM O TEMA “VIOLÊNCIA CONTRA LGBTs NO CARIRI CEARENSE”.....	49
FIGURA 6: REPRESENTAÇÃO DAS MICROESTRUTURAS COM O TEMA “DST/AIDS” NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE.....	54
FIGURA 7: REPRESENTAÇÃO DAS MICROESTRUTURAS COM O “TEMA DIREITOS E CIDADANIA LGBT”.....	58
FIGURA 8: CAPA DA REVISTA VEJA DA EDITORA ABRIL DATADA DE 26/04/1989.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: GRUPOS/ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL, DIVIDIDOS POR REGIÃO EM 1998	40
GRÁFICO 2: GRUPOS/ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL, DIVIDIDOS POR REGIÃO EM 2014	41
GRÁFICO 3: RELAÇÃO SUSPEITO-VÍTIMA SEGUNDO O RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL DO ANO DE 2012	51
GRÁFICO 4: CASOS DE AIDS EM PACIENTES COM 50 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO ANO DE DIAGNÓSTICO, CEARÁ, 2001 A 2012	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DESCRIÇÃO RESUMIDA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO.....	39
TABELA 2: CASOS DE AIDS EM 13 ANOS E MAIS DE IDADE, SEGUNDO CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E ANO DE DIAGNÓSTICO. CEARÁ, 1985 A 2012.....	57
TABELA 3: ABORDAGENS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	62
TABELA 4: MICROESTRUTURAS COM MAIOR RECORRÊNCIA	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADACHO - Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato.

AIDS - (Inglês) Acquired Immunodeficiency Syndrome.

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis.

GALOSC - Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri.

GGB - Grupo Gay da Bahia.

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana.

LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, interssexuais.

MHB - Movimento Homossexual Brasileiro.

SIDA - Síndrome da imunodeficiência adquirida.

SINAN - Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A QUESTÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	18
3 A DOCUMENTAÇÃO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NO CARIRI CEARENSE	42
3.1 Análise documental	47
3.2 Identificação das temáticas	48
3.3 Aboutness	59
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	62
4.1 Análise de domínio como subsídio a Organização do Conhecimento (O.C.) e a reconstrução da memória	62
4.2 A cartografia de documentos	66
5 A MEMÓRIA DOCUMENTAL DA HOMOSSEXUALIDADE NO CARIRI CEARENSE: CARACTERIZAÇÃO DE UM DOMÍNIO A PARTIR DAS ATAS DAS ONGs E DO DISCURSO DOS MILITANTES	71
5.1 Análise das atas e do discurso dos militantes	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE	95

1 INTRODUÇÃO

Assim sob a óptica da Ciência da Informação a identificação de assuntos (necessária no processo de compreensão e análise em estudos na área), ocorrida comumente na etapa analítica de um documento submetido ao tratamento temático, constitui um campo de estudo ainda em desenvolvimento e que necessita de metodologias que auxiliem o leitor na seleção de conceitos que propiciem os subsídios necessários à elaboração dos produtos documentários decorrentes desse processo. Conceitos esses que apesar de terem evoluído no decorrer da história ainda se encontram em construção uma vez que, se tratando da sexualidade humana, uma possível taxonomia se torna complexa dada as múltiplas formas de manifestação da mesma, mesmo em contexto da homossexualidade, não obstante de tal teor de complexidade os atravessamentos que tal grupo social sofre no contexto social, político, econômico e dos Direitos Humanos torna complexa e embrincada a reconstrução e compreensão de tais contextos.

Assim, considerando-se como característica da Ciência da Informação (CI) a Interdisciplinaridade como apresentado por Le Coadic (2004) e Saracevic (1996), compreendemos que seus objetos fazem parte de um processo dinâmico de desenvolvimento, constituído de relações com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, as ciências humanas, sociais e exatas o que estimula uma relação de interação entre áreas que propicia uma abordagem que perpassa as mais diversas áreas com o objetivo de compreender, organizar, preservar e disseminar a informação.

A escassez de pesquisas, especialmente no Estado do Ceará, relativas a Organização do Conhecimento sobre a memória do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Indivíduos em inconformidade com o gênero - LGBT, pode estar atrelada a uma forte relação entre machismo, a heteronormatividade e a visibilidade da atuação política. Portanto, pode-se observar uma incipiência de estudos que coadunam a Organização do Conhecimento e a Memória da Homoafetividade, tratando-as, por conseguinte, como uma estratégia significativa de desenvolvimento e informação para a população em geral.

Diante disso, a pesquisa em questão tende a elucidar como, apesar da lei da identidade única, monolítica e homogênea evidenciada na região do Cariri cearense e principalmente nas cidades de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte¹ tida como território sagrado, no seu interior e a partir das margens emergem subjetividades dissonantes que deslocam ou desafiam o coro

¹ Principal cidade da região do Cariri cearense sendo o polo de maior concentração e atuação do movimento LGBT.

oficial da cultura da heterossexualidade predominante e arraigada no âmbito cultural local, os homossexuais se materializam a partir não somente de suas relações ou de seu processo de militância, mas da criação de produtos e projetos culturais de gênero, capazes de provocar, ainda que embrionariamente, um mercado cultural, uma economia da cultura, criativa e da diversidade e de todo um discurso homoafetiva.

É possível detectar, dentro do espaço pesquisado, um ambiente, território ou fronteira de expressão, onde se apresentam olhares diferentes que aplicam à região do Cariri, principalmente a cidade de Juazeiro do Norte, contornos híbridos de processos de criação, militância política e mesmo de aplicação das políticas públicas os quais são responsáveis tanto por emergir, como se auto afirmar, dentro da sociedade como sujeitos homoeróticos. Eles se posicionam e inspiram a construção de terreiros da diversidade sexual e cultural, bem como, alavancam uma política militante e uma economia da cultura que se movimenta através dos seus produtos, criados tanto por esses setores sociais, por processos culturais ou por singularidades locais.

A militância de classe, raça, etnia e de gênero, principalmente, ficou de fora da historiografia local. O que se observa é uma identidade calcada no padrão branco, masculino, heterossexual em que se sobressai uma elite letrada. Mostrar, o revés desse discurso, como essas identidades construídas obrigam e abrigam a formação de um discurso machista como se pode observar através dos altos índices de violência de toda natureza contra mulheres e homossexuais, onde a sexualidade, situada como diferença não obteve respaldo social de nenhum setor da sociedade, como podemos observar nas mais diversas mídias do cenário estadual e nacional, apesar dos números serem muitas vezes contraditórios dado as subnotificações.

Por isso, devido à existência de uma grande atuação política de cunho militante e de acervos documentais nas Organizações Não Governamentais (ONG's) de militância LGBT na região do Cariri cearense, além da larga produção de documentos pelos próprios militantes LGBT, essa pesquisa se justifica porque contribui para a construção da imagem acerca do movimento LGBT na região do Cariri cearense, delineando a imagem da própria militância e, dessa forma, comprovando que a produção de acervo documental acerca do movimento LGBT, bem como sua preservação e visibilidade podem trazer reconhecimento da construção socio-política e econômica da região. Não obstante, esta pesquisa se justifica também pelo fato de que os fenômenos que resultam no desenvolvimento de práticas aplicáveis aos problemas de organização e acesso às informações documentais, estão baseados no pressuposto de que a área de Organização do Conhecimento, da Ciência da Informação,

dispõe do aparato teórico-prático necessário no que diz respeito à produção, tratamento e recuperação do conhecimento.

Dessa maneira, o acúmulo documental e, conseqüentemente, de conhecimento registrado e socializado, nas ONG's, nos processos criminais envolvendo sujeitos LGBTs configura-se em um terreno fértil para pesquisas no âmbito da Organização do Conhecimento, uma vez que, Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149) lembram que se trata de uma área que se dedica ao “estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas de planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar [...] seus atos”.

Dessa forma, a pesquisa em questão, em nível de mestrado acadêmico, objetiva analisar como a organização da informação auxilia na construção da memória do movimento LGBT na região do Cariri cearense. Com isso, pretende-se destacar as principais temáticas que emergem da documentação das Organizações Não Governamentais (ONG's) “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual²” do Cariri (GALOSC), da “Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO) e da Associação de Apoio, Defesa e Cidadania dos Homossexuais (AADECHO) da região do Cariri cearense, de modo a visualizá-las através de mapas conceituais para, posteriormente, de modo mais verticalizado, analisar a contribuição para a reconstrução da memória do movimento homoafetivo efetuando o cruzamento dos dados com o discurso dos sujeitos entrevistados. Ressalto que a homossexualidade não é o tema central da pesquisa aqui proposta, pois o mesmo não pertence à Ciência da Informação; a mesma é o foco da abordagem.

A relevância deste estudo pode ser verificada a partir das contribuições que possam trazer à compreensão da construção histórica do Movimento Homossexual no Brasil (MHB) e principalmente na região do Cariri cearense, além de contribuir de maneira a fortalecer a linha de pesquisa: “Memória da Informação Científica e Tecnológica” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), do Departamento de Ciência da Informação vinculado ao Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Organizamos esta dissertação em seis capítulos: o primeiro “Introdução” compõe o presente capítulo, momento de explanação do trabalho como um todo, objetivos, etapas de desenvolvimento e a metodologia utilizada no estudo. No segundo capítulo, “A Questão da

² Orientação sexual é a maneira pela qual o desejo sexual se orienta e se manifesta para os homens e as mulheres.

Homossexualidade no Brasil: Aspectos Históricos e Conceituais”, trabalhamos os aspectos históricos e conceituais sobre a homossexualidade e sua evolução no tocante a construção e tratamento social dada a tal prática.

O terceiro capítulo, “A Documentação Sobre a Homossexualidade no Cariri Cearense” apresenta uma retomada do tema a partir de referenciais que nos permitem adentrar ao espaço analisado das ONGs e começa a desenvolver uma prévia do que será analisado. Desse modo é apresentado todo o cenário e as principais representações geradas a partir das primeiras análises documentais. Compreendemos que a Ciência da Informação, apresenta uma abordagem transdisciplinar permite interagir com outros campos do conhecimento, contribuindo com a sua estrutura teórica e prática para a informação na área da Comunicação em busca do conhecimento contextualizado, fazendo um cruzamento, validando a captação dos processos informacionais com a memória das atas das ONGs e do discurso dos ativistas, corroborando para uma reconstrução verossímilhante do movimento LGBT na região do Cariri cearense.

No quarto capítulo, “Análise de Domínio como Subsídio a Organização do Conhecimento (O.C.) e a Reconstrução da Memória” apresentamos a relação estabelecida entre a análise de domínio, a Organização do Conhecimento e o objetivo central de tal pesquisa que seria a reconstrução da memória do movimento LGBT na região do Cariri. Para tanto se fez uso de aporte teórico arraigado nas pesquisas de Tennis (2002,2003), Smiraglia (2012) e Hjørland (1995, 1998, 2002, 2003, 2005).

Já no quinto capítulo, “Procedimentos Metodológicos”, traremos as contribuições de estudiosos, tais como Pêcheux (1984, 1990), Orlandi (1990, 2003, 2009) e Charaudeau (2013), os discursos que entram em jogo na construção das atas e discursos dos militantes, a materialidade e procedimentos de análise.

No sexto capítulo, “A Memória Documental da Homossexualidade no Cariri Cearense: Caracterização de um Domínio a Partir das Atas das ONGs e do Discurso dos Militantes” apresentamos as análises e observações sobre a construção do domínio a partir das atas e dos discursos dos militantes que contribuíram com essa pesquisa, além de elencar as microestruturas recorrentes na análise do material e sua composição discursiva. Tendo como intuito de aprofundar nossas análises, fazendo uso do cruzamento dos discursos tanto das atas como do que fora colocado pelos militantes.

Assim, a contribuição desta pesquisa configura-se em inserir o conteúdo das atas como forma de reconstruir a memória, a partir das informações disponíveis, merecendo destacar o

trânsito com o social, cultural e político na estrutura de captura do conhecimento e buscando tornar compreensível a relação com a compreensão do objeto investigativo.

2 A QUESTÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Em uma pesquisa de dissertação não há espaço para retroceder tanto no tempo, a ponto de reconstruir de forma fidedigna toda a história das homossexualidades ou mesmo do próprio movimento LGBT e, com isso, dar a essa “movimentação homossexual” do passado o lugar devido. Dessa forma, irei manter o recorte temporal necessário a uma compreensão verossímil e complexa.

Segundo Gadelha (2009) em tempos hodiernos, a categoria gênero, emerge no discurso cultural sob o ponto de vista relacional-plural, ou seja, o gênero, além de ser construído no âmbito das relações sociais, pode referir-se tanto ao sexo propriamente dito como erroneamente o conceito de gênero é associado, aos objetos, as pessoas, aos sentimentos, aos afetos entre tantos outros. A medida em que o conceito implica que a configuração social produz significados de masculinidade e feminilidade, sem necessariamente estas se resumirem ao aspecto sexual, as justificativas para a desigualdade entre os agentes precisam ser buscadas não na biologia mas sim na história e na produção de tal conceito e de seus atravessamentos sob a égide de discursos diversos.

No entanto, afirmar a historicidade do gênero e pensar o mesmo como relacional, não significa associa-lo a papéis masculinos ou femininos, Gadelha (2009) mas sim vislumbrar toda uma gama de manifestações da sexualidade. Segundo Louro (2003), prender-se a tal associação é reificar o conceito de gênero à esfera das relações interpessoais diretas. Essa reificação é problemática dado a exclusão das múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades, como também as complexas redes de poder, que através da linguagem, das ações e das representações constituem diferenças de gênero. Sob a óptica relacional, o gênero apresenta a possibilidade de ser plural, ou seja, um entremeio matizado entre masculinos e femininos. Assim segundo Bourdieu (2002, p. 31):

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo (...) No caso em que, como se dá nas relações homossexuais, a reciprocidade é possível, os laços entre a sexualidade e o poder se desvelam de maneira particularmente clara, e as posições e os papéis assumidos nas relações sexuais, ativos ou passivos principalmente, mostram-se indissociáveis das relações entre as condições sociais que determinam, ao mesmo tempo, sua possibilidade, sua significação.

Dessa forma podemos compreender melhor como funcionaria todo o emaranhado social de construção das homossexualidades que negociam de forma não passiva sua posição

social dentro de um contexto heteronormativo. Assim Butler (2003) aponta que o gênero refere-se a outras interações sociais, desconstrói a ideia implícita dos papéis de que ele (o gênero) é apenas um atributo das pessoas como sujeito, uma identidade operante pela lógica homem-masculino e mulher feminino. Segundo Gadelha (2009), sob uma abordagem relacional, a própria noção de pessoa refere-se as relações sociais, especificáveis que a determinam. Sendo o gênero uma relação, esta afeta a pessoa, as imagens construídas pelas pessoas sobre si e sobre os outros.

As homossexualidades têm sido, nos últimos quatro mil anos, nas diferentes civilizações que serviram de matriz à cultura ocidental, rotulada por diversos termos atrozes que refletem o alto grau de reprovação associado a performance erótico-afetiva: abominação; crime contra a natureza; pecado nefando; vício dos bugres; abominável pecado de sodomia; velhacaria; “descaração”; desvio; doença; viadagem; frescura³.

Os discursos que permeiam tal construção histórica não foram consolidados apenas por meio de sermões, leis e edificações, mas em forma de punições severas aos praticantes de modalidades alternativas de sexualidade⁴, onde destaco a homossexualidade como principal forma. Aqui, a uma forma de pensar a homossexualidade de forma múltipla, daí acrescentar o “s”, assumindo uma posição que pactua com a compreensão da diversidade, inclusive dentro da própria diferença.

Para que possamos compreender as origens desse discurso atroz contra as homossexualidades em tempos hodiernos, se faz necessário uma reconstrução histórica de tal prática no Brasil, pois o contexto fora construído sob atravessamentos de diversos discursos onde se pode destacar o discurso religioso, vindo da metrópole portuguesa que se alastrou por todo o “novo mundo”.

No século XIV, os ideais de conduta defendidos pela Igreja estavam disseminados na sociedade. De acordo com esse código moral, as relações sexuais se restringiam ao casamento, desde que se respeitasse o “critério de normalidade”: a penetração vaginal numa posição pré-determinada, para que não se desviasse daquilo desejado por Deus. Todas as outras formas de manifestação da sexualidade estavam contaminadas pelo demônio, condenando, assim, seus praticantes ao inferno. Segundo Foucault (2001, p.17):

O valor do próprio ato sexual: o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte [...] A delimitação do parceiro legítimo: o cristianismo,

³ Wayne Dynes (ed.), *Encyclopedia of Homosexuality*, New York, Garland, 1990; *Homolexis: a Historical and Cultural Lexicon of Homosexuality*, New York, Gai Saber Monograph, 1985.

⁴ Na pesquisa aqui apresentada tal colocação será empregada como alternativa ao termo homossexualidades, uma vez que no período em questão a palavra ainda não existia mas sim o emprego de termos como “sodomita”, “pecador”, “praticante do pecado nefandun”, “sujo”, desviante” entre outros.

diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só o teria aceito no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugalidade, lhe teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente procriadora. A desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo: o cristianismo as teria excluído rigorosamente, [...].

Durante o período histórico compreendido entre os anos de 1536 e 1821, perdurou em Portugal e em suas colônias, dentre elas o Brasil, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, cujos registros revelam que mais de 300 moradores do Estado da Bahia tiveram seus nomes citados em diferentes livros de registro e denúncia de confissões nos Cárceres do Tribunal de Lisboa, suspeitos de serem culpados, sobretudo nos crimes de heresia, judaísmo, feitiçaria, homossexualidade e bigamia. Para tanto utilizamos os estudos acerca da história da homossexualidade na obra de Mott (1989, 2010, 2013) e Trevisan (2002).

Figura 1: Brasão do Santo Ofício da Inquisição de Portugal: o ramo de oliveira representa a “Misericórdia” e a espada a “Justiça”, lema e carisma deste Tribunal



Fonte: Mott, Luiz. Bahia: inquisição & sociedade / Luiz Mott. - Salvador: EDUFBA, 2010. 294 p.

Entre as punições por degredação⁵ estavam muitos acusados de sodomia, sendo importante assinalar que segundo Almeida (1992, p. 103), para as instituições eclesiásticas, o grau mais agudo de desordem situava-se na categoria dos atos “contra-natura” e seus aparentados, cuja “loucura” como que escapava aos parâmetros da luxúria usual. Assim os acusados de tal desordem foram enviados as colônias portuguesas e espanholas como forma de punição pela prática do pecado *nefandun*. Ao adentrar os cárceres inquisitoriais de Portugal podemos compreender melhor como o discurso e toda estrutura social construiu e transformou

⁵ Castigo aplicado aos ditos criminosos seja pela legislação da inquisição seja pela legislação secular em que a pena não poderia ser de morte, mas que também não poderia ficar impunemente solto transitando em sociedade. Normalmente os degredados eram enviados as colônias e novas terras nas Américas e África.

a pratica homossexual⁶ em pratica perversa plausível de punição pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e pelos tribunais seculares. Na pesquisa em questão, o termo discurso será empregado em toda a pesquisa aqui apresentada como um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são apenas linguísticas ou formais, mas reproduzem uma série de decisões historicamente determinadas, assumindo, em sua maioria, a faceta de dispositivo de coerção e modelação social, utilizado como forma de controle.

Segundo Mott (2010), no ano de 1553, foi preso e degredado para o Brasil o primeiro homossexual oriundo da cidade de Évora - Portugal, o cirurgião Felipe Correia. Até o ano de 1665, foram processados 42 fanchonos⁷, dos quais três morreram queimados na Praça Grande e, os demais, degredados pelo período de 3 a 10 anos, para as Galés, África ou Brasil⁸.

Dessa forma, pode-se afirmar que depois dos cristãos-novos⁹, os homossexuais foram os mais perseguidos pela Inquisição portuguesa, em que cerca de trinta homens ditos “sodomitas” foram condenados à morte por fogueira. Tal afirmação pode ser comprovada por meio da análise dos registros de torturas e degredações em que tais “pecadores” representam a maior parte dos sujeitos punidos por formas de castigo mais violentas e rígidas que as dos demais acusados, seja por bigamia, feitiçaria, heresia e judaísmo. Ressalta-se, ainda, que metade dos acusados foi condenada a remar para sempre nas galés del Rei, Mott (2010).

Os acusados de sodomia eram punidos, mas somente os praticantes do que a Inquisição classificava como “sodomia perfeita¹⁰”. Os demais atos homoeróticos¹¹ eram considerados pecados graves, “*molice ad invicem*”¹² ou “*molice*”¹³.

⁶ O Papa Inocêncio VIII (1484-1495) promulgou uma bula, *Summis desiderantes affectibus*, especialmente para justificar e encorajar a caça às feitiçarias. A bula alegava que os demônios, chamados *incubos* (masculinos) e *súcubos* (femininos), adotavam formas humanas para manter relações sexuais violentas com pessoas desprevenidas, assim causando natimortos, impotência e esterilidade. Qualquer ser humano podia ser um demônio, sobretudo o que fosse atraente e sedutor e que tentasse o outro para a união sexual. [...] Mais tarde, acreditou-se que os homossexuais condenados podiam ser filhos de tais uniões, Spencer (1999, p.124).

⁷ Termo utilizado para indicar homossexuais masculinos no período inquisitorial.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Évora, Processos nº 8.874, 11.340, 5.013, 7.889.

⁹ Expressão utilizada para categorizar os judeus recentemente convertidos ao cristianismo. O termo tinha diversos significados dependendo das nações em que era empregado. Na Espanha, por exemplo, o cristão-novo era chamado de marrano, que, em português, significa porco. Neste caso, configura-se uma das primeiras formas de antissemitismo declarado da História.

¹⁰ O termo “sodomia perfeita” era utilizado para referir-se a penetração e ejaculação dentro do ânus. Segundo Toda a legislação Inquisitorial e Civil relativa ao pecado de sodomia pode ser encontrada no artigo Crimes e delitos sexuais em Portugal na época das ordenações, de Aguiar, Antônio Asdrúbal. Arquivo de Medicina Legal, v. III, março de 1930.

Algumas observações se fazem necessárias para a compreensão de tal cenário histórico complexo. Segundo análise, a sodomia não foi estigmatizada e perseguida em todos os tribunais do Santo Ofício espanhol ou português em seus primeiros anos. Isso revela que fatores históricos, políticos e culturais estariam por trás do maior ou menor radicalismo da perseguição católica por meio dos tribunais do Santo Ofício. Logo, pode-se perceber que tais tribunais formam, na verdade, uma ferramenta de coerção social que tinha por objetivo docilizar e condicionar os sujeitos a uma ordem socialmente construída e influenciada diretamente pelos padrões religiosos predominantes na época. Tal afirmação pode ser comprovada pelas variações seja nas penas ou castigos seja nas contradições da condenação moral dos denominados desviantes sexuais.

Segundo Mott (1989), a sodomia era uma prática comum tanto entre os nobres quanto entre os extratos sociais mais baixos. Estava, assim, presente em todas as camadas sociais, inclusive entre os eclesiásticos.

Ainda segundo Mott (1988), a Inquisição podia agir contra os *somítigos*¹⁴, mesmo que fossem do clero secular, das ordens religiosas, súditos da Sé Apostólica, presbíteros e Ordens Militares. Amparados pelas bulas papais de Pio IV e Gregório III, o Santo Ofício cumpria o seu papel ao perseguir os “culpados”, não importando se estavam, ou não, no seio religioso.

O denominado inquisidor Nicolau Eymerich afirma em nota que mesmo padres poderiam ser torturados para que se obtivesse a verdade e, nesse caso, apenas a suspeita já seria suficiente para uma condenação. Assim, podemos compreender como se configurava o sistema de dispositivos de coerção social que vigorava de forma contundente no período inquisitorial. Segundo Eymerich (1993, p. 211):

[...], porém, os sacerdotes e monges serão torturados com menos rigor, em respeito ao seu ministério e para não incorrer na excomunhão, reservada a quem colocar a mão em cima deles. A menos que fortíssimas suspeitas justifiquem torturas mais violentas [...] Padres e religiosos não serão torturados por leigos, e sim por um sacerdote ou religioso, a menos que se encontre religioso ou padre que saiba torturar.

¹¹ O termo “Homoerótico” funcionará nesse capítulo como uma categoria semântica, “ponte” vazia de significado, mas suscetível de uma interpretação e compreensão de fenômenos que nos permitam relacionar contextos espaço-temporais diferenciados. A categoria de referência é sempre a heterossexualidade compulsória no sentido que adquire na cultura ocidental. Por isso mesmo, tanto uma genealogia como uma história, mesmo que se remontem a tempos em que a homossexualidade supostamente não existia, supõe a análise de comportamentos materiais que em tempos hodiernos comporta o termo homossexual, mas em relação aos sentidos que adquiriram em diversas épocas e lugares, ou seja, de acordo com as condições sociais de produção de corpos. Ver Figari (2007).

¹² Denominação do ato de masturbação mútua, onde sujeitos do mesmo sexo em prática homoerótica praticavam masturbação, sem a consumação do ato sexual, ou seja, sem penetração.

¹³ Bononiense, Fr. Sabino, OFM: Luz Moral, Oficina A.I Fonseca, Lisboa, 1737, · 167 ·p. 265; Flandrin, J.L. *Le sexe dans l'Occident*. Paris: Seuil, 1981, p. 340.

¹⁴ Somítigo, termo popular para “sodomita”, praticante do abominável e nefando pecado de sodomia, o mesmo que homossexual.

Os registros do Tribunal do Santo Ofício guardam diversas notas de acusações e penas recebidas pelos clérigos que incorreram no crime sexual. Dentre elas podemos citar: prestação de serviço nas galés, degredo para África e Brasil¹⁵, sequestro de bens, além de alguns terem recebido a pena capital. Ainda Segundo Mott (1989), nove religiosos foram queimados pela Inquisição lusitana. É necessário ressaltar que, no Brasil, existem poucos registros de aplicação de pena capital para os sodomitas. Dentre os poucos registros destaca-se a condenação do índio da etnia Tibira¹⁶ Tupinambá do Maranhão, executado por “boca de canhão” pelos capuchinhos franceses, sob o comando do religioso Yves d’Evreux, na cidade de São Luís, século XVII¹⁷. Em sua maioria os sodomitas do “Novo mundo” receberam penas mais “brandas” como o degredo para as galés ou para outras colônias lusitanas. Além disso, não existe registro de aplicação de penas por sodomia em mulheres pelo Tribunal do Santo Ofício no Brasil, não sendo esse uma certificação de que a prática não existia, segundo Trevisan, (2000, p. 65).

Mas entre os costumes devassos dos habitantes desse paraíso tropical, nada chocava mais os cristãos da época do que a prática do ‘pecado nefando’, ‘sodomia’ ou ‘sujidade’ – nomes então dados à relação homossexual que, segundo o pesquisador Abelardo Romero, ‘grassava há séculos, entre os brasis, como uma doença contagiosa’.

No Brasil, ou no Novo Mundo como o mesmo fora retratado em muitos documentos oficiais, a sodomia passou a ser equiparada ao crime que lesava a Majestade, sendo punida com a pena de fogo, confisco dos bens e infâmia sobre os filhos e descendentes do condenado. O estado da Bahia não seria o único espaço geográfico onde se registraram a ocorrência de práticas do “pecado *nefando*”. Em virtude das denúncias, membros do clero do estado de Sergipe foram inscritos em manuais de registros e penas do Santo Ofício, no século XVII, que enviaria um Sumário Inquisitorial, liderado pelo Frei Inácio da Purificação, primeiro inquisidor a visitar as terras sergipanas.

¹⁵ É importante ressaltar que a punição por degredo era também uma forma de colonizar, ocupar as regiões pertencentes à Coroa portuguesa, além de penalizar os ditos criminosos.

¹⁶ O martírio do índio Tibira é descrito detalhadamente pelo missionário Yves d’Evreux em seu livro “História das Coisas Mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614”.

¹⁷ Luiz Mott, A Inquisição no Maranhão, São Luís, Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1994.

Figura 2: Gravura de 1741 (autor desconhecido) satiriza padres sodomitas em um banquete dentro de uma igreja



Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional. Edição de outubro de 2011.

Segundo Mott (1989) as práticas sodomitas eram comuns e documentadas em todas as esferas da sociedade e instituições, sejam religiosas ou políticas. No ano de 1821 foi extinto o Tribunal do Santo Ofício em Portugal, após todo um processo marcado pela decadência de tal instituição. No Brasil, com a promulgação da primeira Constituição, em 1824, a sodomia deixava, finalmente, de ser crime.

Na transição dos séculos XVIII para o XIX o discurso religioso começa a dar lugar ao discurso médico-científico que ganha espaço dentro da sociedade. Nesse período começa a adentrar à trama social o discurso que vigorará até a década de 1990 e que ainda apresenta ecos em tempos hodiernos. A instituição Igreja teve e ainda usufrui de um papel de destaque no fortalecimento de valores culturais. Entretanto, não foi apenas a religião que contribuiu para uma cultura de violência contra os praticantes de modalidades alternativas de sexualidade, principalmente as homossexualidades que ocupam o lugar do não-lugar dentro da sociedade, tendo em si uma existência condicionada à norma, que faz uso das homossexualidades como um referencial para ajustar a conduta dos sujeitos que a seguem representando com isso aquilo que não é certo, natural, justo, ético, moral, aprovável e não pecaminoso.

Dessa forma, a ciência e os discursos médicos dos séculos XVII-XIX difundiram normas de regulamentação das práticas sexuais. E, segundo Foucault, criou-se, nesse

momento, um aparelho que, ao multiplicar os discursos sobre o sexo, a sexualidade e suas práticas, visava produzir discursos sobre o sujeito. Segundo Foucault (1998, p. 233):

Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la como objeto de análise médica, ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e controles novos [...] Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes o fogo, ainda no século XVIII – mas que eram inevitavelmente raras). A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global com loucos, como doentes do instinto sexual

Com isso, tem-se uma forma de regularização e docilização dos corpos por meio de um condicionamento dos sujeitos a norma. Segundo Foucault (1988, p.67):

[...] Desde o século XVI, esse rito fora pouco a pouco desvinculado do sacramento da penitência e, por intermédio da condução das almas e da direção espiritual – *ars artium* – emigrou para a pedagogia, para as relações entre adultos e crianças, para as relações familiares, a medicina e a psiquiatria (...), um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos de escuta clínica [...].

Segundo Chauí (1985), tal mudança de perspectiva não significa um avanço na liberação sexual ou numa diminuição da repressão social que vem sendo construída no decorrer do tempo, mas a passagem a outras formas repressivas que funcionem de forma mais eficiente e que servem ao propósito da “normalização”. Assim Trevisan (2000, p.171) afirma que:

Foram surgindo novos articuladores das malhas de um poder mais sutil, mais científico. Como agentes especializados desse controle rigorosamente dividido em categorias, apareceram primeiro os higienistas, depois os médicos-legistas e os psiquiatras.

Nesse sentido, o método da confissão é legitimado por uma multiplicidade de discursos que veiculam e produzem um poder que, segundo Foucault (1988), é instituído pela histerização do corpo da mulher, o condicionamento do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a medicalização do prazer “perverso”. Com tudo, a homossexualidade é enquadrada nas práticas perversas (patologias), passando a ser objeto de estudo pelos médicos: em 1932, a polícia civil do Rio de Janeiro, aprisionou 195 homossexuais para serem objeto de estudo do Dr. Leonídio Ribeiro, do Instituto de Identificação (Guia de Prevenção de DSTs/AIDS, 2002, p. 126).

Pode-se observar que, no discurso religioso, era de indiferença ou aceitação (Período anterior a 1500); após a influência do pensamento cristão do período medieval as práticas desviantes da sexualidade se tornam passíveis de punição, “sujas” e pecaminosas em que o ser humano é colocado dentro de uma relação de dominação precária e assujeitada. É importante ressaltar que a relação entre Estado e Igreja nesse período eram discursos unificados com relação a tal questão.

Os sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidade ou mesmo “desviantes”, sob a óptica da heteronormatividade, passam a ser um problema de saúde, amparado pelo discurso medico-científico do período.

O termo homossexualidade foi utilizado pela primeira vez pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert em 1869. Segundo Jeffrey Weeks (1999), a afirmação do termo heterossexualidade foi possível devido à necessidade de definição da homossexualidade. Passando a assumir uma descrição médico-moral no século XIX, empreendida pelo alemão Kraft-Ebing como forma de especificar as identidades sexuais justamente no que se referia a seus tipos e formas.

No Brasil, o termo homossexualidade foi utilizado pela primeira vez em 1894 no livro: “Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual” de Francisco José Viveiros de Castro, professor de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador da corte de Apelação do Distrito Federal como nos expõem o teórico James Green (2000).

Segundo Green (2006), nos anos de 1930, o sanatório Pinel de São Paulo recebeu diversos pacientes cuja “patologia” era a homossexualidade. Nos séculos XIX e início do XX, ocorre, dentro da área médica todo um movimento em prol da compreensão do “problema” das homossexualidades, em que os pesquisadores esquadrihavam corpos e lugares, produzindo vasto material composto por anotações clínicas, fichas médicas, prontuários, artigos científicos publicados em revistas e livros da área. Dentre os anexos de prontuários de pacientes acometidos pela “patologia” da homossexualidade encontram-se fontes primárias como cartas e bilhetes dos próprios pacientes como forma de enriquecer o conhecimento acerca de tal “patologia” e analisar as práticas de tais sujeitos. Assim coloca (CORRÊA apud TREVISAN, 2000, p. 182).

Nas primeiras décadas do século XX, através da consolidação de um grupo de médicos-legistas liderados por Leonídio Ribeiro¹⁸, foi se impondo no Brasil a questão da identificação criminal, com base nas teorias fascistas do criminologista italiano Cesare Lombroso e graças a treinamentos no Polizei Institut do Terceiro Reich, em Berlim. Assim como os criminosos, os loucos e as prostitutas, também os homossexuais passaram a ser meticulosamente estudados, visando a determinar seus caracteres biotipológicos; para tanto, utilizavam-se fotografias íntimas, tiradas quando pederastas eram encarcerados.

Podemos exemplificar com o caso descrito por Green (2006, p 123-124) em 1930, de um padre alemão que vivia em São Paulo e entrou no Pinel. E para lá voltou mais três vezes,

¹⁸ Médico Criminologista, então diretor do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal em 1932. (Green, 2000).

até sair definitivamente em 1938. O padre era “de estatura avantajada e de forte compleição esquelética e muscular”. Em sua ficha vem registrado no campo intitulado “Mental”:

Entrou um tanto ansioso, dizendo que estava muito aflito porque não tinha paz da consciência tão necessária para o repouso espiritual. Diz que infringiu as regras da boa moral, por pensamentos e atos pecaminosos que praticou. Acha que aqui no sanatório só poderá piorar, porque o seu caso é todo particular e não pode ser resolvido com a sua internação em sanatório. Mostra-se perfeitamente orientado, sendo também perfeito o contato com o mundo exterior.

Ainda segundo Green (2008, p. 124-126), em novembro de 1930, o padre dirigiu uma carta em alemão ao abade, cuja tradução parcial se encontra junto com a documentação hospitalar dele¹⁹:

Carta dirigida em 18 de novembro de 1930 ao padre abade e cheia de afirmações de remorsos e autoacusações que giram em torno de uma suposta falta cometida pelo autor na sua vida de sacerdote. “Já há dez semanas que estou aqui e a minha situação se tem tornado insuportável. Todos aqui sabem por que estou aqui, e sou, por isso, alvo de escárnio e desprezo; sou obrigado a ouvir as mais torpes obscenidades e gracejos, e sou assim a todos causa escândalo e enojo. (O Senhor sabe que já nos primeiros dias divulguei tudo, desonrando-me assim e perdendo toda e a minha autoridade e dignidade de sacerdote.) Assim não posso mais dirigir aos internados palavra alguma de Deus e de religião, nem tratar com alguém; a todos sou um escândalo, e isto cresce dia por dia sem que eu possa repará-lo. Assim estou perdido para agora e para a eternidade. Que horror!” Pede ao abade para que se interesse dele, removendo-o para outro convento onde seja desconhecido, de Sorocaba ou da Alemanha, como o Dr. Seng aconselhou, porque “em São Paulo não pode mostrar-se e tem de esconder-se de vergonha”. “Ó meu Deus, seja clemente comigo para que por arrependimento e penitência eu possa voltar a ti e reparar para o resto da vida o escândalo que tenho causado. Meu caro e reverendo abade, peço que mande estudar minha atual situação canônica. Creio que por minha própria difamação conhecida aqui e também lá fora tenho incorrido em excomunhão (*ipso facto*)²⁰. Então eu não poderia ser mais absolvido; todo esse tempo passei sem confissão²¹, por causa desses receios.” Pede para remove-lo para o convento para ter consolo e auxílio espiritual. “Aqui eu pereço; de dia e de noite, não posso fazer outra coisa senão lamentar e acusar-me inutilmente sob as mais horríveis agitações da consciência, das quais aqui não posso livrar-me. Parece-me que tenho perdido toda a minha fé a Deus e todo o amor a Deus e os próximos; todo o sentimento religioso me morreu. Só a muito custo posso rezar alguma coisa. Meu Deus, que horrível fim da minha vida de sacerdote! Sei que por minha infidelidade e meus terríveis pecados mereci mil vezes o inferno, porém não quero desesperar da misericórdia divina e continuar propositalmente na falta de penitência. O senhor me deixou aqui para a penitência, num verdadeiro purgatório, gosto antecipado das torturas do inferno; porém, o sentimento de estar abandonado por Deus é uma coisa mais terrível. Os médicos dizem também que é tempo de retirar-me para eu recuperar em outro lugar calmo o sossego perdido. Eu sei que aqui não é o lugar, mas sim o meu estado de alma que deve ser tranquilizado. A experiência de quase três meses demonstra que isso não se

¹⁹ Ver Arquivo do Estado de São Paulo. Caso n°139. Rev. Macário S. Sanatório Pinel, Pirituba, São Paulo, n°139-336-684-1631.

²⁰ A expressão latina “*ipso facto*” quer dizer “pelo próprio fato”, como resultado da evidência do fato, como sua consequência natural; ela é empregada, então, com o sentido de “por isso mesmo, conseqüentemente, por via de consequência, naturalmente”.

²¹ O termo confissão aplicado pela Igreja católica como forma de expiação dos atos pecaminosos era também utilizada pela medicina praticada nos asilos no século XIX como justifica o recurso às duchas para tratar os enfermos, um vez que “a água é o instrumento da confissão [...] Ela força a loucura a confessor – loucura que é, nessa época, crença sem confissão” ver “A água e a loucura. In: Ditos e escritos: Problemática do sujeito – psicologia, psiquiatria e picanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, v. I, p. 205.

consegue aqui por completo e que os tormentos da consciência não podem ser curados por remédios médicos. E assim eu pereço aqui miseravelmente! O Senhor dirá que fui eu mesmo quem propus um instituto deste gênero; não há dúvida, porém o Senhor sabe também que justamente isto foi o passo mais ruim da minha vida, como isto se mostra agora. Neste ínterim apreendi e experimentei muita coisa e, para o futuro, me cuidarei a divulgar a estranhas coisas que devem ser comunicadas somente a guias de almas.” Seguem alguns aforismos clérigos [sic] em latim. “O Senhor reconhecerá destas minhas linhas e das outras escritas nos primeiros dias de minha estada aqui, a perturbação da minha mente – porém, quanto mais tempo eu fico aqui, tanto pior se torna meu estado. Devido à perda da minha dignidade de sacerdote, não posso falar aqui com ninguém, nem uma palavra de consolo, de animação, de confiança a Deus etc. porque tudo isto me falta a mim mesmo e porque imagino que todos me devem julgar um hipócrita, quase dez semanas sem missa, sem confissão e absolução. Se houvesse num domingo aqui missa ou se eu tivesse de ficar mesmo até o natal e não fosse absolvido antes, eu estaria numa situação desesperada e a desgraça seria imensa. Por amor a Deus, retire-me daqui e mande-me a Sorocaba até o senhor poder resolver algo de definitivo para o meu futuro. Não me abandone e salve-me desta situação horrível. Sou humilde e arrependido.

Assim, a tentativa de extirpar a perversão no contexto histórico, configura-se como uma utopia das sociedades ditas democráticas, no contexto moderno: suprimir o mal, o conflito, o destino, a desmedida, em prol de um ideal de gestão tranquila da vida orgânica. Por outro lado, não haveria o risco de um projeto desse tipo fazer ressurgir, novas formas de perversões, novos discursos perversos? Não seria ele capaz, em suma, de transformar a própria sociedade em uma sociedade perversa?

Logo, pode-se observar que a tentativa de livrar a sociedade dita civilizada do dito “mal” proveniente dos praticantes de modalidades desviantes de sexualidade arraigou toda uma construção histórica que embasa os discursos de exclusão, abjetificação e marginalização dentro da sociedade contemporânea. As indagações que emergem são, na verdade, reflexões acerca dos papéis desempenhados pelos sujeitos ditos normais em seu trato social com aqueles rotulados pela diferença.

Assim, para a o estudo aqui apresentado concebemos que a elaboração e preservação de memórias assim como o esquecimento são influenciados diretamente pelas práticas socioculturais revelando, assim, a manifestação de micropoderes que interferem na formulação das memórias e, conseqüentemente, de seus esquecimentos, sendo esses micropoderes mais de natureza político-social que biológica ou cronológica.

As memórias das homossexualidades no Brasil foram construídas sob a égide de uma sociedade marcadamente influenciada pelos aspectos culturais dos colonizadores que a colocam em uma condição de prática “desviante” e, com isso, passível das mais diversas punições sociais, políticas e religiosas revelando uma ampla gama de dispositivos de coerção social. Dessa forma, é colocada em prática a forma mais perversa de punição para um estrato

social: o esquecimento ou o apagamento de suas memórias por meio da destruição e negação de sua existência.

Segundo Barros (2005, p.1), uma forma simples de definir memória seria dizer que “memória é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações. A aquisição é também denominada de aprendizado.” “A evocação é também chamada recordação, lembrança, recuperação”. Tais ferramentas teriam sua utilização inviabilizada dada a natureza das práticas. Por outro lado quem quer *memorare* aquilo que é motivo de exclusão, vergonha e abjetificação? Lembrar é reviver, é trazer a vida aquilo que já não faz parte do cotidiano e que necessita de algum tipo de suporte para ser colocado no nosso meio novamente mesmo que em forma de lembrança.

Em qualquer tempo, a memória é evocação do passado, o tempo que ficou perdido e não voltará mais. Explica Ribeiro (2007, p.1):

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos.

Alguns estudos, como os de Izquierdo (2002; 2004), revelam que a memória humana (biológica), caracterizada como complexa, na sua estrutura e no seu funcionamento, precisa esquecer para não se sobrecarregar. Nesse caso, o esquecimento não é considerado um lapso ou um problema, mas um processo natural e necessário para o funcionamento da memória.

No entanto não é objetivo desta pesquisa adentrar ao conceito adotado pela biologia para a definição de memória mas, sim, ao conceito adotado pela sociologia e pelas ciências políticas como uma forma de enfraquecimento de determinados acontecimentos, como forma de “apagar” a existência dos mesmos. Essa ação tem por principal objetivo a emergência de determinados sujeitos ou grupos sociais em destaque na sociedade. No caso analisado pela pesquisa aqui apresentada seriam as homossexualidades, que têm sua existência invisibilizada, apagada, negada e, em determinados contextos, extirpado por meio da violência do contexto sóciohistórico e cultural a partir de um heterossexualidade que dita a norma e a torna hegemônica como única forma de manifestação da sexualidade humana.

Segundo Le Goff (2003) os silêncios e esquecimentos da História são instrumentos de dominação ou mesmo de manipulação das classes dominantes, já que os lugares da memória, como os museus, bibliotecas e arquivos, originalmente. Foram concebidos para guardar acervos reais ou para servir às monarquias, antes de se tornarem públicos. Percebe-se, então, que o esquecimento, nessa fase da memória, adquire características distintas, travestindo-se

dentro de um contexto social contemporâneo como um fator preponderante de colaboração para o esquecimento e marginalização social.

Assim compreendemos que a subjetividade que emerge das relações entre os sujeitos, atribui valores as coisas, possibilitando a emergência das noções de diferença. Tal noção pressupõe a compreensão da discriminação. Dessa forma, pensando em identidade cultural, o filósofo Scruton (2001, p.48) afirma que:

[...] a condição humana exige que o indivíduo, embora exista e aja como ser autônomo, faça isso somente porque pode, primeiramente, identificar a si mesmo como algo mais amplo como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo ao qual pode até não dar um nome, mas que o reconheça, instintivamente, como seu lar²².

Para Hall (2001), as identidades culturais não são coisas com as quais nascemos, mas as que são formadas e transformadas no interior da subjetividade.

A subjetividade constrói uma representação de identidade. Ser algo ou alguém só é possível devido ao conjunto de significados que ganha representação na cultura. Dentro de um sistema de representação cultural, as pessoas comungam da ideia de membro da comunidade. O autor afirma que uma cultura é uma comunidade imaginada e que é justamente isso que explicaria seu poder para gerar um sentimento de identidade e diferença.

A sociedade constrói imagens do masculino e do feminino dando-lhes papéis distintos, não permitindo a interferência entre eles. Tais designações polarizam os sujeitos segundo o gênero, em que o masculino histórico e culturalmente se sobrepõe ao feminino em uma relação de desigualdade. Assim, a ordem social tende a legitimar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. Tal afirmação é evidenciada na divisão do trabalho conforme as discussões de Bourdieu (1999) sobre a dominação masculina.

O importante para o desenvolvimento desta análise é não adotar o poder como uma característica extraordinária de dominação fixa e homogênea de uma classe sobre as outras, ou mesmo de um indivíduo sobre os outros. O poder deve ser analisado como algo que se move. Para Foucault (1981, p. 183)²³:

O Poder atua em rede e podemos perceber que em suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer micropoderes e de seguir sua ação; nunca são os alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

²² Ver HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 48.

²³ Ver FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 183.

Por isso se faz necessário compreender o poder a partir das técnicas e táticas de dominação, observar como as formas, os usos e as conexões de sujeição pelos sistemas locais e dispositivos estratégicos são acionados. Conforme nos explica Hall (2001, p. 50)²⁴:

[...] a cultura é constituída de instituições, símbolos e representações; um modo de construir sentido que tangencia a organização tanto de nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas, ao produzirem sentido com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Os sentidos oriundos das histórias contadas na cultura são memórias e imagens que conectam o presente com o passado dos indivíduos e projetam seu futuro [...].

Segundo Foucault (1988) no início do século XIX, com o advento do capitalismo e o nascimento das Ciências Humanas buscou-se cada vez mais explicações no campo da sexualidade produzindo, assim, discursos sobre as práticas sexuais. Para tanto tem-se claro que discurso é um mecanismo utilizado pela da sociedade para normatizar, vigiar e punir os corpos abjetos numa perspectiva de disciplinarização dos mesmos. Nesse aspecto, a sexualidade é um “dispositivo histórico”, uma vez que a sexualidade que é um construto histórico-social, está submetida a múltiplos discursos sobre a manifestação e regulação discursos esses que regulam, normatizam, instauram prazeres e produzem “verdades”. A definição de dispositivo sugere a direção e a abrangência dos meios de “vigilância” e “coerção” social. Segundo Foucault (2004, p. 244) dispositivo pode ser definido como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Para que se possa compreender melhor como as questões de poder estão sendo encarados nesse tópico da pesquisa é importante se empoderar do pensamento foucaultiano sobre o poder para evitarmos desvios semânticos e de significados que porventura venham a ocorrer no decorrer da leitura. Para Foucault, o poder não se configura como uma entidade coerente, unitária e estável, mas como “relações de poder” complexas que supõem condições históricas de emergência, que indicam múltiplas consequências, inclusive fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o “campo do poder”. Segundo Revel (2011, p. 120) para Foucault, só há poder exercido de uns sobre os outros, nunca fixos em um papel, mas alternada e até simultânea, que estiveram em cada um dos polos da relação. Assim, uma genealogia do poder se torna elemento indispensável para a construção de uma história da subjetividade.

²⁴ Ver HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 50.

A subjetividade surge do conflito originado na não agregação de identidades diferenciadas propostas pela binaridade de gênero imposta pela norma, que arraiga os preceitos da heteronormatividade vigente em tempos hodiernos nas sociedades ditas civilizadas. Segundo Britzman (1996, p. 74):

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; Nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro lado, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Segundo Souza (1997) a subjetividade é utilizada para designar certo universo imaginário de experiência vivida, em que o indivíduo percebe-se como unidade separada e diferenciada ao lado de outros com os quais partilha o mesmo espaço social de confrontos e coerções.

Criados assim como forma de serem aceitos, os estereótipos²⁵ são desejados, construídos a partir dos discursos que ecoam dentro dos grupos sociais e da própria sociedade. Ressalto que os grupos sociais estão imersos em um contexto social e não separados como independentes e distintos. São, sim, independentes em uma relação de simbiose. Assim, pode-se dizer que o estereótipo é uma simplificação falsa de representação de uma dada realidade porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar a diferença, constitui um problema para a representação do sujeito nas relações sociais. O estereótipo requer, para uma significação bem-sucedida, uma cadeia contínua e repetida de outros estereótipos. Sempre as mesmas histórias devem ser contadas sobre um determinado elemento da identidade cultural, para garantir sua eficácia. Isto aparece como um reconhecimento espontâneo e visível da diferença. Porém, nos ensina Bhabha (2005) que “o estereótipo é uma pré-construção ou uma montagem ingênua da diferença que autoriza a discriminação”. Compreende-se, assim, que o corpo tal como as identidades, são construídos a partir dos discursos. Logo, um corpo discursivamente construído, não pode ser desvinculado dos atos linguísticos que o nomeiam e constituem.

Segundo a interpretação da obra de Judith Butler por Salih (2012, p.232):

Na medida que a nomeação da “menina” é transitiva, isto é, em ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo “tornar-se menina”, o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma “menina” que está obrigada a “citar” a norma para se qualificar e se manter como um sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas

²⁵ O estereótipo segundo BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 117-120.

a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição.

Pode-se perceber que, assim como as identidades, o gênero e até a própria sexualidade é normatizada por meio dos mecanismos e políticas de coerção do corpo gerando, com isso, toda uma gama de sujeitos que fazem uso da “performance” como forma de resistência ou mesmo de proteção contra as sanções impostas pela norma vigente. É fundamental ressaltar que a “performance” não ocorre sempre de forma consciente; quando falamos de determinados conceitos, os dispositivos de coerção social e a biopolítica dos corpos e de produção dos mesmos são tão dissolvidos na sociedade e acabam por ser internalizados pelos sujeitos, que não percebem a extensão de sua ação sobre o seu corpo.

Podemos compreender e observar que o movimento homossexual no Brasil começa a ganhar forma na década de 1960, no contexto de pós segunda - guerra, o que esboçou o primeiro passo para o surgimento de um possível movimento LGBT pois segundo Reis (2007):

A data que ficou como marca na história do moderno movimento gay mundial foi 28 de junho de 1969, quando a rebelião de GLBTT contra as arbitrárias batidas policiais no Bar Stonewall, em Nova Iorque. No primeiro aniversário da rebelião, 10 mil homossexuais, provenientes de todos os estados norte-americanos marcharam, sobre as ruas de Nova Iorque, demonstrando que estavam dispostos a seguir lutando pelos seus direito. Desde então ‘28 de Junho’ é considerado o Dia Internacional do Orgulho GLBTT²⁶.

A década de 1970 teve início, no Brasil, sob o jugo da ditadura civilmilitar, correspondendo aos denominados “anos de chumbo”, marcados por diversos Atos Institucionais - AIs. Tal período fica conhecido historicamente como um dos mais violentos em função das perseguições, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos da repressão política e por seus colaboradores que, em paralelo faziam cair todo o poder e violência ditatorial sobre os costumes. Em contrapartida foi também um tempo de efervescência artística e de contestação cultural no País, culminando no amplo movimento político de oposição à ditadura, no seio do qual justamente irá brotar o então chamado “movimento homossexual”. Ressalto que o movimento homossexual não é algo homogêneo, organizado e que compreende toda forma e natureza de diversidade e pratica sexual; esse movimento, na verdade é, composto por diversos sub grupos que se resvalam sob a forma de homossexualidades²⁷.

²⁶ Sigla já em desuso que era utilizada pra representar os LGBTs, tendo por significado: GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros).

²⁷ A abordagem adotada nessa pesquisa não limita a interpretação dos corpos ou produção dos mesmo a suas práticas, desejos ou afetos.

Nesse contexto, começa a ruir todo um sistema ditatorial que alicerçado no medo e nos mecanismos de coerção social que perseguem, sequestram, torturam e matam todo aquele que for considerado pelo sistema como desviante, subversivo ou simplesmente indesejado ao sistema ditatorial. Assim, os selenciamentos, esquecimentos, negações e mesmo a violência física empregada contra os ditos subversivos²⁸ são enfraquecidas frente às revoltas e reivindicações sociais que ecoam nas ruas e adentram as forças ditatoriais do país. Isso possibilita melhor compreender que a questão dos movimentos sociais subsidiada em um novo paradigma - o paradigma da diferença, não sendo abarcados por uma análise marxista que, por natureza, é uma análise macroeconômica voltada para indicadores econômicos. Marcado pela contracultura e sua concomitante conversão em formas de consumo de massa, pelo reaparecimento do movimento estudantil e sindical, por uma intensa atividade de grupos de esquerda (ainda que na clandestinidade) e pelo surgimento e visibilidade das versões modernas do movimento feminista e do movimento negro, esse movimento propiciou também que espaços públicos de sociabilidade homossexual começaram a se tornar mais visíveis e ruidosos, especialmente nas grandes cidades. Tempo de “explosão discursiva” sobre as homossexualidades, para além dos tradicionais jornais caseiros, alcançou a grande imprensa e o mercado editorial, de tal modo que as homossexualidades saíram do armário não só para ir ao bar e à festa, mas também à assembleia e à reunião de pauta.

O dito movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil, registrado pela bibliografia sobre o tema, na segunda metade dos anos 1970. O termo movimento homossexual é aqui entendido como o conjunto das associações e entidades político-sociais não governamentais, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento.

Segundo Facchini (2000) o movimento homossexual no Brasil – MHB tem sua trajetória dividida por pesquisadores em três momentos distintos. O primeiro momento corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de abertura política e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema, o segundo momento foi marcado pelo surgimento da AIDS no contexto homossexual e da abertura política ocorrida na década de 1980 e, em um terceiro momento, o reflorescimento do MHB que fora dizimado durante o processo de luta pela despatologização das identidades

²⁸ Nomenclatura adotada pelo sistema ditatorial como forma de identificar sujeitos que lutavam contra o sistema ditatorial, homossexuais e toda sorte de desvio frente as norma.

homossexuais, pela luta contra o HIV/AIDS e pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais frente a uma sociedade que se abria novamente ao processo de democratização.

Nesse momento emergem no contexto sociopolítico nacional grupos de apoio e de luta pelos direitos dos LGBTs além de uma vasta gama de jornais e informativos como o *Lampião da Esquina*²⁹ (1978-1981) e *O snob* (1963-1969), Inicialmente, a proposta dos jornais *Lampião de Esquina* e *O Snob* consistia em tratar, de modo unificado, questões relativas às mulheres, aos negros, aos ecologistas e aos homossexuais e, muito embora tenha publicado diversas matérias relativas ao feminismo, como aborto e estupro, bem como ao lesbianismo, tendo sido até um dos promotores do movimento lésbico durante a sua existência, o jornal manteve seu foco predominantemente em assuntos relativos à homossexualidade masculina.

Nesse período histórico as iniciativas estiveram praticamente concentradas no eixo Rio-São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade e foram tratadas pela bibliografia sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de alternativos ou libertários do período.

Segundo Facchini (2000) esse primeiro momento encerra-se nos últimos anos da primeira metade dos anos 1980, a partir de dois motivos: a retomada do regime democrático no país e o surgimento da AIDS, então chamada de “peste gay” que teve seus primeiros casos diagnosticados na primeira metade da década de 1980 e que chega ao Brasil por volta de 1981³⁰. O período que se segue e compreende o restante da década de 1980 foi bem pouco tratado pela bibliografia específica, tendo sido anunciado como correspondendo a um “declínio³¹ do movimento.

Tal declínio, apontado por Macrae (1985) em sua tese de doutorado em Antropologia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pode ser consequência de que praticamente todas as ações dos grupos de apoio à livre orientação sexual tenham se voltado para campanhas de prevenção ao HIV/AIDS e quanto a dificuldades no que toca à viabilidade de uma política de identidade homossexual no Brasil uma vez que os homossexuais foram enquadrados como grupo de risco e, assim, foram marginalizados,

²⁹ Todos os números do *Jornal Lampião da Esquina* encontram-se digitalizados e disponibilizados para download na página do Grupo Dignidade: ver <http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>

³⁰ Ver “O livro do mês de Playboy – Paciente Zero – O homem que trouxe a AIDS para a América, por Luiz Antônio Maciel. H.A.L., executivo de uma multinacional: o primeiro caso de AIDS no Brasil. Executivo norte-americano, homossexual, residente no Brasil a 14 anos.

³¹ MACRAE, E. O militante homossexual no Brasil da “abertura”. 1985. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 390.

ainda mais dentro de uma sociedade já marcada pela exclusão e por todo o processo de abjetificação pelo qual os sujeitos desviantes a heteronormatividade eram submetidos.

Facchini (2000) aponta que, nos primeiros anos da década de 1990, a ausência de referências bibliográficas sobre a continuidade das atividades desse movimento no Brasil era capaz de produzir a sensação de que, de fato, o início da década de 1980 tivesse assistido ao apogeu e fim de uma significativa, mas curta trajetória.

Em 1995, em Curitiba, foi criada a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, ocasionando um marco na organização e fortalecimento desses segmentos e proporcionando um rápido crescimento no número de grupos e redes que reivindicam a igualdade, assim como a visibilidade das paradas gays em busca de direitos e que desta maneira, atentassem a sociedade a ouvir a causa dos que por tantos anos foram e continuavam a ser marginalizados. A importância da ABGLT dentro do contexto do MHB é revelada na sua abrangência como a primeira associação nacional, que alarga as fronteiras do movimento descentralizando lenta e progressivamente do eixo Rio-São Paulo.

É possível, dessa forma, observar um ressurgir do movimento, o que aponta que ele sobrevivera ao processo de redemocratização que o país passara após o movimento pelas diretas e por todo o processo de transição do modelo ditatorial para o democrático no final da década de 1980, à falência de seu modelo de organização comunitário e autonomista e ao surgimento da AIDS. Segundo Facchini (2000, p.85):

[...] à segunda metade da década de 1990 com uma presença marcante na mídia, ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da AIDS, vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas, ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal, atuação junto a agências estatais ligadas aos temas DST/AIDS e Direitos Humanos, formulação de diversas respostas frente à exclusão das organizações religiosas, criação de associações de grupos/organizações em nível nacional e local — como a Associação Brasileira de Gay, Lésbicas e Travestis ou o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros — e a organização de eventos de rua, como a manifestação realizada por ocasião do dia do Orgulho Gay na cidade de São Paulo, que, no ano de 2002, contou com a presença estimada pelos organizadores de cerca de 500.000 pessoas.

O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), assim como alguns outros de menor circulação e representatividade social e o grupo *Somos*, de São Paulo, são colocadas em tempos hodiernos como os dois principais marcos do movimento homossexual brasileiro na década de 1970 (FACCHINI, 2000). Sua gênese no contexto ditatorial militar do Brasil apresentou-se como um florescimento de esperança para aqueles que praticavam modalidades “desviantes” de sexualidade, as ditas homossexualidades, e se viam acolhidos e representados

pelos editoriais do periódico *Lampião* da esquina e pela própria luta do Grupo Somos, ambos de curta existência mas uma relevante contribuição para o MHB.

O jornal *Lampião* da esquina perdurou de abril de 1978 a junho de 1981, publicando 37 edições com periodicidade mensal em pouco mais de três anos de existência. O Grupo Somos teve uma duração maior que o *Jornal Lampião da Esquina*, cerca de cinco anos de 1978 a 1983. Mas talvez o grande período para ambos tenha sido o ano e meio, que vai de fevereiro de 1979 a junho de 1980.

As datas acima citadas marcam o ápice da militância do grupo Somos. Tal momento histórico segundo Facchini (2000) marca, de forma profunda, por sua importância, a militância, em que o grupo Somos se coloca definitivamente em uma postura política de enfrentamento e luta pelos direitos dos LGBTs. Em fevereiro de 1979 tem lugar uma semana de debates sobre “movimentos de emancipação de grupos discriminados” promovida pelos estudantes do Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, quando o grupo foi batizado como “Somos” – nome que, além de suas propriedades palindrômicas, evocava o jornal publicado pela extinta Frente de Libertação Homossexual da Argentina. Em junho de 1980 aconteceu a principal ação pública dos militantes homossexuais do período: um ato público realizado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo³² que reuniu o já então enfraquecido e fragmentado Somos e representantes dos movimentos feminista e negro, em protesto contra a repressão policial, capitaneada pelo delegado Richetti, que atingia os principais pontos de prostituição e de frequência homossexual do centro da cidade.

Nesse ato público, como destaca Facchini (2000), cerca de mil manifestantes seguiram em passeata pelas ruas do centro de São Paulo, naquela que pode ser considerada a primeira manifestação de rua do movimento homossexual no Brasil e na qual se celebrizaram palavras de ordem inusitadas, como “somos todas putas”, “amor, tesão, abaixo a repressão!”; “agora, já, queremos é fechar”. Um pouco antes, uma parte do Somos participara do ato público de comemoração do 1º de Maio, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, desfilando debaixo de aplausos dos operários presentes – episódio que foi o estopim para a cisão do grupo.

³² Ver *Lampião* da esquina Artigo “São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti”, de João Silvério Trevisan, publicado no *Lampião* nº 26, jul-1980, p. 19. O artigo também consta como anexo no livro “Devassos no Paraíso”, de João Silvério Trevisan, da editora Record.

Figura 3: Ato público realizado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, em 13 de junho de 1980



Fonte: Artigo “São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti”, de João Silvério Trevisan, publicado no *Lampião* nº 26, jul-1980, p. 19.

Esse período pode ser considerado talvez o melhor momento do *Jornal Lampião da Esquina*, apesar do inquérito que se instaurou contra os seus editores. O jornal aumentava sua tiragem mensal, melhorava sua distribuição para além do eixo Rio/São Paulo e desenvolvia com o *Somos* um relação de colaboração, ainda que também tumultuada. O número 10 do jornal (março de 1979) deu grande cobertura aos debates sobre os “movimentos de emancipação”, em que o *Somos* se assumiu para o mundo. Um texto relatando a experiência de um ano de existência do *Somos* foi publicado com destaque nas duas primeiras páginas da edição de número 12 (maio de 1979), na qual a reportagem principal, “Amor entre mulheres”, trazia entrevistas, textos e depoimentos produzidos em grande parte por lésbicas ativistas do *Somos*. Na edição de número 16 (setembro 1979), a reportagem de capa, “Homossexuais se organizam”, trazia uma entrevista com integrantes do *Somos* e textos em que o grupo expunha suas metas, organização e métodos.

Em contrapartida, integrantes do *Somos* colaboravam na comercialização do *Lampião* nos espaços de socialização homossexual de São Paulo, e também distribuindo cópias das edições que continham matérias sobre o grupo, marcadas por um carimbo de cortesia com o número de sua caixa postal. O grupo também formou uma Comissão de Defesa do *Lampião*, colhendo assinaturas para um manifesto em apoio ao jornal em razão do inquérito contra o seu Conselho Editorial.

A situação política da “abertura” apresentava-se como um contexto instável frente a tantos anos de ditadura militar no Brasil, atravessada por ações localizadas de repressão policial e terror paramilitar, continha as expectativas em relação aos avanços liberalizantes, o que talvez ajude a compreender por que iniciativas mais pragmáticas em favor de direitos civis pareciam distantes na época, mesmo porque, no contexto de abertura política após todo

um período histórico de repressão social, ainda se tinha uma visão diminuta sobre tais aspectos jurídicos e mais todo o acréscimo da luta contra o HIV/AIDS que ainda ocupava um largo espaço nas labutas cotidianas.

Nesse contexto, o jornal *Lampião da Esquina*, o *Somos* e os emergentes grupos (Grupo Lésbico-feminista, posteriormente rebatizado de Grupo de Ação Lésbico-feminista – GALF, Grupo de Ação Homossexualista entre outros que começavam a surgir o cenário nacional) se esforçaram por construir uma pauta de reivindicações que visavam combater discriminações sofridas pelos homossexuais na vida civil em geral. Essa pauta seria desenhada por ocasião dos encontros de grupos organizados que ocorreram em 1980. Havia também uma divergência mais profunda, que se traduzia numa grande desconfiança, não só quanto aos rumos da institucionalização, mas também em relação ao significado da própria atuação política em moldes institucionais que se vislumbravam no horizonte.

Na década de 1980, no entanto, as divergências se acentuaram a ponto de constituir uma polarização extremada, deteriorando as relações entre o *Lampião* e os grupos emergentes, como também dentro dos próprios grupos, notadamente o *Somos*, que sofreu seguidas cisões e foi aos poucos deixando a cena. Unidades auto-sustentadas e carentes de recursos, nem *Lampião* nem *Somos* se mostraram aptos a enfrentar os desafios trazidos pelos novos tempos de liberalização, redemocratização e crise econômica. Um dos fragmentos do *Somos*, o Grupo de Ação Lésbica Feminista - GALF seria um dos poucos grupos formados nessa primeira onda movimentalista a sobreviver pela década de 1980 e chegar aos anos 1990 sob um novo formato de organização não-governamental, que passaria, então, a ser o modelo para as mais variadas formas de movimentos sociais, e cuja adoção foi grandemente incentivada em meio ao processo de constrição das respostas sociais à pandemia HIV/AIDS – outro terrível desafio daqueles novos tempos de 1980. A evolução do MHB pode ser observada resumidamente na Tabela 1, onde se tem os principais marcos que constituem no mesmo no âmbito nacional.

Tabela 1: Descrição Resumida do Movimento Homossexual Brasileiro

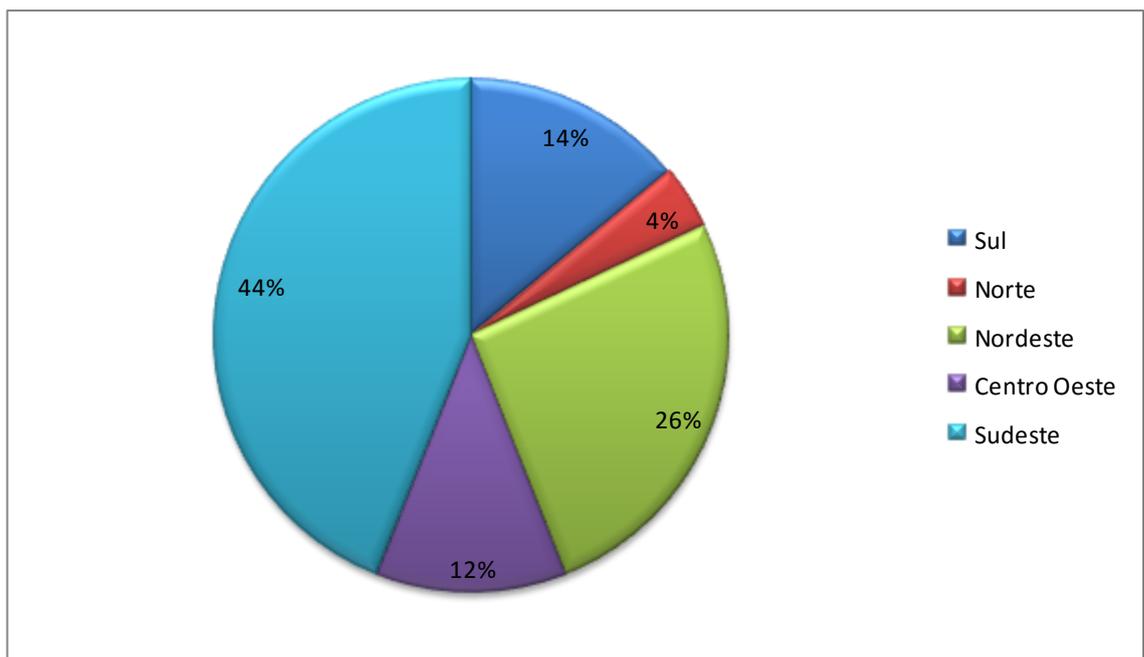
Ano	Marco
1960	Organização entre homossexuais masculinos para socialização
1970	Primeiras formas de organização política entre homossexuais masculinos. Criação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).
1979	Grupo <i>Somos</i> anuncia sua existência em debate na USP.
1980	Criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista.
1980/ 1992	Realização de seis edições do Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Respectivamente em: 1980 (SP), 1984 (BA), 1989 (RJ), 1990 (SE), 1991 (PE) e 1992 (RJ).
1993	Realização do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (SP). Realização do I Encontro Nacional de Travestis. Criação do Festival de Cinema GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).
1995	Realização do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Realização do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS. O movimento torna-se Movimento de Gays e Lésbicas (MGL).

1997	Realização do IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. Realização do II Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS.
1998	Adequando-se ao movimento internacional, adota-se a sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros – Travestis e Transexuais).
2008	Realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT. Mudança da sigla para LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).
2009	III Congresso da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -ABGLT
2011	IV Congresso da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -ABGLT

Fonte: Adaptado de FRANCO, Neil. A diversidade entra na escola: Histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

Segundo Facchini (2000) em 1998, a ABGLT listava a existência de 68 grupos/organizações do movimento homossexual em todo o Brasil³³, que dividiam-se da seguinte maneira por região do país:

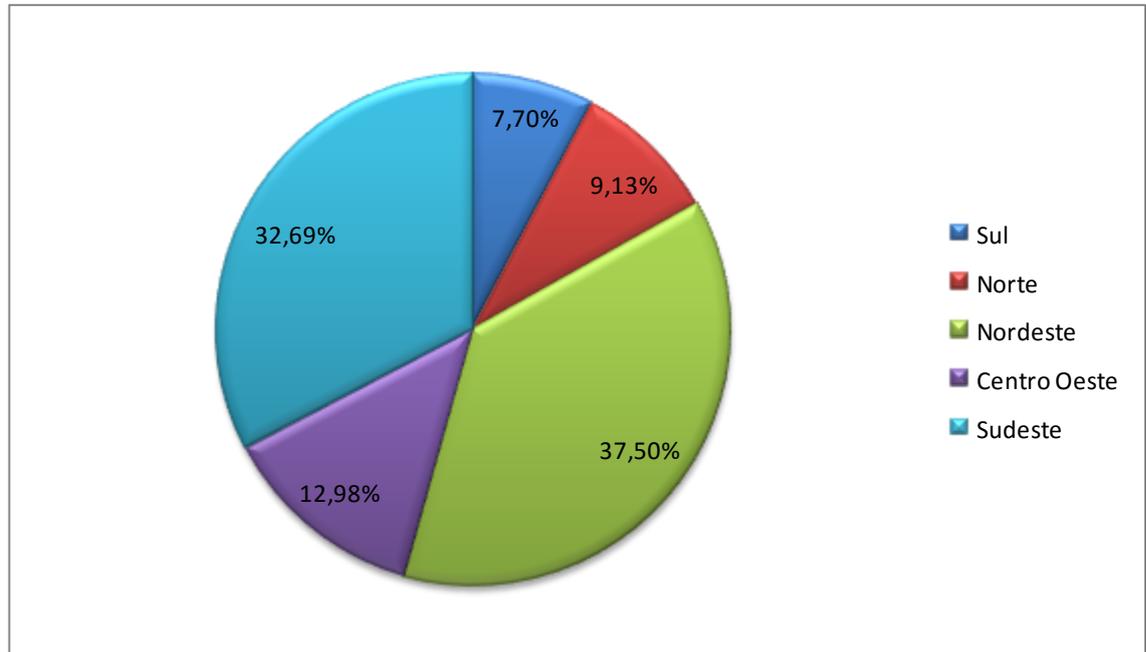
Gráfico 1: Grupos/organizações do movimento homossexual no Brasil, divididos por região em 1998



Fonte: FACCHINI, R. “Sopa de Letrinhas?” Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2000.

³³ Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT. Brazilian Association of Gays, Lesbians and Transvestites: information sheet: July/August 1998. Documento utilizado em divulgação internacional das atividades da Associação por ocasião dos Gay Games [olimpíadas gay] realizado em Amsterdã, em agosto do 1998.

Gráfico 2: Grupos/organizações do movimento homossexual no Brasil, divididos por região em 2014



Fonte: Produzido pelo autor

Ao vislumbrarmos os dados oriundos da pesquisa de Facchini (2000) e cruzar-mos com os dados coletados pelo autor, podemos perceber que em pouco mais de uma década ocorreu uma redistribuição significativa dos Grupos/organizações do movimento homossexual no Brasil. Tal fato configura-se como de fundamental importância para a pesquisa aqui relatada pois esse fato comprova um fortalecimento de uma rede de Grupos/organizações de forma a abranger de forma mais igualitária todo o território nacional.

A região Nordeste desempenha um papel fundamental em tal cenário pois evoluiu em dezesseis anos de um percentual de 26% para 37,5% dos grupos/organizações do Brasil, tal papel é certificado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)³⁴. A região Sudeste, que mesmo com uma retração de 44% para 32,69% ainda assim permanece com a maior parcela dos Grupos/organizações do Brasil.

³⁴ Grupo de militância LGBT mais antigo ainda em atividade no Brasil, teve suas atividades iniciadas ainda na década de 1980.

3 A DOCUMENTAÇÃO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NO CARIRI CEARENSE

A Região Cariri³⁵, sul do Estado do Ceará recebeu esse nome por ocasião das tribos indígenas Kariri. Logo a região em questão teve seu crescimento tanto populacional como urbano impulsionado pelo dito fenômeno da hóstia que segundo a historiografia transformou-se em sangue na boca da beata Maria de Araújo. Tal fato desencadeou ciclos migratórios de peregrinos popularmente denominados de romeiros visitassem a região em determinados períodos do ano ancorando em tal espaço geográfico como um lugar santo e principalmente beatificassem o Padre Cicero que foi peça fundamental dentro da trama eclesiástica local. Assim como afirma Araújo (2006) em 1889 um fato ocorre durante a celebração de uma missa, no que foi (e ainda é) considerado um milagre: durante a celebração de uma missa, ao entregar a hóstia à Beata Maria de Araújo a mesma se transforma em sangue. Este suposto milagre aconteceu por um longo período e atraiu moradores e fiéis de outras cidade e regiões do Nordeste para receber as bênçãos do Padre milagreiro. A figura da Beata fora demonizada sendo a mesma descrita da seguinte forma pelo Pe. Alencar Peixoto em seu livro Joazeiro do Cariry, publicado em 1914, ano de sua morte, segundo Peixoto (1913, p.9):

Maria de Araújo é o produto do cruzamento de duas raças [negra e índia] dando portanto, uma hibridez horrível, uma monstruosidade feita mulher. Ela é de estatura regular, brunduzia, triste, vagorosa, entanguida, essencialmente caquética, porque tem como ascendentes uma serie de caquéticos ou tuberculosos. A cabeça que traz sempre descoberta tem a configuração de um corredor de boi, escamado. O cabelo nem é preto nem é branco. Os olhos pequenos e sem raio sequer de expressão que lhe ilumine o semblante, mexem-se histericamente nas fraldas de uma testa estreita e protuberante. O nariz irrompe entre olhos, sem base e levantando-se, a pouco e pouco, alarga-se de asas chatas até os ossos molares, achamboirados [grosseiros], entupidos nas galhetas [rugosas] bochechas cavas. Os beiços moles e relaxados deixam a descoberto a um dos cantos da cóstoma boca, à competência com a pele de azeitona em estado de putrefação, denegridos os dentes lanianos. É uma alma execrável.

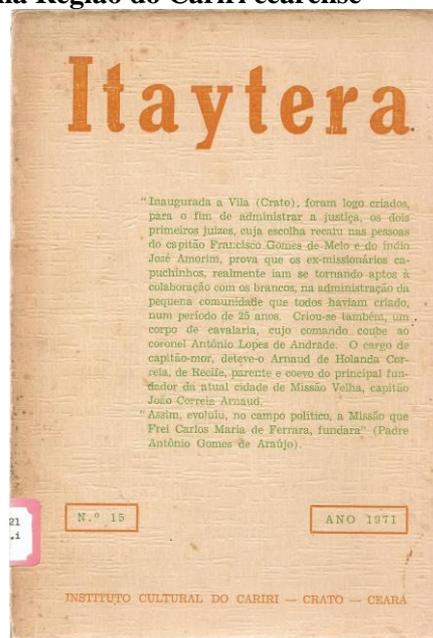
O conjunto desses fatos religiosos gerou uma miscigenação de populações oriundas de diversas zonas do país e principalmente composta pelo povo sertanejo, artesãos, agricultores que vinham em busca de uma nova “Meca” e, encontravam aqui um território sagrado.

Dessa forma, o cenário cultural da região do Cariri tornou-se rico em um amplo aspecto, compondo em seus rituais, festivais e comemorações das mais diversas práticas de cunho religioso ou em culto ao sagrado. Ressalta-se que, em tempos hodiernos, ainda ecoam tais costumes conforma afirma Araújo (2005).

³⁵A Lei Complementar Estadual nº 79/2009 indica 09 municípios pertencentes à Região Metropolitana do Cariri: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Algumas abordagens territoriais, regionais e mesorregionais chegam a atribuir até 28 municípios Região do Cariri cearense como a identificadas no âmbito dos Territórios da Cidadania.

Apesar da riqueza de cultos e de detalhes, a cultura nas mais diversas vertentes sempre foi norteadada pela norma da identidade única dando espaço apenas aos produtos culturais de cunho religioso ou tradicionalmente heteronormativos. Notadamente a vertente cultural de caráter desviante não se destacou ou foi simplesmente marginalizada, esquecida ou excluída da construção histórica da região analisada. Contudo, isso não quer dizer que esta minoria não exista na região, o que pode ser comprovado pelo registro em forma de artigo publicado na revista *Itaytera*, Vol.15, do ano de 1971.

Figura 4: Revista *Itaytera* contendo o artigo intitulado “Psiquismo Hemafrodíta” de autoria do Pe Antônio de Alcântara, tido como o primeiro registro da existência de práticas homossexuais na Região do Cariri cearense



Fonte: Acervo do autor

Em razão da não existência de um espaço democrático e de direito da livre expressão, as formas de posicionalidade dos grupos e indivíduos homossexuais se apresentam em lugares (clã)destinos *space of*. Embora subterrâneo, existe todo um movimento de resistência que contesta e resiste emergindo com suas campanhas de prevenção a epidemia da Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida - AIDS na luta pela atuação e defesa dos direitos humanos e civis além da fiscalização e atuação das políticas públicas destinadas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT) e por seus produtos culturais no campo das linguagens artísticas. Se antes a cultura homoafetiva existia de maneira mais oculta em tempos hodiernos podemos observar uma camada crescente de um público também crescente e que se solidifica de forma a garantir os direitos de tal grupo social, gerar renda e toda uma economia cultural e da criatividade, além de democratizar o espaço dando vazão e voz as ditas

minorias por meio da militância LGBT que luta pelos direitos homoafetivos e por um espaço democrático.

A região configura-se como o típico espaço formado pelos chamados “forasteiros” provenientes dos mais diversos locais do Brasil, com suas “identidades” em trânsito Belinato e Souza (2007) e com o híbrido como característica cultural dada a miscigenação cultural ocorrida em tal espaço. Sobre este tema, o pensador indiano Homi Bhabha afirma que a hibridação é responsável por algo inteiramente novo e diferente dos que a constituíram, nos termos de Bhabha (1996, p. 36-37):

A importância da hibridação não é ser capaz de rastrear os dois momentos originais dos quais emergem um terceiro. Para mim a hibridação é o “terceiro espaço” que permite às outras posições emergir. Este terceiro espaço desloca as histórias que o constituem e gera novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas [...] o processo de hibridação cultural gera algo diferente, algo novo e irreconhecível, uma nova área de negociação de sentido e representação.

Existe na região do Cariri - Ceará uma grande militância do movimento LGBT a exemplo da atuação das Organizações não Governamentais ONG's no combate à epidemia da Síndrome da (AIDS), a militância política, o próprio patrimônio cultural representado pelas o audiovisual, os serviços criativos, as novas mídias, o design, a edição, as mídias impressas (cordéis, folders, livretos) e as artes visuais (pintura, escultura, fotografia, artesanato).

Observa-se, no entanto que, embora o movimento LGBT exista e atue na região, ele não é evidenciado no campo histórico, social, político e econômico. Ou seja, apesar da larga atuação dos militantes nos mais diversos extratos sociais, a sua atuação é invisibilizada dada à predominância de uma cultura heteronormativa.

A afirmação pode ser comprovada por meio da historiografia que exhibe uma cultura voltada para uma identidade que foi construída e reforça temas religiosos que deu início a todo um contexto histórico religioso promotor do crescimento desordenado da região baseado nos ciclos migratórios anuais direcionados principalmente para a cidade de Juazeiro do Norte e disseminado por todas as cidades da região.

Segundo Saracevic (1996) a Ciência da Informação, configura-se como campo interdisciplinar de conhecimento, uma vez que responde aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos humanos. Nesse sentido, nas subáreas da Ciência da Informação, a preservação é um aspecto central no cenário contemporâneo e em que nos voltamos para a preservação da memória nas suas mais variadas vertentes.

Para que possamos compreender melhor a natureza interdisciplinar das Ciência da informação, se faz necessário um embasamento histórico, sobre as origens da C.I. Assim

como outros campos interdisciplinares, a C.I emerge no contexto social no período dito da revolução técnica e científica que eclode no cenário pós Segunda Guerra Mundial. Segundo Oliveira (2005) o relevo dado à área da C.I., é devido ao esforço para enfrentar os problemas de organização, crescimento e disseminação do conhecimento registrado, que teve acentuado crescimento desde a invenção da imprensa apresentando desde então um crescimento exponencial.

A Ciência da Informação, segundo a definição de Borko (apud Oliveira, 2005, p.16):

[...] uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para otimizar sua acessibilidade e utilização. Está relacionada com o corpo de conhecimento relativo à produção, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Assim, para o campo de conhecimento da Ciência da Informação, a categoria proeminente de estudo da memória recai sobre a preservação no seu mais amplo aspecto do entendimento humano e contemporâneo. Ressalto ainda que esta categoria, a da memória, evidentemente, é muito importante para o profissional da informação, sobretudo porque as tecnologias da informação e da comunicação têm uma relação estreita com o conceito de memória, porque a preservação é a garantia de guarda e recuperação da memória.

Podemos compreender que, nesse contexto, a preservação dos suportes de informação esteve em evidência na Ciência da Informação, desde seus primórdios até tempos hodiernos. Concebemos na pesquisa aqui apresentada que os documentos são organizados e armazenados para que possam ser encontrados e, por consequência, a Ciência da Informação opera com a memória e com os esquecimentos, sob o jugo a norma vigente por meio dos mecanismos de reconstrução, recuperação, armazenamento, preservação e disseminação da informação. Segundo Pollak (1989, p. 6) o Estado e seus mecanismos de controle por meio dos dispositivos vigiam, coíbem e tentam controlar as memórias tornando subterrâneas todas as representações e resquícios memoriais que desviem da norma vigente, tal fenômeno se mantém até que seja propício que esse material memorial emerja no contexto social.

É comum encontrar, na literatura da grande área de Ciências Humanas ou mesmo na própria área de Ciência da Informação utilizando-se de atributos e conhecimentos da arqueologia, o termo “memória” com o sentido de preservação de documentos, muitas vezes, até, como sinônimo de bibliotecas. Ressalto as bibliotecas, os arquivos e os museus constituem a memória de um povo. E a própria noção de memória consiste em uma analogia da memória humana, responsável por reter informações na mente e recuperá-las quando necessário.

Segundo o que se pode observar no decorrer da história das ciências e do próprio registro o conceito de documento não é restrito à Documentação, o mesmo também não seria restrito a Documentologia³⁶ definida por Silva (1961). Para esse autor, a Documentologia seria formada por diversos outros ramos, como a Arquivologia, a Bibliografia (subdivida em Biblioteconomia) e a Museologia³⁷. Tal abertura proporcionada pelo amplo conceito de documento, como realizada por Otlet (1937), que distancia o conceito de documento de seu suporte físico, comumente o papel e o livro, para o entendimento de cunho informacional, de seu conteúdo e assunto, possibilita investigar na literatura científica da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia como os teóricos dessas áreas do conhecimento entendem o conceito de documento. Segundo Otlet (1937) documento pode ser definido como:

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos.

Smit (1986), que ao discorrer sobre a Documentação, revela, que ela pode ser chamada com certa frequência de “Ciência da Informação”, uma vez que ambas lidam com a informação sem restringir a ideia de documentos presentes nos acervos de bibliotecas, museus e arquivos das mais variadas espécies. Essa relação que tais autores pontuam existir entre a Documentação e a Ciência da Informação é também apontada por Araújo (2011), uma vez que tais ciências apresentam em comum a preocupação em armazenar, organizar e disseminar a informação científica e tecnológica.

Dessa forma podemos acolher para uma melhor compreensão do que seria Documentação como um extrapolar da dimensão do suporte em direção à informação contida nos variados documentos localizados em diferentes instituições. Assim, os documentos abrem caminho para a formação da memória da humanidade, universo essa abrangido em amplo aspecto pela Ciência da Informação, independente dos formatos e suportes em que são registrados pelo homem. Esse entendimento aponta para a multiplicidade de suportes, como os analisados na pesquisa aqui apresentada, e cria os contornos de totalidade e universalidade proposta por Otlet em sua obra científica juntamente com La Fontaine, que se configura como a Ciência da Documentação em tempos hodiernos.

³⁶ Ciência incorporada às Ciências sociais que estuda, organiza e administra o documento.

³⁷ A concepção de Silva (1961) pode ser notada no primeiro concurso público para preenchimento da vaga de documentalista, promovido, em 1948, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para o qual se exigia do candidato conhecimentos de bibliotecas, arquivos e coleções museográficas. Como também pode ser notada, dez anos mais tarde, em 1958, no edital do concurso do Serviço Social Rural que previa a concepção de uma base cultural em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

3.1 Análise documental

Conceitualmente não se pretende exaurir todos os aspectos relacionadas às definições e conceitos epistemológicos do termo “documento” mas apenas embasar o leitor sobre qual o significado ou conceito empregado nessa pesquisa para uma melhor compreensão acerca da temática abordada e principalmente sobre o método de análise adotado.

Assim para a pesquisa em questão conceitualmente, para Gomes (1967), o documento é considerado “[...] peça escrita ou impressa que oferece prova ou informação sobre um assunto ou matéria qualquer” Gomes (1967, p. 5). Ressalta-se que para a pesquisa apresentada o documento vincula-se a materiais físicos que de alguma forma são registrados, no caso as atas das reuniões das ONGs e os processos criminais que envolvem LGBTs. Esses documentos são guardados e conservados em arquivos, que, por sua vez, consistem em um local onde se armazenam conjuntos de documentos com a finalidade de tornar acessível o uso das informações contidas nos mesmos. Não obstante, para Paes (2006, p. 26), o documento consiste no “[...] registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”. Acrescenta que a distinção entre o conceito de documento e de documento de arquivo reside na diferença de sua origem e de sua coleta, a saber: 1) Aquele que, produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de prova ou informação; 2) Aquele produzido e/ou recebido por pessoa física no decurso de sua existência” Paes (2006, p. 26). No caso o autor da pesquisa aqui apresentada fez uso dos documentos produzidos e armazenados pelas instituições de apoio e defesa dos direitos dos LGBTs da região analisada, no caso as ONGs e o próprio poder judiciário.

Dessa forma compreendemos que os processos informacionais são de natureza social, com isso são regidos pelas relações de poder estabelecidas nos contextos em que se inserem, influenciando-os e sendo influenciado por eles. Segundo Le Goff (2003, p. 538):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Assim a ata enquanto forma de registro, é utilizado com o intuito de construir a materialidade dos fatos, registrando no papel, a memória de um grupo a partir de narrativas de um sujeito legitimado pelos demais para redigi-la. Tem-se assim, a ata como uma fonte de conhecimento de uma dada realidade, possibilitando-nos problematizá-las, analisá-las e interpretá-las. Sendo necessária a compreensão da dinâmica da memória, que ao lançarmos

olhares sobre o passado em momentos diferentes podemos ter análises dessemelhantes e a partir dessas perceber o contexto em que a macroestrutura foi produzida.

Para tal estudo, inicialmente foram realizadas a identificação e organização cronológica das atas, com intuito de facilitar a busca e os agrupamentos das informações, a partir da frequência, o fato registrado e o período correspondente. Dessa forma, procedeu-se com a análise documental de onde emergiram categorias temáticas relevantes ao estudo através da sua frequência e ocorrência. Podendo ser relacionadas ao contexto em que as mesmas foram produzidas em virtude da forte ligação dos temas com os contextos sociopolítico, cultural e econômico em que estavam imersos. Tal análise foi realizada a partir da leitura das atas, identificação de macroestruturas e extração de conceitos, em articulação com os referenciais teóricos pertinentes.

Tais atas são advinda das Organizações Não Governamentais (ONG) “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual” do Cariri (GALOSC) e da Associação de Apoio, Defesa e Cidadania dos Homossexuais (AADECHO) da região do Cariri cearense, além da documentação produzida pelo fórum da cidade de Juazeiro do Norte – Ceará, que envolvam sujeitos LGBT, o período analisado fora marcado por fortes pressões políticas e culturais no contexto global que ecoaram no contexto local, tal conjuntura político e cultural sofre uma guinada no tocante as reivindicações e lutas marcadas anteriormente pelo reconhecimento da cidadania e agora por direitos e espaço social, dado o novo cenário nacional de abertura às temáticas LGBTs e assim uma nova pauta na discussão onde se vislumbra outros debates acerca de temas que emergem dos registros da atas da ONG. Entre eles pode-se observar que além da temática DST/AIDS, prevenção e violência, o registro revela uma maior atuação nas lutas pelos direitos humanos, sendo perceptível nos discursos o apoio ao casamento igualitário e sobre a nova abertura social que se pode observar no âmbito nacional.

3.2 Identificação das temáticas

Após a análise dos documentos fornecidos definiram-se grupos temáticos para a categorização de tais temas. No entanto, elencaram-se três grupos temáticos apresentados a seguir: Violência contra LGBTs, DST/AIDS, Direitos e cidadania LGBT.

As macroestruturas (partes) das atas das reuniões da ONG e o discurso em torno daquele tema durante a reunião foram observados e, em seguida, foram verificadas as frequências dos termos. O resultado desse procedimento foi organizado em forma de mapas conceituais onde se podem elucidar vínculos anteriormente não estabelecidos.

Figura 5: Representação das microestruturas com o tema “violência contra LGBTs no Cariri cearense”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Ao estabelecermos os vínculos entre as temáticas emergentes e o contexto local do período do registro pode-se observar que com relação aos crimes de ódio e homofobia os termos emergem no período em que ocorreram os maiores índices de crimes de natureza fútil, com sinais de crueldade apresentando características como a premeditação contra sujeitos LGBTs na região analisada. Ressalta-se, ainda, que em grande parte dos casos os acusados pelos crimes tinham ligação de natureza íntima ou afetiva com suas vítimas, além de desfrutar da confiança dos mesmos. Tais crimes foram cometidos com crueldade e sem motivos aparentes, o que nos remete a uma análise mais profunda de que o ato de matar, eliminar, apagar o físico não se aplica dada a natureza cruel e perversa em que tal crime foi forjado. Ressalta-se que para além da violência contra o corpo (físico) tem-se o intuito de destruir qualquer representação que venha a borrar as fronteiras da normatividade. Assim os atos de violência direcionados a tal população, manifestados por meio de tais crimes analisados, carregam em si elementos que vislumbram a assepsia social pautada em ideais hegemônicos.

Dessa forma, em grande parte dos crimes cometidos não apresentam solução ou não chegam a conclusão em tempo hábil gerando assim uma categoria própria de crimes sem solução.

Percebe-se que a indignação diante de tais práticas de violência é pertinente ao discurso dos integrantes da ONG, que acabam por ser absorvida nos registros das atas. Findam por mostrarem-se apreensivos por vivenciarem sua sexualidade. Sentem-se coagidos a ter que solicitar autorização para existir, condicionados as normas e regras instituídas pela sociedade. Não adequando-se a marginalia e a abjeção concedida a eles, acabam por ser extinguidos através de tais crimes. Para além de nomear, categorizar, cabe percebermos o quanto tais atos são responsáveis pela condição de não humano direcionadas a tais sujeitos.

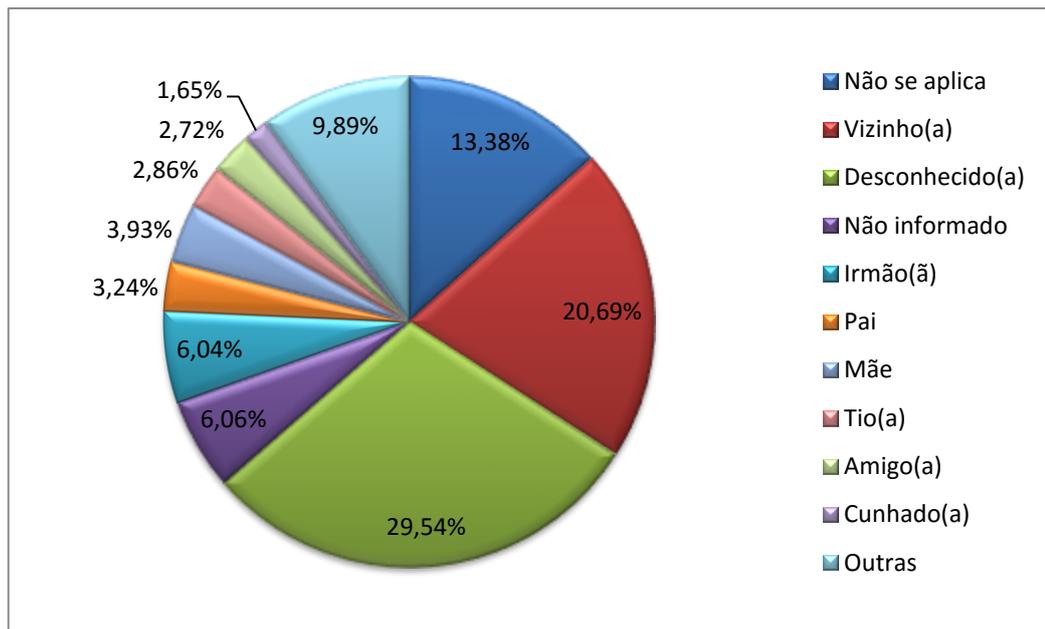
Em tempos hodiernos o discurso normativo da sexualidade se configura como atroz com que são tratados tais sujeitos se traveste em possível aceitação, no entanto apenas torna tal prática dissolvida socialmente de forma a não ser percebida nos atos escritos ou falados, nos processos penais e em toda sorte de registro. Iniciamos 2014 com o maior aumento no número de crimes contra LGBTs, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 19 horas um gay, travesti, bissexual, transexual ou lésbica é brutalmente assassinado, vítima da homofobia – o ódio à homossexualidade³⁸, mortes estas que apresentam auto grau de violência contra o sujeito que é vítima e na maior parte dos casos por motivo torpe, onde os algozes desejam em

³⁸ Luiz Mott e Marcelo Cerqueira, *Causa Mortis: Homofobia*, Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia, 2001.

sua maioria não apenas matar o físico do sujeito, mas sim calar, silenciar e apagar toda a representação desse sujeito frente à sociedade. Ressalta-se que grande parte dos agressores são próximos das vítimas e gozam de sua confiança, tornando tal crime ainda mais perverso pois não deixa margem para a resistência do sujeito.

Como se pode observar no relatório violência homofóbica no Brasil do ano de 2012. O gráfico a seguir apresenta as relações entre suspeitos e vítimas que se conheciam. Vizinhos são os mais frequentes, com 20,69%, seguido de familiares com 17,72%. Entre os familiares, destacam-se os irmãos, com 6,04% das ocorrências, seguidos pelas mães e pais, com 3,93% e 3,24%, respectivamente. Na categoria “outras relações”, que soma 9,89%, inclui-se relações menos recorrentes, como empregador (1,4%), ex-companheiro (1,07%), professor (0,77%) e empregado (0,5%). Em 2011 a maior parte dos suspeitos das violações foram familiares (38,2%) e vizinhos (35,8%), seguidos por companheiros, com 11,6% e amigos (8,4%).

Gráfico 3: Relação suspeito-vítima segundo o relatório sobre violência homofóbica no Brasil do ano de 2012



Fonte: Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012

Tais dados podem ser certificados por meio da análise dos dados fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) que coloca o Estado do Ceará como o quarto Estado brasileiro com o maior número de casos de violência contra a população LGBT registrados pelo poder público.

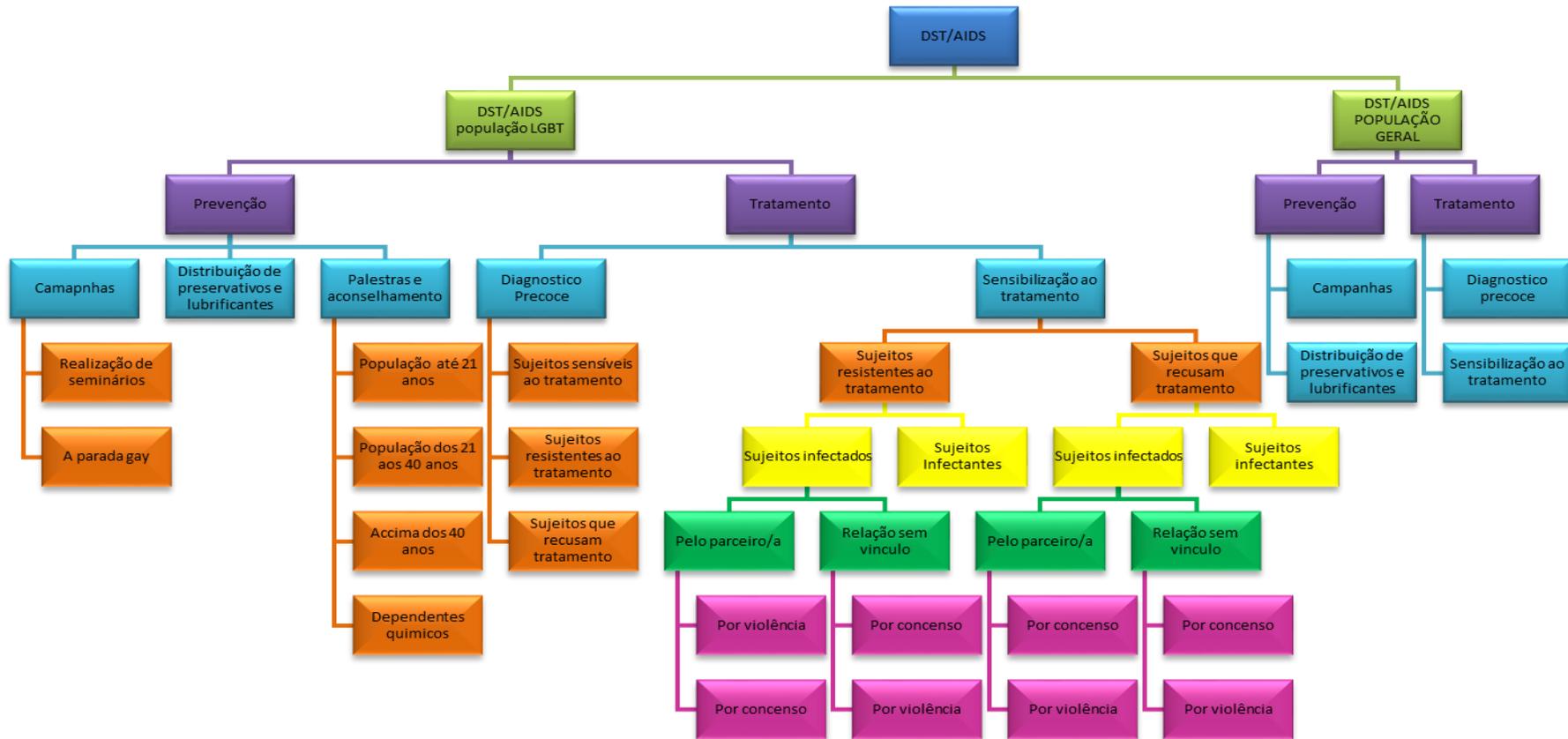
Os dados referentes ao ano de 2011 no Ceará apresentaram exatos 476 registros de homofobia. O número de casos de violência no Estado só perde para São Paulo (1.110), Minas Gerais (563) e Rio de Janeiro (518).

Pode-se observar que para além da exclusão tais interlocutores são desprovidos da condição de humanidade e colocados em um não-lugar destinado aqueles que não são desejáveis e tem a identidade marcada por meio da violência, onde sua existência é condicionada em função da identificação de suas práticas sexuais. A sociedade conforme enuncia Foucault (1993) faz uso de um complexo e perverso mecanismo de controle composto por dispositivos que tem como objetivo vigiar toda a ação social apresentando como meta tornar os sujeitos dóceis e politicamente corretos para os padrões sociais que nesse caso é heteronormativo, machista e tem forte influência do patriarcado.

No mapa 02 pode-se observar por meio dos termos que emergem das atas que existem uma preocupação com relação a temática DST/AIDS por parte das ONGs devido a todo o estigma social vivenciado pela população LGBT durante a década de 1980e que apresenta ecos discursivos nas décadas seguintes que prevalece em tempos hodiernos. Sendo notória que a temática é constante devido a vinculação da ONG ao Ministério da Saúde, sendo o mesmo uma das principais formas de enxerte de verbas para continuação de tais instituições de forma direta ou indireta, uma vez que exigem ações voltadas para a prevenção das DST/AIDS, por ainda perceber a população LGBT como vulnerável ou taxonomiza-la como grupo de risco. Dessa forma, observa-se que, a categorização tenta abranger a maior parte da população LGBT ou não, uma vez que, a mudança no perfil das pessoas vivendo com HIV/AIDS tem se configurado como uma realidade, pois após a revolução promovida pelos estimulantes sexuais e pela errônea consciência ainda ecoante dos grupos de risco, sujeitos heterossexuais, com relacionamento fixo, não seriam vítimas de tal patologia, o que reforça estereótipos e consolidam preconceitos com determinados grupos sociais como é o caso dos LGBTs, dos profissionais do sexo e dos dependentes químicos. Tal aspecto pode ser confirmado por meio dos discursos das mídias nas décadas de 1980, 1990 e de forma sutil nas décadas seguintes. Na década de 1990 a compreensão conceitual de grupos de risco foram substituídos por comportamento de risco o que prevalece até tempos hodiernos. No entanto, deve-se ressaltar a revolução sexual promovida pelos estimulantes sexuais, que foram capazes de devolver uma vida sexualmente ativa aos sujeitos que já não o praticavam há certo tempo, isso promoveu uma revolução no contexto da sexualidade e da própria disseminação do vírus, uma vez que tais sujeitos não vivenciaram de forma ativa o aparecimento da patologia na década de 1980. Assim a patologia que antes era tida como o castigo, pecado, a “peste gay” e

que vitimizava apenas os desviantes, sai das ruas e adentra os lares, dando uma nova perspectiva no trato sociocultural de tal patologia.

Figura 6: Representação das microestruturas com o tema “DST/AIDS” na região do Cariri cearense



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Dessa forma considerando o período de 1983 a 2012 no estado membro do Ceará³⁹, a faixa etária de 20 a 49 anos de idade apresentam as maiores taxas de incidência de AIDS com 10.551 casos (86,1%), confirmando que a principal forma de transmissão da doença é sexual. A contribuição das outras faixas etárias foi significativamente menor, sendo 1.169 (9,5%) adultos com 50 ou mais, 298 (2,4%) em menores de 13 anos, 230 (1,8%) em adolescentes de 13 a 19 anos.

Assim, o aumento no número de casos na faixa etária acima de 50 anos pode estar associado à mudança de comportamento sexual nessa faixa etária. A modificação dos costumes e das práticas sexuais seguras talvez ainda não tinham sido absorvidas por essa população, por formação cultural, o que faz com que este grupo populacional tenha um risco potencial em crescimento nos últimos anos. Conforme é mostrado na Figura 3.

A relação público/privado, sempre foi tida como algo delicado no tocante a sexualidade, nesse cenário o privado se torna público e o público adentra o privado, personificando uma intrincada trama que tem como personagem central a mulher, casada, tida na sociedade como imune a tal diagnóstico, por esconder-se por trás da pseudo ideia de proteção advinda do parceiro único, visto que o mesmo fora o responsável pela contaminação da parceira. Tal mudança social fez com que o número de sujeitos heterossexuais, não usuários de drogas e não hemofílicos, que não praticavam o sexo como forma laborativa de maneira insegura com um grande número de parceiros aumentando consideravelmente os riscos.

Ao analisarmos os boletins médicos, especificamente a evolução de tal patologia nos últimos trinta anos, se pode afirmar que, os casos de AIDS por categoria de exposição, observa-se que o número de casos entre a população de homens que fazem sexo com homens (HSH) foi a mais atingida no início da epidemia, ou seja na década de 1980, chegando a apresentar cerca de 50% dos casos⁴⁰. Já na década de 1990, observou-se uma estabilização nesta categoria, representando, proporcionalmente, 18% dos casos.

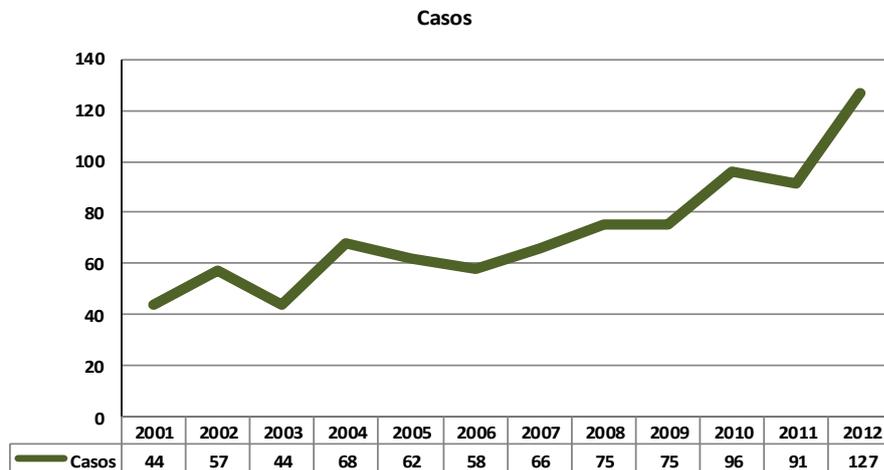
Em contrapartida, nesta mesma década, observou-se o crescimento progressivo dos casos de transmissão heterossexual, atingindo, no ano de 1999, 32% dos casos diagnosticados no Brasil. Os dados do Boletim Epidemiológico AIDS só vêm confirmar que a transmissão

³⁹ Dados extraídos do Informe Epidemiológico AIDS Fevereiro/2013 do estado membro do Ceará.

⁴⁰ Ver Brasil, Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Boletim epidemiológico AIDS. Brasília-DF, Ano III, nº 1, Jan a Jun/ 2006 a. p. 3-5. e Chequer P, Castilho EC. Epidemiologia do HIV/AIDS no Brasil. In: Parker R. Políticas, Instituições e AIDS: Enfrentando a Epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA; 1997. p.17-22.

heterossexual masculina vem aumentando, de forma que em 2005 foi registrado o maior percentual dessa categoria, com 44,2% dos casos.

Gráfico 4: Casos de AIDS em pacientes com 50 anos ou mais de idade, segundo ano de diagnóstico, Ceará, 2001 a 2012



Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará / SINAN

Uma consequência do aumento dos casos de AIDS masculinos, em razão da transmissão heterossexual, é o apontado como o principal fator de aumento dos casos em mulheres. Desde o início da epidemia, a transmissão por via sexual vem apresentando mais de 75% dos casos de AIDS em mulheres, chegando em 2005 a 94,5%. Nesse caso, ao cruzarmos tais variáveis a atrelarmos a elas as condições culturais do espaço analisado percebemos que tal afirmação é certificado uma vez que o número de mulheres com parceiro fixo e relações estáveis atingidas pelo vírus da AIDS também cresceu exponencialmente desde o início da epidemia. Como se pode observar a Tabela 1 evidencia que na análise por categoria de exposição entre os indivíduos com 13 anos ou mais de idade, a principal forma tem sido a sexual, sendo os heterossexuais predominantes desde 1997⁴¹. Do início da epidemia até 1996 predominaram os casos entre os homens que fazem sexo com homens - HSH. A feminização da AIDS é reflexo do comportamento da população feminina, associado a aspectos de vulnerabilidade biológica da mulher com o crescimento dos casos de AIDS em mulheres em idade reprodutiva. Por outro lado, tem se apresentado um aumento em menores de 13 anos por conta da transmissão vertical⁴².

⁴¹ Dados extraídos do Informe Epidemiológico AIDS Fevereiro/2013 do estado membro do Ceará.

⁴² Denomina-se transmissão vertical do HIV/AIDS a situação em que a criança é infectada pelo vírus da AIDS durante a gestação, o parto ou por meio da amamentação.

Tabela 2: Casos de AIDS em 13 anos e mais de idade, segundo categoria de exposição e ano de diagnóstico. Ceará, 1985 a 2012

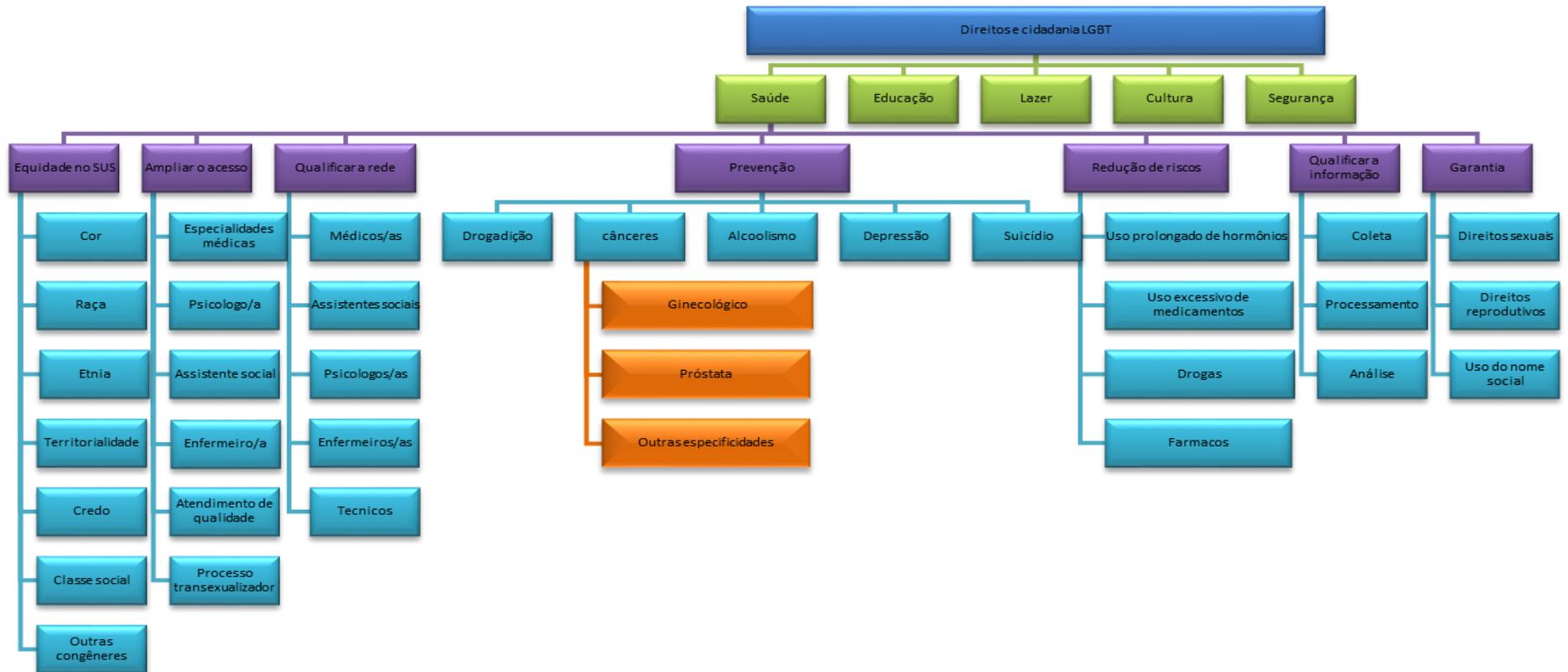
Ano	Heterossexual	Homossexual	Bissexual	UDI	Hemofilico	T.Vertical	Transfusão	Acid. Trabalho	Ignorado	Total
1986	0	2	1	1	1	0	0	0	2	7
1987	1	7	4	0	1	0	0	0	0	13
1988	5	9	7	0	1	0	0	0	3	25
1989	4	21	10	2	3	0	0	0	14	54
1990	10	32	9	0	1	0	0	0	18	70
1991	11	35	27	4	5	0	0	0	45	127
1992	49	57	28	3	0	0	0	0	31	168
1993	28	65	30	3	4	0	2	0	45	177
1994	50	69	35	2	5	0	0	0	45	206
1995	84	69	48	13	0	0	0	0	77	291
1996	79	67	47	7	3	0	1	0	97	301
1997	144	94	55	9	1	0	1	0	129	433
1998	274	120	69	2	1	0	0	0	74	540
1999	254	113	79	5	1	0	1	0	92	545
2000	258	96	63	2	1	0	2	0	126	548
2001	300	101	60	4	2	0	0	0	114	581
2002	295	102	70	0	0	0	0	0	125	592
2003	368	102	59	1	1	0	1	1	129	662
2004	407	143	73	3	0	0	0	0	119	745
2005	381	96	69	3	0	0	0	0	95	644
2006	289	81	39	2	0	2	1	1	179	594
2007	340	113	44	4	0	1	0	0	190	692
2008	286	87	42	3	0	3	0	0	242	663
2009	313	76	34	3	1	5	0	0	254	686
2010	370	122	48	1	0	1	0	0	251	793
2011	422	128	36	0	0	4	0	0	274	864
2012	349	103	27	3	0	3	0	0	310	795

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará / SINAN

Pode-se ainda afirmar que após todo esse longo processo de desconstrução da imagem social se pode observar certo nível de conscientização oriunda não apenas das campanhas e labutas cotidianas em função de certificação dos direitos dos LGBTs⁴³, mas também da instalação do centro de diagnóstico em DST/AIDS da cidade de Juazeiro do Norte em parceria com a ONG.

⁴³ Considerando a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) no ano de 2009 e a necessidade de promover a articulação entre as ações dos diversos órgãos do Ministério da Saúde e das demais instâncias do Sistema Único de Saúde, na promoção de ações e serviços de saúde voltados à população LGBT.

Figura 7: Representação das microestruturas com o “tema Direitos e Cidadania LGBT”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A questão dos Direitos Fundamentais para a população LGBT é pauta recorrente nas atas da ONG, uma vez que, em muitos casos quando um LGBT busca algum serviço seja ele de saúde ou segurança o mesmo é tratado como cidadão de “segunda linha” tendo muitas vezes seus direitos negados ou simplesmente cerceados pela cultura heteronormativa vigente. Em diversos casos quando um sujeito LGBT busca atendimento em uma delegacia o mesmo é tido como motivador do ocorrido sem muitas vezes ser ouvido. As questões de moradia, lazer e educação são ainda mais invisibilizadas, pois em muitos casos a comunidade LGBT pratica a prostituição como função laborativa, o que denigre e marginaliza ainda mais tal extrato social, tornando-o marginal e abjeto. Ressalta-se que em alguns casos a prostituição é exercida como escolha laborativa em outras, como forma de obtenção de prazer dentro da subcultura homoerótica.

As demais temáticas são reincidentes no âmbito do movimento LGBT no Cariri e por traços peculiares das lutas cotidianas do próprio movimento na região, em uma tentativa de auferir o espaço, dignidade e a reestabelecer os direitos humanos que lhes fora cerceados.

3.3 Aboutness

Segundo Guedes(2009) inicialmente, o termo *aboutness* possui um problema relativo à sua apresentação no idioma fluente no Brasil, no caso o português, pois mesmo já sendo utilizado na literatura nacional, não há consenso sobre sua tradução ou adaptação gramatical em língua portuguesa.

Desse modo, é possível encontrar o termo traduzido como “atinência” (Dias; Naves, 2007; Alvarenga, 2001) e “tematicidade” (Guimarães; Moraes, 2006; Medeiros, 1986; Fujita, 2003; 2004), ou determinado simplesmente como um sinônimo para o termo “assunto”, seguindo a opinião de Hjørland (1997) embora o termo assunto também possua divergências teóricas quanto à sua conceituação em Ciência da Informação.

Para Baranow (1983) em uma das primeiras obras em português que observam o problema da tradução do termo:

[...] o primeiro passo na indexação é determinar do que trata um determinado documento. É o que poderíamos chamar de ‘concernência’ (do verbo concernir, adj. concernente), termo mais adequado ao vernáculo do que o esdrúxulo anglicismo ‘sobrecidade’ (aboutness).

Para a Ciência da Informação o conceito *aboutness* alocou uma maior disseminação nos últimos anos, a partir da década de 1970 do século XX, segundo assinala Beghtol (1986) com o trabalho de John Hutchins, Guimarães (2006) e Moraes (2006). Hutchins (1977) definiu “*what documents are about?*” como a pergunta principal para a área, no entanto,

ressalta-se que tal área não chegou a um consenso quanto à sua definição, pois sua relação com o termo assunto e a operação análise de assunto faz com que diversas vezes sejam considerados meros sinônimos ou variações, causando inclusive o questionamento da validade ou utilidade Hjørland (2007) de uma definição conceitual do termo.

No decorrer desta seção da pesquisa de dissertação aqui apresentada, buscou-se apresentar um breve histórico e as definições de *aboutness*, além das discussões encontradas na literatura, sem o compromisso de buscar um conceito definitivo ou uma verdade absoluta sobre a temática. Embora a busca pela clara distinção entre assunto e *aboutness* tenha sido pretendida, percebeu-se que a relação intrínseca dos termos denota a quase impossibilidade de tratá-los de forma isolada, pois conforme Joudrey (2005) os conceitos foram intrinsecamente entrelaçados desde que a Biblioteconomia e Ciência da Informação tenderam a tratar os termos enquanto sinônimos.

Segundo Guedes (2009) o trabalho de Charles Ammi Cutter (1876), intitulado *Rules for a Dictionary Catalog*, no qual se buscou conforme Foskett (1973) estabelecer diretrizes acerca da criação de catálogos de assuntos, e dessa forma, apresentou suas considerações quanto a problemática da identificação de assuntos, mesmo que em alguns casos, suas soluções apontassem a sublimidade da inocência Foskett (1973).

Assim podemos observar que os objetivos de Cutter (1876) em seu trabalho *Rules for a Dictionary Catalog* têm conduzido os princípios da Organização da Informação desde sua publicação e suas ideias ainda norteiam práticas atuais Joudrey (2005).

Em um primeiro momento a Biblioteconomia passou a ter preocupações de ordem mais conceituais e teóricas, o termo *aboutness*, não era utilizado, e seu lugar era de fato preenchido pelos termos tidos como sinônimos, tais como: assunto, tema, tópico.

Segundo Guedes (2009) Fairthorne (1969) também havia segundo Wanderley (1973, p.187) observado a amplitude do universo relacionado ao *aboutness*:

Problema crucial, mas que transcende o plano estritamente linguístico é, nessa esfera da comunicação, o da "aboutness" a que se refere Fairthorne, ou seja, o da "atênção" dos documentos, o da natureza daquilo sobre que versam e a propósito de que os solicitam os usuários. O julgamento do conteúdo tem por substrato um fundo amplo de experiência social e psicológica, mas apóia-se na evidência dos textos quanto às regras de linguagem, conceitos, interpretações, classe e relações.

Ressalta-se a colocação de Fairthorne (1969 citado por Beghtol, 1986) ainda observou que em geral tem sido maior a preocupação em definir se dois ou mais documentos são referentes a um mesmo assunto, do que determinar o assunto de um documento em si.

Tal prática é advinda da tradição da classificação, pois como lembra Hickey (1976, p.273) o campo da análise de assuntos, acabou dividido em duas direções: catalogação de assuntos e classificação.

Enquanto a catalogação de assunto envolvia a seleção da terminologia para representar o conteúdo do documento singularmente e associada à catalogação descritiva, o processo da classificação é a tentativa de agrupar os materiais sob um mesmo tema, constituindo uma operação distinta.

4 PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A metodologia adotada para a realização da pesquisa aqui apresentada configura-se como um conglomerado rizomático de métodos e fontes complexo, que objetiva a construção deste estudo. Logo foram adotados os procedimentos metodológicos necessários para obter respostas aos questionamentos e aos objetivos propostos inicialmente pelo pesquisador que seguem as seguintes etapas:

Em um primeiro momento fora realizada uma Análise de Domínio como forma de visualização da extensão da pesquisa e sua abrangência;

No segundo momento foi utilizado a cartografia de documentos pois segundo Rolnik (1989) paisagens psicossociais, políticas e afetivas também são cartografáveis;

Em um terceiro momento fora realizado a seleção e o tratamento da documentação localizada.

4.1 Análise de domínio como subsidio a Organização do Conhecimento (O.C.) e a reconstrução da memória

Segundo a teoria proposta por Birger Hjørland, colocada pelo mesmo como a alternativa mais prolífica para a reorientação da Ciência da Informação Ørom (2000), a mesma aloca a informação de forma que o entendimento da mesma se dá a partir do paradigma social da Ciência da Informação.

Assim segundo aponta Nascimento (2006) a análise de domínio é um contraponto das abordagens do cognitivismo e dos sistemas de informação que se voltam aos processos psicológicos e tecnológicos, respectivamente, sumarizadas no quadro a seguir:

Tabela 3: Abordagens da Ciência da Informação⁴⁴

Paradigmas	Abordagem	Processos	O olhar
Cognitivo	Indivíduo	Psicológicos	Organização e tratamento da Informação
Físico	Sistema	Tecnológicos	
Social	Domínio	Sociais e Culturais	Informação construída

Fonte: NASCIMENTO (2006)

Logo compreendemos que a abordagem da Análise de Domínio em Ciência da Informação configura-se como um paradigma social concebido pela área, apresentando como

⁴⁴ Ver NASCIMENTO, Denise Morado. A abordagem sócio-cultural da informação. In. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006.

foco uma abordagem funcionalista que objetiva compreender as funções implícitas e explícitas da informação e por fim na comunicação (Hjørland, Albrechtsen, 1995).

Determinados estudiosos da área de Ciência da Informação e da Biblioteconomia tem se debruçado sobre a temática desde meados de 1994 até tempos hodiernos com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a temática e consolidar a mesma dentro da área de Ciência da Informação. Assim a corrente de pensamento proposta por (Hjørland; Albrechtsen, 1995) e consolidada pelos trabalhos de Birger Hjørland (Hjørland, 1998; 2002) entre outros, apresentam dois enfoques, um sobre a teoria da análise de domínio e outro sobre a aplicação dos princípios de análise de domínio nos mais variados temas que se consolidam como domínios dentro das pesquisas de tais autores. Ressalto que tais enfoques não são independentes mas interdependentes ao serem apresentados em seus textos. Não diferente, a pesquisa realizada utiliza como principal fonte de recursos informacionais as atas elaboradas pelas ONGs de militância LGBT da região do Cariri cearense efetuando um cruzamento de dados fornecidos ora pelas atas ora pelos discursos dos ativistas que atuam ou atuaram na militância em tal região.

Assim Hjørland e Albrechtsen (1995, p.400) definem um paradigma domínio-analítico enquanto:

[...] primeiramente, um paradigma social que considera a CI [Ciência da Informação] como uma das muitas ciências sociais, fomentando [...] perspectivas psicossociais, sociolinguísticas, sociológicas do conhecimento e sociológicas da ciência no contexto da Ciência da Informação. O paradigma domínio-analítico é, em segundo lugar, uma abordagem funcionalista, com o intuito de entender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação, e de delinear mecanismos subjacentes ao comportamento informacional a partir desta visão. Em terceiro lugar, é uma abordagem filosófico-realista, tentando constatar as bases da CI por meio de fatores que sejam externos às percepções individualístico-subjetiva dos usuários em oposição, por exemplo, aos paradigmas comportamentais e cognitivos.

Segundo Hjørland e Albrechtsen (1995) a Ciência da Informação deve assumir a inserção das ciências sociais em suas bases teóricas, visto que o objeto de estudo é socialmente produzido, transferido e utilizado. Para tanto, os referidos autores propõem o uso da Análise de Domínio, proveniente da Ciência da Computação, como abordagem à área que destaca as dimensões sociais, históricas e culturais da informação como pré-condições para o entendimento da informação. Portanto, a proposta da Análise de Domínio é realizar uma análise qualitativa, histórica e funcional da informação.

Assim segundo Hjørland (1995, 1997) expõe sua teoria, afirmando primeiramente, que a unidade de análise da Ciência da Informação é formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento concernentes às suas comunidades discursivas (*discourse communities*). Estas comunidades não são entidades autônomas, mas distintas

construções sociais compreendidas por indivíduos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, e constituintes da sociedade moderna. Naturalmente, concatenadas às dimensões culturais e sociais.

Segundo Nascimento (2006, p. 31):

A análise de domínio reconhece que as comunidades discursivas compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social. A história do indivíduo, inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento.

Ainda segundo Nascimento (2006) ao citar Hjørland (1997):

[...] ao considerar as abordagens da Ciência da Informação é importante distinguir os diferentes níveis de questionamento: holísticas ou atomísticas, individuais ou sociais, subjetivas ou objetivas, formalistas ou determinadas por conteúdo, históricas ou situacionais, simbólicas ou conexionistas, dinâmicas ou estáticas, entre outros. Mas, a investigação de domínios, grupos de trabalho, disciplinas ou comunidades discursivas, ao contrário das estruturas de conhecimento individuais, permite-nos colocar a hipótese de que, assim, a aproximação da Ciência da Informação com as Ciências Sociais é possível.

Assim como forma de trabalhar a análise de domínio devemos ter uma real noção daquilo que trabalhamos e principalmente o que se quer com tal estudo para que assim possamos definir o alcance e o escopo da pesquisa para delimitar de forma a torna-la possível, realizável. Assim segundo as conclusões de Tennis (2003) para especificar a extensão devemos nomear o domínio, tão especificamente quanto possível e, ao fazê-lo detalhar as suas extensões e as suas exclusões. Nomear um domínio é rotulá-lo, tornando específico e plausível de realização. Logo segundo Tennis (2012, p. 8):

Com o objetivo de delinear a estrutura de um domínio e o que o analista entende como sendo suas partes, o alcance e escopo de uma análise de domínio, também deveriam ser levados em conta os níveis de especialização de um domínio. Isso surge do truismo básico de que quanto mais de perto se analisa um problema, mais complexo ele se torna, ou seja, quanto mais observarmos um domínio sem restrições quanto ao olhar especializado que adotarmos, podemos construir um critério arbitrário, ou pelo menos post hoc, para se parar. Isto é, a especificidade da nossa análise deve ser comunicada antes pelos métodos de fluxo da consciência do que pelo desenvolvimento.

Para compreendemos de forma geral Tennis (2012, p. 11) afirma que, uma análise de domínio coerente oferece aos seus leitores uma declaração clara sobre a sua definição, escopo e alcance, e a sua finalidade. Os elementos da análise de domínio amparam estes requisitos.

Logo o processo de compreensão da memória do movimento LGBT no Cariri cearense por meio da reconstrução da mesma sob a influência da organização do conhecimento pode ser alocada como forma de análise de domínio da seguinte forma, uma vez que em vista do

exposto, acredita-se que a Análise de Domínio viabiliza essa interpretação ao identificar o contexto em análise e seus relacionamentos internos e externos Ribeiro (2001, p.85):

Movimento LGBT no Cariri cearense

Definição de Movimento LGBT no Cariri cearense: Movimento iniciado no final da década de 1990 como forma de resistência ao cerceamento dos direitos da população LGBT da região do Cariri cearense e também como forma de denuncia as práticas cotidianas de violência crescente aplicadas a tal grupo social. O contexto histórico e político-social desencadearam o cenário propício ao surgimentos de instituições de apoio e luta pela cidadania e pelos direitos LGBT no Brasil e consequentemente na localidade analisada.

No ano de 2002 surge a primeira ONG com o intuito de fortalecer a luta e organizar o movimento estabelecendo uma forma organizada de reivindicação dos direitos de tal população que até o momento tinham sido alocados de forma marginal devido a construção sócio-política da região analisada, que teve seu desenvolvimento econômico e o próprio crescimento populacional atrelado a fatos religiosos que soterraram e dificultaram a formação de um espaço igualitário de direitos.

Escopo e alcance: Para os propósitos desta análise de domínio foram utilizados as atas das reuniões das ONGs e o discurso dos militantes que em algum momento atuaram e atuam no movimento LGBT na região do Cariri. Tal escopo compreende a documentação das Organizações não governamentais (ONGs) “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri” (GALOSC) e “Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO) além da contribuição da Associação de Apoio, Defesa e Cidadania dos Homossexuais (Aadecho) que fora a primeira ONG fundada no ano de 2002 e que atuara na região até o ano de 2004 quando por intervenção judicial teve suas atividades cerceadas. Ressalta-se que as ONGs: “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri” (GALOSC) e “Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO) surgem no ano de 2004. Isto compreende 25 atas produzidas pela ONG com início no ano de 2006 até 2013, além do discurso dos ativistas que atuaram de forma decisiva no movimento LGBT na região. Extensão: Todos os conceitos que possam ser identificados no discurso destes textos, bem como suas relações. Exclusão: Não será considerado nada com data posterior a 2013, nem outras fontes para esta análise de domínio, tais como processos penais que envolvam LGBTs, jornais, fotografias, reportagens e outros discursos. Rótulo: Movimento LGBT no Cariri cearense. Foco e Especialização: Se observará especificamente os termos mais recorrentes com objetivo de aloca-los no cenário local e reconstruir a memória do movimento LGBT para de modo verticalizado, analisar a contribuição da O.C. para a

reconstrução da memória do movimento homoafetivo efetuando o cruzamento Das microestruturas que emergem das atas com o discurso dos sujeitos (militantes) entrevistados, no intuito de promover a recuperação de tais informações e reconstruir a memória homoafetiva nesta região.

Propósito: O propósito desta análise de domínio é descritiva, pois segundo o colocado por TENNIS (2012): Há três imperativos de descrição na concepção de análise de domínio de 1995: (1) seguir os métodos das Ciências Sociais; (2) por meio da observação dos atores sociais; (3) em um coletivo que seja externo às posturas subjetivas. Assim, descobre-se algo quando se faz análise de domínio, conforme Hjørland e Albrechtsen (1995). Durante a pesquisa se pode compreender que existe todo um emaranhado social que constitui não apenas formas de interação social mas também a criação de um “dialeto” próprio como forma de resistência ao imposto pela sociedade. Espera-se que figure como um ponto de partida para a criação de uma linguagem documentária sobre a terminologia LGBT com relação a seu contexto de criação, ressalta-se que este não é o objetivo principal da pesquisa. O objetivo principal é de compreender a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da Região do Cariri cearense por meio da identificação das principais temáticas que emergem da documentação das Organizações não governamentais (ONGs) e dos discursos dos militantes.

4.2 A cartografia de documentos

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o elemento desconstrutor de certas realidades onde ocorre uma realocação e ressignificação dos sentido e a formação de outros, realidades que se desvelam para expressar afetos nos contextos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. No entanto, fica clara o uso de tal metodologia exploratória como forma de levantamento de fontes e registros que poderão embasar o estudo aqui apresentado pois as memórias e registros das homossexualidades são colocadas a margem ou alocadas como fontes secundárias e sem importância pela norma vigente. Assim ao eleger tais registros como prioritários e de suma importância subvertemos a norma impondo o não esquecimento de tais memórias, fazendo com que todo um construto venha a emergir no contexto social em que está inserido sob um posição diferenciada e de forma subterrânea.

No entanto, para cartografar os documentos pertinentes ao movimento LGBT na Região do Cariri cearense em um primeiro momento se pensou em que locais, sujeitos ou instituições seriam fontes de documentos para a pesquisa. Logo no contexto a militância

propriamente dita sob a forma das ONGs que atuam na região, a documentação das mesmas se configurara como possível fonte a desvelar todo um contexto social. Por meio das atas das reuniões, dos materiais envolvidos em campanhas de prevenção as doenças sexualmente transmissíveis - DST/AIDS e as notícias veiculadas sobre as mesmas e suas ações afirmativas dentro da militância na região em questão todo um contexto se revelara e fora ganhando contornos com o avanço da pesquisa.

Ao adentrar o contexto das homossexualidades na Região do Cariri se tornou impossível não observar todo um contexto de religiosidade marcada pela exclusão de sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidade que na natureza de suas práticas socioidentitárias e eróticas desviam dos padrões impostos pelo religião, característica marcante na região analisada e que permeia todas as esferas sociais de tal localidade. Por outro lado se tornou uma árdua e complexa tarefa dado o contexto de violência no qual está imerso todo o movimento LGBT na região.

Após a cartografia de documentos, identificação do tipos e localização dos documentos que serviram como fontes deu-se início ao processo de compreensão e evidenciamento das principais temáticas que emergem dos documentos fornecidos pelas ONGs analisadas, com isso a mensuração da importância dos mesmos na reconstrução da memória do movimento LGBT na Região do Cariri cearense.

Por isso, esta pesquisa de natureza documental está apoiada em pesquisa bibliográfica possuindo caráter exploratório (buscou familiaridade com o fenômeno), sob a forma de estudo que se apoia na análise documental, entrevista estruturada além de análise do discurso tanto dos documentos eleitos como fontes, como do próprio discurso dos ativistas que atuam ou atuaram junto as ONGs analisadas.

Com base em uma abordagem qualitativa, buscaram-se, segundo Minayo (2000, p. 21) respostas às questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de sindicatos, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes. Para Martinelli (1999, p.115):

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar.

No entanto, a pesquisa documental foi realizada por meio dos dados fornecidos pelo “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri” (GALOSC) situada à cidade de Juazeiro do Norte – Sul do Estado do Ceará. O material levantado é composto por 25 atas produzidas pela ONG com início no ano de 2006 até 2013, pelos dados também fornecidos

pela Associação de Apoio e Defesa e Cidadania dos Homossexuais (AADECHO), associação já extinta mas que apresentava como dirigentes os mesmos dirigentes da associação acima citada, que atuou na região do ano de 2002 ao ano de 2004, como sede na cidade de Juazeiro do Norte – CE, além da “Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO) com sede na cidade de Crato – CE, que teve sua atuação iniciada no ano de 2004 até os dias atuais.

De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. Segundo Pádua (1997, p.62):

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Assim, em função dos objetivos desta pesquisa, a metodologia mais apropriada para ser utilizada é a que propicia uma abordagem discursiva, trazendo contribuições de Albrechtsen E Hjørland (1995, 1997, 1999, 2002), Tennis (2012), Kobashi (1996) e Guimarães (2008).

Em função dos objetivos propostos na pesquisa, o tratamento mais adequado para ser utilizada é a que propicia uma abordagem discursiva, trazendo contribuições de Michel Pêchex, e os discursos que entram em jogo na construção dos documentos existentes, assim como as linhas de Orlandi (2009) e de Charaudeau (2006), as quais não se preocupam com a quantificação na construção dos dados, pois estes são reunidos em função de sua qualidade, de suas características, exigindo-nos uma tarefa de conceituação. Nesse sentido, a análise do discurso captura, modifica e dissemina acontecimentos, opiniões e ideias do presente, organizando o futuro, autenticando o passado – memória – e realizando uma leitura desses fatos do presente no futuro. Cabe ressaltar que o universo das homossexualidades devido sua construção sócio histórica criou mecanismos de defesa como forma de defesa contra a violência e de resistência em sua sociedade heteronormativa, com isso nos ambientes de socialização (guetos, boates, saunas, locais de prostituição, entre outros) todo um dialeto foi criado como forma segura de comunicação no contexto das homossexualidades. Não o pesquisador ao se propor analisar tal contexto, teve todo um estranhamento discursivo ao se deparar com os sujeitos discursivos que compunham sua amostra.

Logo a metodologia de análise de abordagem discursiva, “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social [cujo] discurso torna possível à permanência, a continuidade, o deslocamento e a transformação do homem e da realidade” Orlandi (2009, p. 15).

Pêcheux (1990) entende o discurso como “o efeito de sentidos sobre os interlocutores” Pêcheux (1990, p.170). Além disso, esses autores concordam ao afirmar que “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se pode recortar e analisar estados diferentes” Orlandi (2009, p.62). Por meio das contribuições de Pêcheux (1990), Orlandi (2009) e Charaudeau (2006), podemos vislumbrar que para podermos compreender melhor os documentos produzidos pelas ONGs se faz necessário compreender o contexto em que foram produzidos e para além desse contexto toda a construção social que desencadeou a formulação de tais documentos e temáticas oriundas dos mesmos, com isso se tornou necessário a produção de um apêndice que se encontra em anexo, com parte significativa do vocabulário das homossexualidades como forma de compreensão tanto do discurso dos sujeitos que constituem o movimento LGBT na Região do Cariri como dos documentos de tais instituições.

Numa linha diferente dos autores anteriormente, Charaudeau (2006) amplia o conceito de discurso de tal modo que nos permite ligá-lo à informação, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação. Para este autor, o discurso resulta da sequência de três lugares de construção dos sentidos, partindo da produção à recepção, mediado por quem fala e a quem se dirige e a maneira pela qual se fala.

Para Charaudeau, o discurso no campo da informação, “equivale a se interrogar sobre a mecânica de construção dos sentidos, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode produzir no receptor” Charaudeau (2006, p. 41). A sua proposta insere-se na construção de um modelo multidimensional de compreensão da realidade social.

No que diz respeito ao tamanho do corpus, a AD foge à tradição da ciência convencional e não se preocupa com números elevados de dados ou informações Orlandi (2009, p. 63). O próprio fato de ser o pesquisador a efetuar a investigação nos acervos de militantes e das Organizações não Governamentais ONG's é um fator que delimita o corpus. Aliás, ao contrário das técnicas de análises convencionais que se preocupa com a expansão dos dados, para a AD um corpus demasiado extenso pode tornar-se problemático, posto que a análise seja inviabilizada em sua profundidade.

Na análise do discurso dos documentos pertencentes aos acervos documentais dos militantes e das ONG's, o que pretende-se é a sua “exaustividade vertical”⁴⁵ ou aprofundamento dos documentos selecionados, os quais devem ser considerados em relação aos objetivos estabelecidos na análise pretendida e sua temática. Assim sendo, não trataremos os dados como “mera ilustração”, mas com aprofundamento teórico.

Em relação aos procedimentos de análise, o primeiro passo consistirá na leitura cuidadosa e (re)leitura da materialidade empírica a fim de tentarmos captar os significados que não tenham sido percebidos ou não ditos. Essa fase de leituras contínuas permite ao analista encontrar palavras repetitivas, expressões e frases que possam representar situações de forma mais ou menos coerente e de significado similar, metáforas que possam implicar imagens específicas ou mesmo palavras com significados particulares. Também traz à tona semelhanças e diferenças, apontando quais os efeitos discursivos podem estar implicados no discurso documental em questão.

A AD defende que uma mesma palavra ou frase pode implicar um significado distinto dependendo da forma como se insere na frase ou na continuação ou antecedência de outra. Segundo Orlandi (2009, p. 26), “a análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”.

Após a identificação dos discursos, que passarem pelas ações discursivas emitidas, o passo seguinte da análise, considerado um dos mais importantes, consistirá no estudo de suas implicações, isto é, de seus efeitos discursivos. Essa perspectiva analítica visa “fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” Orlandi (2009, p. 26), não permanecendo na interpretação, mas trabalhando seus limites e mecanismos como parte dos processos de significação.

⁴⁵ Definida por Orlandi, que leva “a conseqüências teóricas relevantes e não trata os dados como meras ilustrações”. ORLANDI, Eni. P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2009, p.28.

5 A MEMÓRIA DOCUMENTAL DA HOMOSSEXUALIDADE NO CARIRI CEARENSE: CARACTERIZAÇÃO DE UM DOMÍNIO A PARTIR DAS ATAS DAS ONGs E DO DISCURSO DOS MILITANTES

A palavra memória que segundo Jacques Le Goff (2003), a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas, sob a óptica da evolução histórica se configura como uma construção, que apresenta suas raízes na língua grega *mnemis*, referindo-se a deusa *mnemosyne* que seria a mãe das musas e a protetora das Artes e da História, ou em sua possível raiz latina, *memorare* que apresenta como significado trazer a memória, lembrar, recordar. De acordo com Chauí (2005) a memória é uma evocação do passado, é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. Assim pode-se dizer que a memória é uma tentativa de conter e registrar nas mais diversas formas aquilo que é importante para determinado grupo social, tal como a linguagem.

Ao falarmos de memória devemos ter a consciência de que a mesma não é um dado individual e isolado, algo íntimo e próprio do ser, mas sim a deve ser entendida, também, ou, sobretudo, como fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Halbwachs (1990) ressalta que podíamos entender memória como um fenômeno coletivo e social, ou seja, que a memória seria construída coletivamente, através da experiência que o indivíduo e o grupo vivem, onde oralmente ou escrevendo-a, são transmitidas e compartilhadas de geração para geração. Assim Kessel (2007) coloca que as narrativas possibilitam que a experiência, os valores e visões de um grupo, os saberes construídos ao longo do tempo se transformem em patrimônio comum, compartilhado entre os indivíduos que compõe determinado grupo social. Assim a memória pode ser entendida como processos sociais e históricos, de expressões, de narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo Cruz (1993).

Para a pesquisa aqui apresentada adotou-se o conceito antropológico de memora como sendo o fenômeno social, é coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo. Assim como o patrimônio cultural (ou como um patrimônio cultural), a memória social é dinâmica, mutável e seletiva; seletiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica registrado na memória, e é transmitido por meio dos registros ora escritos em sociedades modernas ou mesmo por meio das narrativas e oralidades em sociedades ditas tribais para as gerações

futuras. Ressalto aqui uma possível proximidade que emerge no contexto social de grupos que em tempos hodiernos utilizam a oralidade para repassar aos membros que compõe tal grupo suas experiências e até mesmo como forma de segurança contra a violência empregada contra tal sujeitos.

Assim podemos dizer que a memória tanto pode ser individual como coletiva, no entanto não existe preservação da memória individual se não ocorrer um compartilhamento de tais memórias com um determinado grupo social. Segundo Pollak (1992, p. 201) a memória individual relaciona-se diretamente com as experiências vividas pelo sujeito, e a memória coletiva relaciona-se as experiências compartilhadas, divididas com um determinado grupo social ao qual o sujeito sente pertencer, seria o caso dos segmentos da sociedade vítimas de discriminação. São acontecimentos dos quais o sujeito nem sempre participou, mas que, no imaginário, assumem tamanho relevo, que se torna difícil o sujeito identificar se o mesmo participou ou não de determinada experiência, uma vez que o atravessamento dos sentimentos é dividido entre os componentes do grupo. Assim segundo Pollak (1989, p.204):

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si.

Segundo Halbwachs (1990) vincula a memória individual à memória coletiva, onde a última configura-se como a esfera maior da tradição, que seria em suma a memória coletiva de cada sociedade. Para Halbwachs (1990) a memória existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são em si constituídas no interior de um determinado grupo social. E com isso Segundo Halbwachs (1990), a identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo.

A relação estabelecida entre memória individual, memória coletiva e histórica se tornam fundamentais para a compreensão do contexto da formação das identidades e das relações de dominação social estabelecidas no âmbito das relações de poder. Assim segundo Le Goff (2003):

[...] a memória individual ou coletiva, é um elemento essencial da identidade. Por ela (a memória) os indivíduos e as sociedades de hoje a buscam no anseio de se identificarem. [...] A memória, portanto, é um instrumento de identidade. A memória procura preservar o passado para garantir o presente e o futuro. A história cresce na memória e dela se alimenta.

Segundo Kessel (2010) tanto a memória individual quanto a coletiva alimentam-se e apresentam pontos de convergência com a memória histórica⁴⁶, na pesquisa em questão o conceito de memória histórica empregado foi o mesmo proposto por Halbwachs (1990) em que memória é sinônimo de “lebrança viva” existe sempre a partir de uma memória coletiva, mas no momento em que ela é escrita, passa a ser história. Assim memória histórica se configuraria como o esforço de perpetuar as lembranças vivas, ao transforma-las em linguagem (narrativas), o conteúdo da memória se converteria em memória histórica. Segundo Kessel (2010, p.4-5):

As memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica e incluem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar se constituem da linguagem. Como afirma Eclea Bosi a linguagem é instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o sonho, as lembranças e as experiências recentes, [...] Já a memória histórica tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação. Memória individual, coletiva e histórica se interpenetram e se contaminam. Memórias individuais e coletivas vivem num permanente embate pela coexistência e também pelo status de se constituírem como memória histórica.

A memória se modifica e se rearticula conforme posição que se ocupa e as relações que se estabelece nos diferentes grupos dos quais se participa. A mesma também está submetida a questões inconscientes, como o afeto, a censura, entre outros. Segundo Pierre Nora (1992) a memória é um ato vivo, que evolui, e tende à relação que envolve lembrar e esquecer e está sujeita a u fluxo constante de atualizações. Assim, Nora (1992, p. 9):

[...] a memória, é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Pode-se dizer que um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. Isto pode ser concebido admitindo que para a compreensão da memória entram no contexto outros processos que vão além de processos sensorio-perceptivos e biológicos, como processos discursivos, sócio-culturais e subjetivos. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar se constituem da linguagem, assim é necessário observar como a linguagem vai se constituindo como um lugar de materialidade da memória.

Assim segundo Ferreira e Amaral (2004, p.138):

⁴⁶. Ver HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. RJ: Vértice, 1990.

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem, a escrita, falar de memória é falar de esquecimento.

Para uma melhor compreensão das relações entre oralidade (discurso), memória, história e identidade, Lévy (1993, p. 77) afirma que na oralidade primária a palavra tinha como função básica a gestão da memória social, não a simples livre expressão das pessoas ou a comunicação prática cotidiana. Dessa forma, quase todo o edifício cultural estava fundado sobre a lembrança dos indivíduos e a inteligência, nessas sociedades, estava identificada com a memória (sobretudo a auditiva), nesse contexto se pode observar a importância do discurso e da linguagem dentro da construção histórica e da formação das identidades culturais.

Villaça (2002), afirma que em tais sociedades a comunicação era realizada “face a face” e, segundo implicava em um contexto de (co)presença no qual, produtores e receptores compartilhavam um mesmo referencial de espaço e de tempo. As palavras vinham acompanhadas de toda uma semiótica corporal⁴⁷ que clarificava a compreensão da mensagem e reduzia a possibilidade de ambiguidade e interpretações desviantes.

Nesse sentido, cabe notar que o esquecimento, nas sociedades orais, estava sempre presente, uma vez que tudo o que não fosse reiterado e repetido, constantemente, estaria condenado ao esquecimento, nesse tocante as sociedades primitivas se aproximam dos segmentos da sociedade vítimas de discriminação ou que não se adequam a norma de tempos hodiernos. Para preservar a memória, ritos e mitos eram repetidos quase intocados, pelas rodas das gerações, como observa Lévy (1993). Nada era transmitido sem que fosse observado, escutado, repetido, imitado e atuado pelas próprias pessoas ou pela comunidade como um todo. Tal fenômeno se assemelha as práticas de preservação, comunicação e resistência praticadas pelas ditas minorias na contemporaneidade. Essa afirmação fica comprovada quando observamos a criação de dialetos e vocabulários próprios dentro de guetos, grupos e estratos sociais distintos que foram e são suprimidos pela norma vigente. Aponto como exemplo os próprios LGBTs que como forma de resistência a norma, criaram uma linguagem própria⁴⁸. Tal fenômeno pode ser observado nas zonas de prostituição e socialização de sujeitos trans, em que os sujeitos se comunicam sob a égide de um linguajar próprio que emerge das ruas e ecoa na sociedade de forma a dar espaço, mesmo que este espaço seja o lugar do abjeto, a tais sujeitos que divergem da norma, que no decorrer da

⁴⁷ O termo “semiótica corporal” tem na pesquisa apresentada o significado da linguagem em que o corpo é usado como forma de compreensão daquilo que a linguagem verbal não consegue fazer, ou mesmo como complemento ou ênfase aquilo que se deseja expressar.

⁴⁸ Ver apêndice: Termos, Expressões e Palavras do Universo Trans, que se encontra em anexo a esta pesquisa.

história de tal grupo social se disseminou na sociedade dando visibilidade e tal grupo. A linguagem ou dialeto a que me refiro é o *bajubá/pajubá* construída apartir de referenciais sociais de aceitação e da religiosidade, é importante saber que todo esse dialeto foi desenvolvido apartir dos idiomas *Iorubá* e do *Nagô*, que chegaram ao Brasil trazidos pelos povos escravizados das regiões africanas que falavam tais idiomas.

Segundo a obra de Foucault o poder não é proibitivo, mas sim produtivo. Dessa forma já conhecido, na análise do discurso que há interpelações do indivíduo em sujeito a ideologia. É assim que se considera que o sujeito se constitui em sujeito por ser afetado pelo símbolo. Daí seu assujeitamento, ou seja, para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele se submeta à língua. E é por estar sujeito a língua, ao símbolo, que ele, por outro lado, pode ser sujeito de, pertencente a, pois na sociedade aqueles que se colocam como contrários ou desviantes da norma não tem lugar ou papel definido, pois o lugar desse outro (LGBT, anão, deficiente, prostituta(o), sujeitos em conflito com a lei) é o lugar do não lugar, o esquecimento, a existência condicionada sob a égide da violência marcada não apenas no discurso mas sim sob todas formas de exclusão social.

Além disso, é preciso que a língua se inscreva na história para significar Le Goff (2003). E é isso a materialidade discursiva, isto é, linguístico-histórica. Da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica. Em nosso caso, a forma-sujeito histórica capitalista corresponde ao sujeito jurídico constituído pela ambiguidade que joga entre a autonomia e a responsabilidade sustentada pelo movimento continuo estabelecido na relação entre direitos e deveres. Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a História e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui, resiste e constrói aquilo que se é.

Logo os sujeitos LGBTs constituintes da amostra analisada são atravessados pelos discursos, preconceitos, a própria religiosidade marcante na região analisada e o caráter excludente dada sua orientação sexual desviante. Assim os discursos dos militantes entrevistados são marcados por acontecimentos discursivos que segundo Pêcheux (2002, p. 17) “é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que o acontecimento convoca”, como é o caso da AIDS, como acontecimento discursivo, do início da década de 1980, onde segundo Soares (2012) os sujeitos homossexuais imersos em um silêncio constitutivo, em se tratando de imprensa de circulação nacional, passam a ser discursivizados, quase de forma generalizada, pelos meios de comunicação, em uma relação cruel com o vírus da imunodeficiência adquirida. Tal relação é certificada pela criação dos

grupos de risco onde tal grupo social fora alocado e ganha visibilidade nos discursos médico, religioso e legal quando tratavam do sujeito homossexual como doente, pecador e criminoso, respectivamente.

5.1 Análise das atas e do discurso dos militantes

A produção de documentos nas instituições analisadas não segue uma cronologia linear, apresentando espaços temporais significativos entre as atas. Faz-se necessário compreender que antes de iniciar a exposição das análises contidas neste trabalho, porém, é preciso esclarecer que o ponto de vista teórico empregado pelo pesquisador é o da análise de discurso francesa, construída por Michel Pêcheux, na França, na década de 1960 e ressignificada, no Brasil, sobretudo, por Eni Orlandi.

Os princípios que regem este ponto de vista são os mesmos adotados por Soares (2012, p. 7-8):

- a) Os sujeitos são simbólicos e históricos. Não se trata, portanto, de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo. O sujeito, nessa perspectiva, não é um ser humano individualizado, mas que deve ser considerado como um ser social. Ele deve ser compreendido a partir de um espaço coletivo. Para um analista de discurso, o histórico e o simbólico não se separam.
- b) Não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Ideologia para a AD não é dissimulação ou ocultação de verdade. O seu funcionamento faz com que os sentidos pareçam evidentes quando na realidade eles se constituem do processo em que entram em jogo o sujeito, as condições de produção⁴⁹ e sua inscrição em diferentes formações discursivas⁵⁰, Orlandi (2010).

⁴⁹ Soares (2012, p. 7) As condições de produção caracterizam o discurso, o constituem na medida em que remetem a lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. (PÊCHEUX, 1995, p. 82). Deve-se então levar em conta alguma coisa do exterior da língua para se compreender o que nela é dito. A descrição da língua não é suficiente para explicar determinados fenômenos nos quais a língua está envolvida. A memória das significações de um discurso e suas condições de produção não é secundária, mas constitutiva da própria significação.

⁵⁰ No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2005, p. 43).

- c) Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Ao produzir sentido, o sujeito está se significando.
- d) Para que as palavras façam sentido é necessário que elas já façam sentido Orlandi (1996), estejam inscritas na história, pois cada tempo tem a sua maneira de nomear e interpretar o mundo. Esse é um complexo processo da memória. Há dizeres já ditos e esquecidos que estão em nós e que fazem com que ao ouvirmos uma palavra, uma proposição, ela apareça como fazendo um determinado sentido. A memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Esquecemos quando os sentidos se constituíram em nós; eles nos aparecem como evidentes, como um sempre já-lá.
- e) Vivemos em uma sociedade estruturada pela divisão (classe, raça, sexualidade) e por relações de poder. Portanto, os sentidos não são os mesmos para todos, ainda que pareçam ser. Nós, analistas do discurso, tratamos do político que se inscreve na língua.

A análise proposta pela pesquisa aqui apresentada alicerçou-se sobre duas fontes distintas, como o objetivo de tornar verossimilhante aquilo que era proposto pelos discursos dos documentos (atas) e dos próprios ativistas entrevistados. Assim segundo o dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), documento “é a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Esse conceito básico é adotado de forma abrangente dentro da biblioteconomia, arquivística e museologia, sendo amplamente empregado. Assim ao adentrarmos ao universo da militância LGBT compreendemos que a mesma fora evoluindo no decorrer do tempo e principalmente nas últimas décadas do século XX fato esse que influenciou de forma irreversível e complexa as décadas seguintes.

A pesquisa apresenta o recorte cronológico que está contido nos anos de (2000-2014), nos perguntamos em um primeiro momento se tal recorte seria viável o que se confirmara quando o pesquisador foi a campo e pode observar a complexa e embrincada organização do movimento LGBT na região acima citada.

A militância é definida segundo o dicionário Aurélio como o exercício e/ou trabalho de quem milita; atuação, desempenho ou prática. Que participa ativamente a favor de um ideal político e/ou social. No caso da militância LGBT, a mesma não se distancia de tal definição em função de seus ideais de auferimento de espaço social negligenciado por meio dos mecanismos de controle social que apresentam-se como ferramentas do proselitismo em

função da a identidade sexual hegemônica e compulsória a qual é imposta pela sociedade heteronormativa.

Assim a militância ou ato de militar emerge no contexto social quando a resistência em prol de um contexto, ação ou fenômeno se tornara opressor a uma dada causa, grupo social ou até mesmo manifestação política. Na região do Cariri cearense não fora diferente uma vez que no final da década de 1990 o número de homicídios e a violência com que os mesmos eram praticados contra a população LGBT e mulheres de tal região era crescente e infrutífero no âmbito das decisões judiciais.

No ano de 2000 o então embrionário movimento começa a tomar forma impulsionado pela violência e cerceamento dos direitos da população LGBT. O dito latrocínio de João Vicente da Silva (Jonathan Kiss)⁵¹, 33 anos, causou grande mobilização dada a influência de tal sujeito na sociedade local.

Tal fato pode ser alocado como acontecimento discursivo, uma vez que segundo Pêcheux (2002, p.17) o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que o acontecimento convoca. O contexto de marginalização, violência e exclusão em que o LGBT é condicionado o impulsiona a resistir dentro do cenário local como forma de sobrevivência. Era recorrente nas famílias caririenses enviarem seus filhos para estudarem nas capitais mais próximas seja por vocação ou mesmo para esconder a sexualidade vexatória dos seus sucessores. Assim, aqueles que eram enviados para Fortaleza – CE ou Recife – PE, não retornavam para a região e quando o faziam eram mantidos sob vigilância continua até seu retorno. Tal fato começa a ser modificado quando alguns sujeitos resistem a retornarem para seus “exílios” fixando-se mesmo que contra a vontade da família na região.

Na década de 1990 ainda sob os resquícios da infecção DST/AIDS e do próprio preconceito uma vez que nesse período a homossexualidade era tida pela população como uma doença transmissível e passível de tratamento o índice de homicídios contra a população LGBT aumentara consideravelmente o que fez com que a população passasse a compreender de forma mais próxima os sujeitos componentes de tal grupo social. Longe do ideal tais

⁵¹ Processo penal de número 23700-21.2000.8.06.0112/0, comarca da cidade de Juazeiro do Norte - CE. Crime enquadrado na ordem de Latrocínio que teve como vítima o senhor João Vicente da Silva, o “Jonathan Kiss”, e como acusados os senhores: Romerson Afonso Nonato, o “Mineirinho” e Marcone Lima da Silva, O “Maicon”. A vítima fora encontrada em sua casa com o crânio afundado e seu pescoço degolado, apresentando ainda diversas marcas de mordidas pelo corpo.

sujeitos ainda marginais ganham espaço com sua forte atuação dentro da sociedade inclusive nos festejos e manifestações religiosas dando maior visibilidade a região.

Os sujeitos que antes eram tidos como indesejados e motivo de vergonha no início da década de 2000 passam a ocupar gradativamente um espaço crescente mas ainda aquém do desejado. Se antes os filhos eram enviados para estudar e esconder, agora eles continuaram sendo enviados mas retornavam trazendo toda uma vivência que modificara de forma profunda e irreversível as formas como os mesmos lidavam com a sociedade.

No ano de 2002 a Associação de Apoio, Defesa e Cidadania dos Homossexuais (AADECHO) começa suas atividades e com o auxílio dos editais de auxílio e promoção a saúde promovidos tanto pelas secretarias de Saúde do Estado quando pelo Ministério da Saúde, passa a desenvolver certo tipo de atividades na promoção dos direitos e cidadania da população LGBT. Apenas no ano de 2004 a Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri (GALOSC) e Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato (ADACHO) iniciam suas atividades. Logo a análise está dividida em três momentos, constituídos por 5 discursos extraídos das atas e dos próprios interlocutores selecionados para este estudo, privilegiando os gêneros e fragmentos. O estudo dos gêneros, segundo Fernandes (2010), apresenta forte contribuição para a Análise do Discurso, pois estabelece relações entre o texto e o contexto social de sua produção, possibilitando a realização de uma análise com mais profundidade que não é pautada apenas na sua materialidade linguística ou na sua situação de produção, mas obriga o analista do discurso a percorrer um caminho em direção à estrutura do texto e do seu suporte e às condições de produção que envolvem a produção desse texto, especialmente o contrato estabelecido entre os sujeitos do discurso.

O procedimento de análise das atas segue a seguinte sequência:

1. Identificação da documentação;
2. Separação e seleção;
3. Organização em ordem cronológica;
4. Leitura preliminar;
5. Identificação das principais temáticas;
6. Seleção e representação das microestruturas.

Assim a ata como elemento de tutela da informação organizacional é um “documento de registro” no qual se resumem reuniões e assembleias de entidades pública ou particulares dele constando, fatos, ocorrências, decisões, resoluções, debates, votações, disposições, normas etc. A ata é a vida da empresa, reunindo todos os atos fundamentais da sua existência e trajetória no mundo empresarial. A ata normalmente é composta pela seguinte estrutura:

1. Título;
2. Abertura;
3. Relação e identificação das pessoas presentes;
4. Ordem do dia;
5. Fecho.

Para melhor compreendermos todo o contexto e reconstruir a memória do movimento LGBT sob a óptica dos discursos das atas e dos interlocutores, fora elaborado um quadro com as principais microestruturas que emergem de tais discursos divididos em quatro categorias de assuntos (Violência contra LGBTs, DST/AIDS, Direitos e Cidadania LGBT e Movimento LGBT) e ainda classificados segundo a natureza em cinco grupos (Social, Saúde, Jurídico, Cidadania e Política) alocados segundo a população a que se direcionava (LGBT e População em Geral).

Tabela 4: Microestruturas com maior recorrência

Fonte	Categoria	Microestrutura	Natureza Temática	População alvo
Atas/Discurso	Violência contra LGBTs	Preconceito	Social	LGBT
Atas/Discurso		Intolerância	Social	LGBT
Atas/Discurso		Exclusão	Social	LGBT
Atas/Discurso		Homofobia	Social	LGBT
Atas/Discurso		Discriminação	Social	LGBT
Atas/Discurso		Silêncio	Social	LGBT
Atas/Discurso		Esquecimento	Social	LGBT
Atas/Discurso		Religiosidade	Social	LGBT/Geral
Atas/Discurso		DST/AIDS	Prevenção	Saúde
Atas/Discurso	Tratamento		Saúde	LGBT/Geral
Atas/Discurso	Campanhas		Saúde	LGBT/Geral
Atas/Discurso	Palestras		Saúde/Social	LGBT/Geral
Atas/Discurso	Diagnostico Precoce		Saúde	LGBT/Geral
Atas/Discurso	Distribuição de preservativos e lubrificantes		Saúde	LGBT
Atas/Discurso	Direitos e Cidadania LGBT	Equidade no SUS	Saúde	LGBT
Atas/Discurso		Redução de riscos	Saúde	LGBT
Atas/Discurso		Violência	Juridica	LGBT
Atas/Discurso		Homicídio	Juridico	LGBT
Atas/Discurso		Latrocínio	Jaridico	LGBT
Atas/Discurso		Qualificação da informação	Cidadania/Saúde	LGBT
Atas/Discurso		Grantia de direitos	Cidadania	LGBT
Atas/Discurso		Qualificação da rede	Cidadania/Saúde	LGBT
Atas/Discurso		Ampliar acesso	Cidadania/Saude	LGBT
Atas/Discurso	Movimento LGBT	Militância	Político/social	LGBT
Atas/Discurso		Políticas Públicas	Política	LGBT

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Assim são evidenciados as principais temáticas abordadas nas ações e reivindicações presentes no discurso escrito e falado, é importante ressaltar que os discursos tanto das atas

das reuniões que tem em seu conteúdo as principais ações da ONG quanto dos militantes se encontram com relação ao conteúdo, se faz necessário compreender que os discursos dos militantes são próximos apresentando peculiaridades segundo suas vivências mas que em essência todos são atravessados pelas temáticas que emergem das atas da ONG.

Discurso nº 01 Militante

Autoria: Militante 1

Gênero: Entrevista

Tema: A exclusão

Data: 18 de dezembro de 2014

Local: Crato – CE

O militante 1 é ativista há cerca de 20 anos, desempenhou papel fundamental na militância na cidade do Crato – CE onde reside e ainda desenvolve atividades junto a ONG - Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato (ADACHO) que ajudara como membro fundador. O mesmo ao ser indagado sobre a exclusão sofrida pelos LGBTs na região apresentou o seguinte posicionamento:

A exclusão, ela vem desde de quando eu era mais novo que me revelei como gay, eu costumava brincar e dizer que quando eu estudava, estudava no Colégio Diocesano tinha uma pracinha e eu brincava com uma amiga minha que era lésbica, eu era assumido ela era assumida, então isso há vinte anos atrás, quinze anos atrás as cabeças eram outras era mais difícil você ser gay, hoje é mais fácil. Hoje você tem uma televisão, você tem leis você tem movimentos que lhe representam, você tem professores que abrem a oportunidade para você poder debater, hoje você tem toda uma mídia toda uma história que passa a prevalecer isso, mas antigamente a exclusão era muito por que eu brincava com ela como eu estava dizendo e **a gente quando era na hora do recreio, a gente escolhia o banco da praça que a gente queria sentar por que aonde a gente sentasse as pessoas se levantavam e a gente ficava só no banco**, as pessoas tinham medo de estar com a gente, andar com a gente, por que antigamente se dizia **que você ser gay pegava, era uma doença transmissível e que se você andasse muito com um gay você viraria gay**, então as famílias partiam dessa exclusão, isso era numa praça, se a gente chegasse numa praça da Sé, numa praça Pe. Cicero no Juazeiro que tem vários bancos, e se todos os bancos estivessem ocupados e a gente se encostasse perto do banco as pessoas já saíam e a gente sentava, até numa fila de uma lanchonete. Atualmente a exclusão é menor? É, mas ainda existe, ainda existe pessoas que tem cabeça que se eu falar com elas, ou se eu estiver sentado com um hetero numa mesa, as pessoas podem passar e achar que ele é gay, então há essa exclusão.

Se pode observar dois aspectos da identidade marginal e principalmente do estigma social vivenciado pelos LGBTs na Região do Cariri, o primeiro seria a exclusão e o segundo o forte teor patologizante presente do discurso do Militante 1. No primeiro momento se pode perceber o isolamento social ao qual os sujeitos eram condicionados devido suas orientações sexuais, no segundo emerge do discurso ecos influenciados pelo discurso médico científico do

século XIX que predominou até a segunda metade do século XX, onde a homossexualidade era um transtorno de identidade de ordem psíquica e com isso passível de tratamento.

Logo segundo Leite Júnior e Nascimento (2012) pensar no normal e no patológico se configura em uma empreitada que requer certo amadurecimento de discurso para compreensão mais aprofundada do mesmo, uma vez que as fronteiras entre o que seria normal e o que seria patológico é regido por construtos sociais orientados pelos discursos medicocientíficos que também tem sua origem em demandas sociais permeadas pelas relações de poderes do período. Entretanto trazer para o universo da sexualidade tal dicotomia se torna complexo, por compreendermos a sexualidade como um construto cultural fortemente alicerçada em normas, regras e condutas que são moralmente aceitas e impostas ao indivíduo que acabam por enclausurar os desejos, os anseios e impulso do sujeito, logo os atravessamentos presentes na construção dos comportamentos tornam o cenário das sexualidades permeado por ecos de aprovação e reprovação segundo o período histórico e contexto cultural em que tal prática está imersa, ora sendo aprovada e tida como normal para um determinado período e ora sendo marginalizada e sofrendo a interferência do discurso patologizante de outro período. Logo segundo Hannah Arendt (1997), o presente não esquece nem domestica o passado, isto porque a relação entre estes períodos de tempo é de transversalidade e circularidade, na medida mesmo de uma perspectiva filosófica, operando aqui com a lógica de que o sujeito que compreende não parte do zero, mas, ao contrário, conta com toda a história que lhe caracteriza e mesmo o define como sujeito: a tradição, que opera segundo o que está posto e fora construído no decorrer da história e chancelado pelos discursos orientados pelos detentores do poder pois “o que falar?”, “o que lembrar?”, “o que preservar?” e principalmente “o que esquecer?” fora posto em um construto histórico cultural. Segundo Gadamer (2000, p. 421):

Existe uma forma de autoridade que foi particularmente defendida pelo romantismo: a tradição. O que é consagrado pela tradição e pela herança histórica possui uma autoridade que se tornou anônima, e nosso ser histórico e finito está determinado pelo fato de que também a autoridade do que foi transmitido, e não somente o que possui fundamentos evidentes, tem poder sobre essa base [...] E nossa dívida para com o romantismo é justamente essa correção do Aufklärung (Iluminismo), no sentido de reconhecer que, à margem dos fundamentos da razão, a tradição conserva algum direito e determina amplamente as nossas instituições e comportamentos.

Assim segundo Leite Júnior e Nascimento (2012, p. 1):

[...] a ideia de disciplinar o sujeito tornando-o um corpo dócil, disciplinado, necessita de instituições normativas que atuem sobre o sujeito de forma a condicioná-lo, sob a égide de uma vigilância hierárquica, controlando as atividades e punindo de forma generalizada todo aquele que desvie da norma. Logo, a escola apresenta-se como uma das primeiras instituições que recebem o sujeito da família e

o prepara para vida em sociedade. Tal preparação é norteada para o cumprimento das regras impostas, independente das subjetividades inerentes ao sujeito. Onde o indivíduo para ser aceito socialmente como normal e apto a vida em sociedade deve submeter-se, livrando-se de uma série de preconceitos, estigmas e rótulos que segregam sujeitos no ambiente escolar como o apontado pelo interlocutor. Ressalta-se que um dos temas recorrentes dentre as reivindicações dos ativistas é a de inclusão social.

Discurso nº 02 Militante

Autoria: Militante 2

Gênero: Entrevista

Tema: HIV/AIDS

Data: 18 de Julho de 2013

Local: Juazeiro do Norte – CE

O militante 2 é ativista há cerca de 20 anos, desempenhou papel fundamental na militância na cidade do Juazeiro do Norte – CE onde reside e ainda desenvolve atividades junto a ONG - Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual⁵² do Cariri (GALOSC) que ajudara como membro fundador, também atuou junto a primeira ONG da região a Associação de Apoio, Defesa e Cidadania dos Homossexuais (AADECHO). Ao ser indagado sobre a questão do DST/AIDS na região relatou a seguinte questão:

Antigamente se você era gay, era quem passava a peste, era uma peste, era uma doença, os gays que passavam a AIDS para as pessoas, o tempo foi passando, as ações foram se organizando as políticas foram vindo aí se organizaram. Então hoje o maior índice de AIDS não é na comunidade LGBT, são nos heteros, são os homens que saem de dentro de casa e vai procurar sexo na rua com as mulheres, as mulheres que saem de dentro de casa e vão procurar sexo com os heteros, e aí vice-versa, por que nós temos um trabalho, se você pode observar, aqui que eu vou até lhe mostrar, nós temos um trabalho de todos os LGBTs no mês de dezembro que nós realizamos é [...]

O que torna esse discurso atual é que nele existem ecos de décadas anteriores onde os homossexuais eram enquadrados como grupo de risco e como principais vetores de transmissão do HIV junto com os profissionais do sexo e os usuários de drogas injetáveis, em um segundo plano pessoas que receberam transfusões⁵³ de sangue⁵⁴ no período, ressalta-se

⁵² Orientação sexual é a maneira pela qual o desejo sexual se orienta e se manifesta para os homens e as mulheres.

⁵³ Nos anos 1980, no Brasil, cerca de 2% dos casos de AIDS eram transmitidos por transfusão e mais de 50% dos hemofílicos apresentavam-se infectados pelo vírus HIV. O aparecimento da AIDS introduziu novos procedimentos, tais como: a substituição da doação anônima pela personalizada, o incremento de todos os métodos de autotransfusão e a disciplina do uso do sangue, de seus componentes e derivados através de judiciosa avaliação do trinômio riscos/benefícios/custo. Ver o artigo História da Hemoterapia no Brasil de Pedro C.

que ainda em tempos hodiernos um homossexual não pode doar sangue em um Hemocentro, isso fica comprovado quando ao passarem pela triagem e responderem afirmativamente sobre sua orientação sexual o sujeito é impedido de doar. Tal cenário cria em torno da temática no meio LGBT um silêncio endurecido como forma de proteção em um primeiro momento. Já em um segundo momento o Movimento LGBT volta-se a prevenção uma vez que os mesmos foram alocados como grupo de risco e com isso todo um constrito midiático interferiu de forma negativa para tal grupo social, em um segundo momento as ONGs de todo o país se voltam para as campanhas de prevenção colocando em segundo plano outras labutas cotidianos como é o caso da cidadania e dos próprios direitos cerceados em décadas anteriores e que persistem em tempos hodiernos. Assim segundo Orlandi (2002 [1992], p. 37).

Para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. Atulha o espaço de sons e cria a ideia de silêncio como vazio, como falta. Ao negar sua relação fundamental com o silêncio, ele apaga uma das mediações que lhe são básicas.

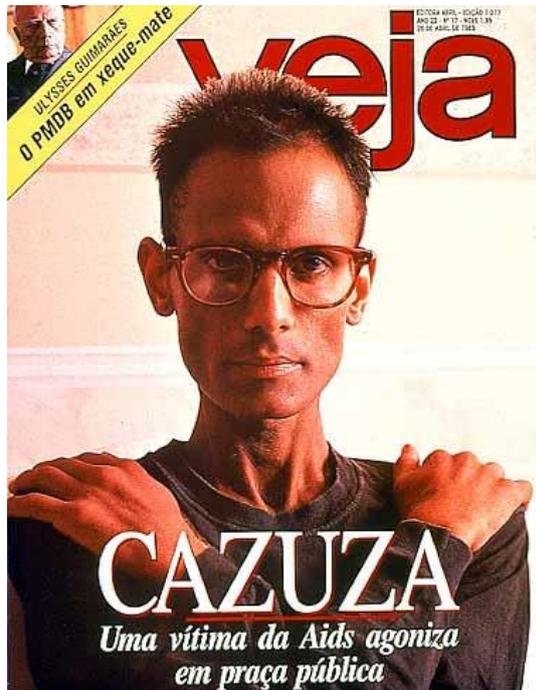
Na década de 1980 toda a mídia apresentava-se de forma tendenciosa, como podemos observar tal afirmação nas capas das revistas do período e jornais da época como é o caso da revista *Veja* da editora Abril datada de 26/04/1989, na capa⁵⁵, um Cazuzo assustadoramente cadavérico ilustrava a sensacionalista chamada “Uma vítima da aids agoniza em praça pública”:

JunqueiraI,II; Jacob RosenblitI; Nelson HamerschlakI Rev. Bras. Hematol. Hemoter. vol.27 no.3 São José do Rio Preto July/Sept. 2005.

⁵⁴ Em 1979, a Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia era presidida por Celso Carlos de Campos Guerra. Inconformado com a situação das doações de sangue em alguns serviços do Brasil, muitas vezes realizadas por presidiários em troca de cigarros, ou por mendigos em busca da remuneração, estimulou e liderou diversos colegas de São Paulo, entre eles Luiz Gastão Rosenfeld, Jacob Rosenblit, Nelson Hamerschlak, Pedro Maçanobu Takatu e Leonel Sztterling, em uma cruzada por todo o País, que culminou em junho de 1980 com a extinção da doação remunerada de sangue no Brasil.

⁵⁵ O cantor Cazuzo ficou tão transtornado com esta capa da *Veja*, que chegou a ser hospitalizado. A entrevista que ele dera à revista foi usada de forma reprovável. A abertura da matéria decretava sua morte: “O mundo de Cazuzo está se acabando com estrondo e sem lamúrias. Primeiro ídolo popular a admitir que está com Aids, a letal síndrome da imunodeficiência adquirida, o roqueiro carioca nascido há 31 anos com o nome de Agenor de Miranda Araújo Neto definha um pouco a cada dia rumo ao fim inexorável. Mas o cantor dos versos ‘Senhoras e senhores / Trago boas novas / Eu vi a cara da morte / E ela estava viva’ faz questão de morrer em público, sem esconder o que está se lhe passando.” A repórter Angela Abreu, uma das responsáveis pela entrevista, se demitiu ao ver o que fora feito de sua apuração (na *Veja*, as matérias não são escritas por quem as apura, mas por redatores que recebem a apuração já pronta).

Figura 8: Capa da revista Veja da editora Abril datada de 26/04/1989



Fonte: Acervo digital de Veja, edição 1077.

O cenário que fora construído em torno dos personagens homossexuais é inverossímil pois do ano de 1995 até o ano de 2012 segundo os dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará / SINAN o número de casos diagnosticados na população de 13 anos e mais de idade, segundo categoria de exposição e ano de diagnóstico, apresentada no Quadro 2 desta pesquisa que afirmaram possuir a orientação sexual dita heterossexual foi maior que os diagnósticos da população homossexual ou bissexual, o que revela que apesar das informações não corresponderem a realidade dos fatos ainda assim o preconceito (forma de violência) norteia as relações e até o próprio discurso médico-científico e da produção do conhecimento no tocante aos sujeitos que desviam da norma vigente e tem em si uma identidade permeada por meio da violência empregada no trato da sua imagem social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da análise contida nos documentos cedidos pela instituição, pode-se compreender a ordem de um contexto sociopolítico, econômico e cultural no qual a instituição encontrava-se imersa e, assim, reconstruir um dado período do movimento LGBT da região do Cariri cearense compreendido entre os anos de (2000-2014) e toda a construção social que fez com o Movimento Homossexual ou de militância LGBT surgisse e se consolidasse na Região do Cariri cearense. Tal cenário é marcado por movimentos de dominação e resistência

de onde emergem discursos e um dialeto próprio como forma de se auto afirmar em um contexto excludente.

No segundo momento da pesquisa, os discurso oriundos daqueles que compuseram o movimento (militantes) foram capazes de trazer uma natureza mais humana ao texto pois a documentação oriunda da ONG é formal, administrativa e limita a compreensão as ações que foram desenvolvidos do âmbito organizacional para a sociedade, deixando uma lacuna no entendimento do que seria o impulsionador de tais ações. Essa lacuna foi sanada ao serem ouvidas as vivencias de tais sujeitos e, com o cruzamento dos dados fora possível reconstruir de maneira verossimilhante toda uma trajetória do movimento naquele espaço geográfico.

Durante a pesquisa aqui relatada se pôde compreender que organizar o conhecimento e, por conseguinte, extrair temáticas de uma comunidade discursiva peculiar como a dos LGBT é algo complexo devido, principalmente, às condições marginalizadas que remontam à sua própria história. Nesse cenário, o que a diferencia é justamente essa marginalização e o preconceito que foi gerado em torno de sua prática sexual. Os instrumentos de organização e representação do conhecimento por vezes trazem elementos preconceituosos a respeito dessa temática. Por isso, a análise de documentos oriundos de sujeitos e coletividades que os representam são fontes que podem nortear a compreensão e a busca das identidades que os cercam.

Após a conclusão das análises foi possível perceber que toda a construção histórica da Região do Cariri teve seu crescimento populacional e econômico atrelado à religiosidade e às imagens do Pe. Cicero e da Beata Maria de Araújo. Tal relação já transmite uma natureza perversa na lida com o diferente pois dada a relevância da figura da Beata Maria de Araújo na história e as várias interpretações acerca do milagre, do martírio e toda a tessitura político eclesiástica em torno de tal fenômeno. Percebe-se o papel político ocupado no processo de formação do movimento sócio religioso da cidade de Juazeiro do Norte. A imagem da mulher negra, pobre e analfabeta emerge em tal cenário como figura de destaque que fora esmaecendo no decorrer da história dada a sua condição. Segundo Forti (1999, p. 109):

María de Araújo faz parte daqueles ‘sem-lugar’, ‘sem-poder’, dos leigos, ou ainda mais, de acordo com o código de Direito Canônico vigente na época, abaixo dos leigos, pois era mulher. Ou ainda mais: abaixo do status de mulher, pois era negra: “raça infecta” pelas constituições do arcebispado da Bahia. E podemos ir mais longe na desqualificação de Maria de Araújo: era analfabeta. Ela, portanto fazia parte daqueles que não constroem a história.

Logo o tratamento dado aos componentes de outros grupos sociais que divergem do perfil de homem, branco, heterossexual pertencente às classes abastardas dos senhores de

terra e posteriormente dos comerciantes e políticos estaria à margem da sociedade e teriam seus direitos cerceados pelas práticas sociais e pela imposição dos micro poderes que se manifestam por meio dos dispositivos de controle e coerção social. Logo, a violência cotidiana levam a um soterramento das memórias dos grupos sociais que não compõe o proselitismo local, sendo condicionados a um não-lugar comum a todos aqueles que desviam da norma.

Diante disso, observa-se que a contribuição da organização do conhecimento para a memória da homoafetividade se revela, tendo em vista a necessidade de compreensão, organização e abertura a essa temática emergente no âmbito da Ciência da Informação, de forma a trazer um entendimento correto no íterim dos mais diversos matizes da sexualidade e da militância LGBT. Logo, podemos afirmar que o objetivo de compreender a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da Região do Cariri cearense por meio da identificação das principais temáticas que emergem da documentação das Organizações não governamentais (ONGs) “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri” (GALOSC) e “Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO), para, posteriormente de modo verticalizado, analisar a contribuição para a reconstrução da memória do movimento homoafetivo efetuando o cruzamento dos dados com o discurso dos sujeitos (militantes) entrevistados, no intuito de promover a recuperação de tais informações e reconstruir a memória homoafetiva nesta região fora alcançado de forma satisfatória revelando ainda uma gama de possibilidades de pesquisa a serem desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais, Humanas e principalmente na área de Ciência da Informação.

Com isso, ressalto a importância do conteúdo aditado durante a pesquisa, como o apêndice, que se encontra em anexo que figura como forma de representação da resistência de tal grupo social (LGBT) e se configura como rico material possibilitando estudos a serem desenvolvidos em outros níveis dentro da área da linguística, terminologia e terminografia como forma de compreensão do fenômeno social da resistência cultural dentro da sociedade no século XX por meio de tal grupo social.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, K. T. Indexing of musical genres an epistemological perspective. **Knowledge Organization**, v.30, n.3/4, p.144-169, 2003.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **O gosto pelo pecado: Casamento, sexualidade nos manuais de confissões dos séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ARAÚJO, I. M. **Os Novos Espaços Produtivos: relações sociais e vida econômica no Cariri cearense**. 2006. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ARAÚJO, M. L. **A cidade do Padre Cícero: trabalho e fé**. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BARANOW, Ulf Gregor. Perspectivas na contribuição da Lingüística e de áreas afins à Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 23-35, 1983.

BEGHTOL, Claire. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, June. 1986.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual em bibliotecologia y documentacion. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001.

BELINATO, W.; SOUZA, A. A identidade em trânsito pela noite. In: **Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários**. 2007, Maringá. Anais.Maringá: CELLI, 2007. p. 1057-1066.

BHABHA, H. O terceiro espaço. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 34-41, 1996.

BONONIENSE, F. **Luz Moral**. Oficina A.I Fonseca. Lisboa, 1737.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CÂMARA, C. **Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos "homossexuais"**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual:** essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 13. ed. São Paulo: Ática. 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano** – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In: DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença.** Tradução de Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. P. 229-249.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. **Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica.** Scire, Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 149-157, 1995.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FERNANDES, Adélia Barroso. Os títulos dos jornais como gênero: as restrições e as transformações nas chamadas de política do jornal Estado de Minas. In.: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30, 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0163-1.pdf>. Acesso: 09 ago 2014.

FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. In: **Política & Sociedade**, v. 4, p.137-166, abr. 2004.

FLANDRIN, J.L. **Le sexe dans l'Occident.** Paris: Seuil, 1981.

FORTI, M. C.P. **Maria de Araújo:** a beata de Juazeiro. São Paulo: Paulinas, 1991.

FORTI, M. C.P. **Maria de Araújo:** a beata do Milagre. São Paulo; Annablume, 1999.

FORTI, M. C.P. **Maria de Araújo:** memória perigosa de uma Mística. Juazeiro do Norte: Setur, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** Vol. I. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** o uso dos prazeres. Vol. II. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GADELHA, José Juliano B. **Masculinos em Mutação: A performance drag queen em Fortaleza**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, F. Araújo. **Arquivo e documentação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1967.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GUEDES, Emanuel Guedson Ferreira. **O conceito aboutness na Organização e Representação do Conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

GUIMARÃES, C. D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

GUIMARÃES, J. A. C. **A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO)**. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HJØRLAND, B. **Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative**. Journal of Documentation, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. **Fundamentals of knowledge organization**. Knowledge Organization, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. **Information seeking and subject representation: an activity theoretical approach to Information Science**. London: Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND, B. Subject. 2007. Disponível em:
<http://www.db.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/articles%20a-z/subject.htm>. Acesso em: 18 jul. 2013.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. **Toward a new horizon in information science: domain-analysis**. Journal of the American Society for Information Science, Washington, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

JOUDREY, Daniel N. **Building puzzles and growing pearls: a qualitative exploration of determining aboutness**. 2005. 475p. Phd Thesis – School of Information Sciences, University of Pittsburgh.

JUNQUEIRA, Pedro C., ROSENBLIT, Jacob; HAMERSCHLAK, Nelson. História da Hemoterapia no Brasil. In. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.** vol.27 no.3 São José do Rio Preto July/Sept. 2005.

KESSEL, Z. **Memória e memória coletiva**. Disponível em:
<http://museudapessoa.postbox.com.br/adm/Upload/291I6110920121916535P032.pdf>,
 acessado em 04 de setembro de 2014.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. 1994. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE JÚNIOR, Francisco Francinete; NASCIMENTO, Francisco Arrais. As fronteiras da sexualidade no normal e no patológico: análise da vivência das sexualidades na perspectiva da educação inclusiva. In. II Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos. **Anais...** Grupo de Estudos e Pesquisas em sexualidades – GEPSs, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. 2012. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufes.br/gepss/index>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. Ed. Autêntica. Belo Horizonte-MG, 2003.

LEMBRAR. In: **DICIONÁRIO da língua portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática, 2012. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 21 out. 2012.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

MARÍJUAN, P. **La acumulación social del conocimiento: una perspectiva interdisciplinar.** Scire, Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 29-35, 1995.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.

MATTOS, P. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser.** São Paulo: Annablume, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTT, L. R. B. **Crônicas de um gay assumido.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição & sociedade.** Salvador - BA: EDUFBA, 2010.

MOTT, Luiz. **Pagode Português: a subcultura gay em Portugal nos tempos da Inquisição.** In: *Ciência e Cultura.* SBPC/SP. V. 40. fev. 1988.p. 120-139.

NASCIMENTO, Denise Morado. **A abordagem sócio-cultural da informação.** In. **Inf. & Soc.:Est.,** João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Marlene de. **Origens e evolução de Ciência da Informação.** In: _____(Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 9-28

ORLANDI, Eni. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas - A fabricação do consenso.** Campinas: Editora RG, 2010.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio.** Campinas: Editora Unicamp, 2002.

OTLET, P. **Documentos e Documentação.** Paris, 1937. (Tradução por Hagar Espanha Gomes). Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PAES, Marielena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PARKER, R. G. **Abaixo do equador.** Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PARKER, R. G. et al. (Org.). **A Aids no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso - Estrutura ou Acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PEIXOTO, Alencar. **Joazeiro do Cariry**. 2. ed. Fortaleza: IMEPH, 2011.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS**. São Carlos: UFSCar, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. In. **Estudos Históricos**. 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexandre da Silva; Revisão técnica de Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2011.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, 1996.

SILVA, Fenelon. **Documentação**. São Paulo: DASP, 1961.

SMIRAGLIA, R. P. **Two kinds of power: Insight into the legacy of Patrick Wilson**. New York: Long Island University, 2007. Disponível em: <http://www.caisacsi.ca/proceedings/2007/Smiraglia_2007.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

SMIRAGLIA, R. P. **Redefining the “S” in ISMIR: Visualizing the evaluation of a domain**. New York: Long Island University, 2009. Disponível em: <http://www.caisacsi.ca/proceedings/2009/Smiraglia_2009.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferari. A construção de identidade sexual: travesti, a invenção do feminino. In. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n.2, p.5 -14. Maio 2012.

SOUSA, A.; ALVEZ, M. Cariri queer: um esboço performatividade travesti nas terras de Padre Cícero. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 5. 2010, Salvador. Anais... Salvador: ENECULT, 2010. p. 1-15.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TENNIS, J. A convenient verisimilitude or oppressive internalization? Characterizing the ethical arguments surrounding hierarchical structures in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 394-397, 2012.

TENNIS, J. T. Subject ontogeny: Subject access through time and the dimensionality of classification. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st Century**: Integration of knowledge across boundaries: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference, Granada (Spain), 2002. Würzburg: Ergon, 2002. v.8; p.54-59

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, v.30, n.3/4, p.191-195, 2003.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1986.

TREVISAN, J. Silvério. **Devassos no Paraíso**: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WEEKS, J. **Sexuality and its discontents**: meanings, myths and modern sexualities. New York: Routledge. 1985.

APÊNDICE

Termos, Expressões e Palavras do Universo LGBT

Este vocabulário não apresenta como objetivo central ser completo e exaustivo, porém, é tão definitivo quanto nos foi possível construir em relação à experiência que tive durante o trabalho dissertativo de campo, principalmente por meio da observação e participação em reuniões, conversas e no decorrer das próprias entrevistas realizadas.

Tal como outros aspectos da cultura, a linguagem empregada pelos interlocutores LGBTs está sempre em processo de transformação. Dessa forma, o que indicamos em seguida, em ordem alfabética, é apenas uma lista de palavras de sentido “privado”, frequentemente utilizadas pelos LGBTs nas suas atividades sociais. Como é possível notar, muitas das palavras são igualmente utilizadas por membros da sociedade não pertencentes a tal taxonomização de natureza sexual com significado semelhante.

A

Abafa o bofe: 1. (PE) expressão usada quando um bofe do bem ou um bofe escândalo deve ou merece ser acquendado.

Abafa o caso: 1. Expressão usada quando alguém não está a fim ou não está mais podendo ouvir determinada conversa ou comentário; usa-se ainda quando alguém, por algum motivo, não quer que o assunto seja levado adiante.

Abala/abalou: 1. Causou sensação; 2. Despertou a atenção.

Abalar: 1. Fazer algo bem feito.

Abduzida: 1. Pessoa cega de paixão ou que mitifica outra.

Acqué/ Aqué: 1. Moeda; 2. Cédulas e moedas aceitas como meio de pagamento; 3. Meios de pagamento.

Acquenda/Aquenda: 1. Prestar atenção, olhar, ver.

Adé fontó: 1. (Do bajubá) homossexual masculino enrustido.

Adé: 1. (Do bajubá) Termo com o qual se designa, no candomblé, os efeminados em especial e, genericamente, os homossexuais masculinos. Usado também pelas travestis para se referirem a rapazes afeminados.

Afofim: 1. Mal cheiro

África: 1. (SP) cansativo, chato, difícil.

Agasalhar: 1. Sexo anal.

Ageun/Ajeum: 1. (Do bajubá) comida, rango, gororoba, ebó.

Ai meu edi: 1. Expressão que significa “Ai meu cu!” ou “Ai que saco!”⁵⁶.

Ajé: 1. (Do bajubá) Aquele de natureza falsa, o que é falso; 2. Ruim, péssimo.

Aleijo: 1. Porcaria; 2. De má qualidade; 3. Situação embaraçosa, delicada ou conflitante; 4. Coisa que não deu certo; 5. Algo ruim.

Alibã/Aliban: 1. Polícia; 2. Membros de corporação policial; 3. (RJ) significa também o carro patrulha Santana; 4. Se for o “camburão” (transporte dos policiais), chama-se “tia Cleide”.

Alibete: 1. (Do bajubá) roubo.

Alice: 1. Homossexual masculino que vive num mundo de fantasias. Alusão ao clássico da literatura Alice no País das Maravilhas.

Alma sebosa: 1. (PE) pessoa chata e escrota; 2. Pessoa do além, mal-assombrada; 3. Pessoa ruim.

Alma: 1. (PE) pessoa.

Almôndega: 1. (Do início dos anos 90) aglomeração de pessoas nas pistas dos clubes com a finalidade de se esfregarem umas nas outras.

Amadê: 1. (Do bajubá) menino jovem.

Amapô/mapô: 1. (Do bajubá) Ser humano do sexo feminino; 2. Mulher.

Amapoa: 1. (Do bajubá) vagina; órgão sexual feminino; 2 termo usado para designar mulher [variantes: amapô, mapô].

Amapô carne-de-lata⁵⁷: 1. Mulher desprovidade de bons modos, dinheiro e beleza.

Amapoa de Bajé: 1. (Do bajubá) mulher menstruada.

Amapoa de canudo: 1. (Do bajubá) (RJ) travesti não operada; que tem órgão sexual masculino, mas jura que é amapoa.

Ana Cláudia: 1. Mulher que adora andar grudada com os gays.

Anel de couro: 1. (CE) ânus; 2. Edí; 3. Rosca; 4. cú.

Angélica: 1. (RJ) o mesmo que táxi; 2. Ir de angélica significa 'ir de táxi'.

Apagar a vela: 1. Fazer sexo anal.

Aparecer: 1. Também utilizado com as palavras surgir, desabrochar⁵⁸.

Aparta que é briga!: 1. Expressão utilizada para designar duas possibilidades: 1 gays em pleno amasso e começando a passar dos limites; 2 Cuidado! Heterossexuais que não entende do “babado” no pedaço.

⁵⁶ Ver a expressão tô loca do meu edi.

⁵⁷ Ver o documentário “GLOSSÁRIO”, de FaBinho Vieira, 2011.

⁵⁸ Ver *debut*.

Apatá: 1. (Do bajubá) sapato, calçado.

Apodrecer: 1. Falar mal de algo ou alguém.

Aquendar a Izaura: 1. Fazer trabalhos domésticos.

Aquendar a neca: 1. Significa esconder o órgão sexual masculino, de forma a montar a “buceta”.

Aquendar uma Nequinha: 1. Gíria de travesti para 'fazer um boquete', sexo oral.

Aquesh: 1. (Do bajuba: 'aqüé' + do inglês: 'cash') o mesmo que acqué, dinheiro em papel-moeda.

Aquest: 1. O mesmo que acqué.

Aquiri: 1. (Do bajubá) (CE) bofe.

Aranha: 1. O mesmo que vagina; a expressão botar as aranhas para brigar significa a relação sexual entre mulheres.

Arara: 1. (SP) homossexual masculino chata e de voz estridente; 2 clubbers com cabelos multicoloridos.

Arô: 1. Moeda; 2. Cédulas e moedas aceitas como meio de pagamento; 3. Meios de pagamento.

Arrasar: 1. Fazer algo bem feito ou com graça. Muito utilizada na Expressão “Arrazou Bicha!”.

Arrombada: 1. Aquela que tem vagina ou ânus alargado por excesso de uso.

Asilada: 1. (CE) louca; homossexual masculino “bem doida” ou que está nervosa.

Assoprar a vela: 1. Ter relação sexual anal com uma outra pessoa, no sentido passivo.

Atender: 1. Ato de envolver-se ou comprometer-se sexualmente com alguém; exemplo: Vou atender o boy.

Atendimento: 1. Fazer sexo; se for "o atendimento" significa o sujeito com quem se vai ter relações sexuais.

Atraque: 1. Luta, conflito, briga, confusão. 2. Quebra de boas relações; desavenças.

Avoa: 1. Interjeição empregada quando alguém ou uma ideia desagradável chega perto; também é usada quando alguém se aproxima na hora errada, geralmente de uma mona

Azarar: 1. Paquerar; flertar; dar em cima de alguém.

Azuelar: 1. (CE) “comer” o bofe; 2. Ser o ativo na relação sexual. 3. Roubar daquele que desempenha o papel dito masculino sua posição de ativo.

B

Babadeira: 1. (Adjetivo) Empregado a sujeitos que tem muitos babados para contar; 2. Quando uma situação é de difícil solução, diz-se “Bicha a situação é babadeira”.

Babado: 1. Acontecimento qualquer, podendo tanto ser algo bom como algo ruim; 2. *basfond*; 3. Caso amoroso e/ou sexual.

Babado forte: 1. Fofoca de grande importância.

Babado: 1. Algo muito bom; 2. Uma novidade que se conta; 3. Um acontecimento interessante, divertido e/ou com episódios surpreendentes; algo de bom. Porém, dependendo do contexto, pode significar algo que vai ter consequências ruins. Seu uso às vezes se assemelha ao uso que se faz do termo “bafão”, que tem usos mais positivos do que “babado”.

Babalú: 1. (Adjetivo) Homossexual ativo ou prostituto que se serve da venda de favores sexuais para homossexuais como parte de sua fundamentação econômica.

Badalhoca: 1. (CE) fezes que ressecam e ficam presos aos pêlos do ânus.

Bafão: 1. A expressão deriva do termo francês “bas-found”, que soa como “bafon”, e daí se transforma em “bafão”, pela proximidade sonora. O termo tem diversas possibilidades de uso, todas ligadas a eventos que saem da rotina, que têm potencial para virarem fofoca, ou algo que movimenta a cena onde ocorreu. Significa, assim, algo inusitado, confusão, uma revelação bombástica, situação polêmica e/ou explosiva.

Bagaceira: 1. Lugar ou coisa podre/ ruim; 2. Lama.

Baitola: 1. (Pejorativo) (CE) gay; homossexual masculino; boiola.

Baitolagem: 1. (Pejorativo) (CE) viadagem.

Baixa: 1. Homossexual masculino que anda no *underworld*, que todo mundo conhece, que faz *darkroom*, cinema, entre outros, 2. Refere-se a pessoa sem cultura, “barraqueira”.

Baixar vovó: 1. Sexo oral, mesmo que “boquete”.

Bajé: 1. (Do bajubá) sangue.

Bajubá⁵⁹: 1. Baseada nas línguas africanas empregadas pelo candomblé é a linguagem praticada inicialmente pelos travestis e posteriormente estendida a todo universo gay [variante: pajubá].

Balaco: 1. Forma abreviada de balacobaco.

Balacobaco: 1. Festa, agito, evento, reunião.

Baleia encalhada: 1. Homossexual masculino gordo e preguiçosa que só come, dorme e emite ruídos ininteligíveis.

Bandeira: 1. Dar Pinta; “dar bandeira significa” 'deixar-se perceber'.

⁵⁹ Ver o documentário “O vôo da beleza: experiência transgênero e processo migratório”, de Alexandre Fleming Câmara Vale, 2007.

Bandeiroso: 1. Indivíduo ou comportamento que sinaliza homossexualidade.

Banheirón: 1. Banheiro festivo com diversas finalidades, entre elas o uso de drogas, conversas e sexo; banheiro com função ou “pegação”.

Banho de Cleópatra: 1. Banho de sêmen, ato do parceiro ejacular sobre o sujeito.

Baque: 1. Mentiras que as homossexual masculinos inventam pra enganar o bofe ou as amigas.

Baranga: 1. Lugar, coisa ou pessoa bagaceira; cafona; brega: quando aplicado a pessoa, inclua-se também o significado de loira.

Baratismo: 1. Brincadeira com intuito sexual.

Barbie: 1. Homossexual masculino excessivamente musculoso, mas desprovido de inteligência.

Barraqueira: 1. Travesti ou mulher que faz escândalo.

Barroca: 1. (PA) mulher/ bicha/ travesti idosa.

Baseado: 1. Cigarro feito de maconha.

Basfond ou bas-fond: 1. (Do francês “bas-fond” baixia; baixio; fundo baixo; lugar onde a água é pouco funda) A camada social formada por marginais, ralé; 2. Zona de prostituição de uma cidade, lugar do babado; 3. Caso amoroso e/ou sexual, pode ter vários significados, pode ser quando a festa tá bombando, lotada, ou quando rola barraco.

Bater bolacha: 1. Ato sexual entre lésbicas.

Bater cabelo: 1. Esnobar, ferver, aparecer mais que as outras; 2. Fazer Performance; 3. Dançar.

Bater porta: 1. Fazer programa (numa alusão ao entrar e sair dos carros dos clientes).

Bater um bolo: 1. (SP/RJ) masturbação entre gays.

Baticum: 1. Festa com muita música e dança; balacobaco.

Batom: 1. Orgão sexual masculino no diminutivo.

Beck: 1. Maconha ou cigarro feito desse produto.

Beixa: 1. Os grandes lábios da vagina.

Beijo: 1. Pose; carão; 2. Bico; 3. Ênfase; 4. Dengo.

Beliscar azulejo: Estar por um longo período sem sexo, o mesmo que estar “com a gala seca na cabeça”.

Bem: 1. Termo invariável usado como adjetivo: bom; Ex: Elas são bem!

Bem doida!: 1. Bastante enlouquecida; 2 (interjeição) usa-se quando alguém propõe ou faz algo errado ou inconcebível.

Bem servido: 1. Aquele que tem um grande pênis, usualmente utilizado no sentido apreciativo, mas em alguns casos negativo, principalmente naqueles em que implicitamente se insinua sadismo durante a relação sexual.

Benga: 1. Orgão sexual masculino; pau; caralho.

Besouro: 1. Diz-se daquele que gosta de ser ativo numa relação anal.

Bet: 1. (Pronuncia-se betty) Abreviação de bicha extraterrestre, ou seja, homossexual masculinos montadas em trajes tidos como futurista (travesti, *Drag Queen*, transformista, *Crossdresser*).

Betty faria!: 1. Expressão usada quando alguém é bonito e que incita o desejo sexual, então se diz: Betty faria!; ou então Débora kerr!.

BF: 1. (SP/RJ) Abreviação para bicha fina.

Bi confusa: 1. (Substantivo) homossexual masculino atrapalhada; exemplo: a bi confusa chegou.

Bi: 1. Forma abreviada e carinhosa para bicha.

Bia: 1. Ponta de cigarro ou de baseado.

Biba: 1. (Familiar) gay, homossexual, bicha.

Bibita: 1. Orgão sexual masculino pequeno.

Bicha de antiquário: 1. Gay que só faz compras em brechós.

Bicha de Blair: 1. (SP) Homossexual masculino (travesti) que usa o bajubá todo errado.

Bicha de Moema: 1. (SP) Homossexual masculino “mauricinho” de fora do meio LGBT que é adepto de tendências de moda como uma camisa xadrez e usa um celular na cintura.

Bicha fina: 1. (RJ/SP) Homossexual com jeito ou pretensão de refinamento.

Bicha louca: 1. Em geral, classifica os indivíduos que agem agressivamente de modo efeminado. Empregado também como “loucas”, referindo-se ao grupo que demonstra atitude ostensiva homossexual, especialmente na “caça”, como passivos. Utilizado ainda para destacar o interesse na caça, especialmente em ambientes de socialização homossexual; 2. Homossexual masculino que apresenta trejeitos femininos, que é afetado.

Bicha profunda: 1. Homossexual masculino tipo lésbica, que adora um papo-cabeça.

Bicha sabonete: 1. Homossexual masculino que apresenta bons hábitos de higiene mas que pertence a classes D e E, diz-se “cheirosa mas lisa”.

Bicha tranca-rua: 1. Biba sem controle; bêbada, barraqueira.

Bicha: 1. Em gíria homossexual, um sinônimo para “perobo”. Pode ser utilizado muitas vezes com o mesmo sentido depreciativo, e nesse contexto implica alto grau de julgamento

apreciativo negativo. Pode ser utilizado, no entanto, no sentido afetivo, dependendo da ênfase e das pessoas a que se refere no contexto da situação.

Bicha-bofe: 1. Homossexual não efeminado, mas nem sempre ativo.

Bicha-boy: 1. Bicha-bofe novinha.

Bicha-cadela: 1. Homossexual libidinoso, que transa muito e com muitos parceiros; lacraia.

Bicha-carteirão: 1. Bicha amiga, colega e variante da bicha-mocassim, que usa o carteirairo embaixo do braço.

Bicha-envelope: 1. Homossexual masculino sempre enrustida que usa as calças (semi-bag ou de pregas) pela altura do peito, muitas vezes acompanhada de camisa xadrez por dentro; bicha centro-peito.

Bicha-louca: 1. Homossexual masculino que apresenta trejeitos femininos, que é afetado.

Bicha-louquice: 1. Ação ou modos da bicha-louca.

Bicha-macha: 1. Homossexual masculino com pose de macho; monocó; bicha-bofe.

Bicha-mauricinha: 1. Homossexual masculino rico ou metido a rico e de gosto duvidoso.

Bicha-mocassim: 1. Homossexual masculino muito cafona que usa sapatos mocassins com franjas, deixando aparente o peito do pé envolto por meia soquete branca; em geral, a bicha-mocassim é também bicha-envelope.

Bicharia: 1. Aglomeração de homossexuais masculinos.

Bicharoca: 1. Homossexual efeminado.

Bicheine: 1. Homossexual festeiro, fervido.

Bichice: 1. Ação ou modos de efeminado; viadagem.

Bichinha baunilha: 1. Homossexual masculino iniciante, novato, ingênuo, travesti em início de carreira na prostituição.

Bichoca: 1. Efeminado.

Bi-confusa: 1. (Adjetivo) Duplamente confusa; Ex: Hoje eu tô tão bi-confusa...; do mesmo modo, tri-confusa; multiconfusa.

Bicudo: 1. Uma das fases do indivíduo que está cheirando cocaína; 2. Pessoa assoberbada, que está praticando o carão.

Bigode: 1. (Portugal) homossexual masculino mais velho.

Bigodón: 1. Homossexual masculino de meia-idade que adora usar um bigode; 2. Mulher com buço em excesso; 3. Pêlos pubianos que saem pelas laterais da sunga ou da tanga.

Bilola: 1. (NE) Órgão sexual masculino pequeno, de tamanho infantil.

Biltra: 1. (SP) Sinônimo de homossexual, bicha, mona, viado; usado entre bibas amigas.

Birita: 1. (NE) Bebida alcoólica.

Biritado: 1. (NE) bêbado.

Bixa Bafoneira: 1. Homossexual masculino que é adepto de confusões e brigas, barraqueiro.

Bixa Édna: 1. Homossexual masculino sem muita inteligência ou trato social.

Biziu: 1. (PE) Resquícios de fezes que se enrolam nos pêlos anais; badalhoca.

Bizu: 1. (PA) Fofoca.

Boa noite cinderela: 1. Diz-se de um golpe que consiste em dopar a vítima sem que ela perceba para posteriormente assaltá-la.

Bobby: 1. Bofe que faz; 2 homossexual masculino metido a bofe.

Boca grande: 1. O mesmo que bocuda.

Bochicho: 1. Fofoca, boato, confusão de gente.

Bocuda: 1. Pessoa que conta os segredos alheios, por maldade ou não; fofqueira; língua solta.

Bodansky: 1. Variação de bode.

Bode: 1. Cansaço; enjôo; ressaca; saco-cheio; usado nas expressões estar de bode, estar com bode de alguém ou ai, que bode!

Bofe: 1. Heterossexual ou homossexual ativo.

Bofe do milênio: 1. (PB/PE) Diz-se daquele heterossexual que foi eleito pelos homossexuals masculinos por sua gentileza, graça e beleza.

Bofe escândalo: 1. Homem muito bonito.

Bofe tapioca ou **bofe panqueca:** 1. Expressão utilizada para homossexuais masculinos que durante as preliminares são muito fofoso e viril, mas que no momento da relação sexual propriamente dita desempenha o papel passivo.

Bofe: 1. Homem.

Bofe-aranha: 1. Aquele que você tenta lambe o edi dele, mas não aceita, porém na terceira tentativa ele abre as pernas.

Bofe-coca-cola: 1. Bofe que fica todo empolgado na hora do abate perde todo o gás.

Bofoneca: 1. Mistura de bofe com boneca; homossexual masculino que tem voz ou jeito do sexo oposto, ou seja uma voz anasalada.

Boi: 1. (CE) Dinheiro; acué; din-din; 2. (PE) menstruação.

Bola: 1. (Pronuncia-se bôla) forma abreviada e carinhosa para bolacha.

Bola gato: 1. Sexo oral.

Bolacha: 1. Lésbica.

Bom dia jaburu: 1. Diz-se do golpe aplicado em mulheres mais velhas, com o objetivo de assaltá-las em sua casa, sem necessariamente fazer uso de drogas para fazer as vítimas dormirem.

Bombadeira⁶⁰: 1. Nome dado aquela que faz a aplicação de silicone industrial no corpo das travestis e transsexuais com o objetivo de conceder formas femininas ao corpo masculino, seja no formato o rosto, braços e pernas ou na construção de seios, nádegas e quadril.

Bombado: 1. Aquele que toma bomba para parecer forte e musculoso; inflado, inchado; próprio das *barbies*.

Bombar⁶¹: 1. Tomar anabolizante; 2. praticar penetração anal com movimentos fortes e rápidos; 3. Aplicar silicone industrial com o objetivo de adquirir padrões estéticos femininos como joelhos arredondados, braços e costas menos delineados, seios e um quadril mais largo e proeminente.

Bomberita: 1. (Do espanhol) lésbica.

Boneca: 1. Um homossexual passivo atraente; implica juventude, mas não necessariamente (adjetivo) usado de maneira afetiva por um homossexual em relação a um amigo homossexual passivo.

Boot: 1. Termo pejorativo para lésbica muito masculina.

Boqueteira: 1. Aquela que faz sexo oral em homem; chupeteira.

Boy: 1. Homem; sujeito do sexo masculino.

Boyzinho: 1. Adolescente ou jovem que se faz passar por machinho, mas que já apresenta algumas características ou comportamentos homossexuais.

Brechar: 1. (PE) Espiar por uma brecha da porta, da roupa, etc.; 2. voyeurizar.

Brincas de ali-babá: 1. (RJ) Pequenos nódulos que ficam em torno de um ânus já; o termo é usado na expressão pelas brincas de ali-babá!

Bronha: 1. Masturbação masculina.

Bruna: 1. Alguém que deixa evidente que está a fim de outra pessoa, pondo tudo a perder.

Buceta bonita: 1. (NE) expressão empregada no momento em que a homossexual masculino horrorosa é falsamente elogiado por uma amiga ainda mais feia; exemplo: Querida, hoje você está buceta bonita !!!!

Bup: 1. (GO) Bolacha, biscoito.

Buzum: 1. (SP) Ônibus.

⁶⁰ Ver documentário "Bombadeira - A dor da beleza", de Luis Carlos de Alencar, 2007.

⁶¹ Ver Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Marcos Renato Benedetti. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

C

Caçação: 1. Ato de caçar; aquedação forte no sentido sexual; pegação

Caçapava: 1. Pessoa sem dentes; banguela

Caçar: 1. Ir atrás de alguém para fazer sexo

Cachê: 1. Utilizado quando um jovem homossexual é financeiramente amparado por um homossexual maduro, financeiramente privilegiado, como retribuição a favores sexuais e outras afeições.

Cachorra: 1. Pessoa libidinosa; 2 indivíduo que transa muito e com muitos(as) parceiros(as)

Cacu: 1. (CE) Forma abreviada de cacurucaia; indivíduo idoso ou de idade avançada para determinado fim

Cacura: 1. Forma abreviada de cacurucaia

Cacurucaia: 1. (CE) Idoso ou que já passou da idade para fazer algo

Cafú do bem: 1. Homem com atitude menos rústica, apresentando certos traços de beleza e higiene; 2. Cafuçu emergente.

Cafuçu: 1. (NE) Diz-se de quem tem um estilo de vida baranga, não importando raça, credo, classe social ou país de origem; 2. Diabo; Demônio; 3. Roceiro asselvajado; 5. Peão; 6. Indivíduo grosseiro; inábil; 7. Homem com atitude rústica, não muito provido de beleza, mas que é fogoso na cama;

Cagar no maiô: 1. Fazer uma grande besteira; 2. Acovardar-se

Caído: 1. Sem grana; duro; 2. Cansado; 3. Lugar sem graça

Cair na real: 1. Acordar para a vida

Caixa de surpresa: 1. Diz-se da mala (volume na cueca) que aparenta ser pequena, mas que ao ser descoberta revela grande volume, densidade, peso e tamanho.

Caminhoneira: 1. (Pejorativo) Lésbica com gestual muito masculinizado.

Camioneta: 1. (Portugal) Lésbica masculinizada; sapatão.

Candanga⁶²: 1. (Pejorativo) Mulher feia.

Cangalha: 1. (CE) Aquilo que não presta; 2. Ordinário, sem valor, vagabundo; 3. Fuleiro; 4. Bagaceira; 5. Brega; 6. Cafona.

Canivete: 1. Bofe que tem o pênis pequeno.

Cantar pra subir: 1. Ir embora.

Capa⁶³: 1. Prepúcio; Pele que cobre a glândula não circuncidada.

⁶² Alusão aos candangos (trabalhadores imigrantes que construíram Brasília).

Capô de fusca: 1. Feminino de mala; vagina grande, alta, inchada ou proeminente.

Caralho: 1. Orgão sexual masculino; 2. Interjeição usada para representar indignação ou irritação – Caralho!

Carão: 1. Pose; 2. Esnobação; 3. Presunção

Careta: 1. Aquele que (ainda) não está sob efeito de droga ou que é contra seu uso; 2. Conservador; 3. Aquele cujas ideias não saem do senso-comum ou, quando muito, são retrógradas.

Caretice: 1. Conservadorismo; 2. Senso-comum.

Caricata: 1. Palhaça, brincalhona; 2. Pessoa cafona, ridícula e grotesca.

Carpete: 1. Pêlos pubianos da mulher.

Carupé: 1. (Do bajubá) peruca, picumã.

Caso: 1. No mundo heterossexual, caso costuma ser uma terceira pessoa envolvida num relacionamento já em andamento; amante; 2. No mundo homossexual, caso é o(a) namorado(a) ou alguém com quem se está ficando; 3. Par de amantes que vivem maritalmente; 4. Aqueles que apresentam união estável.

Catação: 1. Paquera com intuítos sexuais.

Cata-cavaco: 1. Coito com o parceiro a passivo a ser suspenso, apoiado nas pernas e braços.

Catreva/ catrevagem: 1. (RJ) Bicha muito, mas muito feia.

Cebola: 1. Odor desagradável do órgão sexual masculino;

Cecília: 1. Odor desagradável e forte das axilas; 2. Falta de higiene pessoal; 3. Suvaqueira, cecê;

Celulite: 1. Telefone celular,

Centro-peito: 1. (Neologismo a partir de St. Tropez) calça semi-bag ou de pregas usada com o cós numa altura próxima à dos bicos do peito por bibas equivocadas

Chapeleta: 1. Glande; 2. Parte superior e mais sensível do órgão sexual masculino, também, e especialmente, quando essa parte é naturalmente ou artificialmente (por meio de circuncisão) descoberta, isto é, sem prepúcio.

Charuf: 1. (SP) Coisa ruim; 2. Pessoa burra.

Charufar: 1. (SP) Fazer alguma merda; 2. Cagar no maiô; 3. Dar errado.

Chaveirinho: 1. Orgão sexual masculino pequeno; 2. Canivete

Checar: 1. Expelir excrementos, evacuar, obrar; defecar; 2. Sujar-se com seus próprios excrementos; 3. Sujar a terceiros com excretas; 4. Defecar na hora da penetração anal.

⁶³ Ver homossexualismo em São Paulo e outros escritos/ organizadores James N. Green e Ronaldo Trindade – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Cechê: 1. Forma abreviada de michê.

Cheine: 1. Diminutivo de bicheine, bicha fervida.

Cheque: 1. Restos de fezes que sujam a cueca ou o órgão sexual do parceiro.

Cheque ar: 1. Peido, pum.

Chico: 1. Menstruação; 2. Ponta de cigarro

Chuca: 1. Instrumento utilizado para a limpeza do reto; 2. Lavagem do ânus, a fim de não sujar com fezes o pênis do parceiro, também conhecido como fazer Free Willy.

Chuchu⁶⁴: 1. Barba por fazer, mal disfarçada pela maquiagem; 2. Expressão que tem o mesmo significado que querido.

Chuia: 1. Lésbica.

Chulo: 1. (Portugal) Michê; 2. Garoto de programa.

Chupa Charque⁶⁵: 1. (PE) Homossexual feminina, lésbica.

Chupão: 1. Uma marca, usualmente roxa, em geral encontrada no pescoço ou nos ombros, ocasionada por excessiva sucção, o que denota contato sexual íntimo.

Chupar manga: 1. Sexo oral com mulheres; também usado na expressão chupar a manga preta.

Chupar: 1. Realizar a ação de chupar, especialmente a genitália; sinônimo de *telefonar*.

Chupeteira: 1. Biba que adora fazer um sexo oral; aquela que sempre cai de boca.

Chupisco: 1. Variante de chupeta.

Chuspona: 1. Versão lésbica de chupeteira.

Chuteira: 1. (Pejorativo) lésbica.

Climão: 1. Saia-justa; clima pesado ou tenso entre duas ou mais pessoas.

Close: 1. Exibir-se, esnobar as outras travestis.

Clubber: 1. Aquele que frequenta clubes e se monta à caráter.

Coió: 1. (Do bajubá) bater em alguém, xingar alguém.

Colar velcro: 1. Ato sexual lésbico.

Colocação: 1. Ato ou efeito de colocar-se.

Colocado: 1. Situado; 2. Bêbado, drogado.

Colocar-se: 1. Ficar alterado por meio de bebida ou droga; 2. Situar-se.

Colocón: 1. Qualquer bebida ou droga, especialmente cocaína.

Colori: 1. (RJ) Bicha bem doida e atacada.

⁶⁴ Ver documentário “INACREDITÁVEL: Casa da Bartô”, de Goulart de Andrade e Andrea de Maio de 1987.

⁶⁵ Expressão utilizada em alusão a prática sexual de natureza homossexual feminina, onde o suor e a secreção de lubrificação vaginal apresentam teor de sal semelhante ao utilizado no processo de cura da carne bovina.

Comer mosca: 1. Falhar ou deixar passar falhas.

Compléxia: 1. É uma bicha “dislécia psicanalisada”, com um pouco de conteúdo, geralmente de péssima categoria (a bicha e o conteúdo).

Cona: 1. Vagina.

Confirmou!: 1. Interjeição usada quando uma coincidência acontece.

Cookie: 1. Lésbica chic; 2. Bolacha fina.

Copo d'água: 1. (SP) pessoa sem graça.

Coronel: 1. Lésbica independente e mais velha que sustenta a amante.

Corre-corre: 1. Carro.

Cortada: 1. Ver operada.

Cosibotó: 1. (Do bajubá) bicha analfabeta, ignorante, bicha burra.

Cossibaré: 1. (Do bajubá) burro.

Cosuó: 1. Coisa “uó”, coisa chata, incômodo, perturbação.

Crocodila: 1. Fofoqueira; bocuda.

Croquete: 1. Orgão sexual masculino.

Crossdresser: 1. Aquele que se monta para se divertir.

Cu preso: 1. Bicha enrustida.

Cuã: 1. (Do bajubá) casa, apartamento.

Cuca: 1. Preguiça; 2. Má vontade.

Cuem: 1. Variante ortográfica de kuein.

Culé: 1. Colega, amiga (homo ou hetero).

Culeiro: 1. (MT) Homossexual masculino.

Culete: 1. (PE) História, quer inventada, produzida ou real; 2. Conversa mole; 3. Papo furado.

Culeteiro: 1. (PE) Aquele que conta ou inventa história.

Cunete: 1. Sexo oral na região do ânus, cunnilingus.

Cyber-mano: 1. Jovem de periferia que aderiu à cultura tecno; 2. Clubber popular e herdeiro legítimo do trash-minas.

D

Da o nome: 1. Mostra que pode.

Dadeira: 1. Homossexual com grande número de práticas sexuais de modo passivo.

Dança do rebuceteio: 1. Troca-troca de namoradas entre as lésbicas

Dar a egípcia: 1. Virar a cara para alguém, ignorar.

Dar a elza: 1. (Do bajubá) Roubar.

Dar área: 1. (SP) Ir embora.

Dar close: 1. Dar uma olhada; 2. Dar pinta.

Dar o truque: 1. Enganar; 2. Dar o EQ.

Dar pinta: 1. Fazer trejeitos efeminados, propositadamente ou não; 2. Mostrar afetação.

Dar piti: 1. (NE) Dar barraco; 2. Ficar louca; 3. Botar boneco.

Dar um dois: 1. Fumar maconha.

Dar um *fight*: 1. Copular, transar.

Dar um ninja: 1. (ES) Sumir com algo; 2. Roubar; 3. Dar a Elza.

Dar um voador: 1. (ES) Dar um tapa, brigar.

Dar uma beija: 1. Dar um golpe para arrumar dinheiro ou não pagar dívida.

Dar uma kenfa: 1. (GO) Dar um fora em alguém.

De leve: 1. (PA) Pequena maldade

Débora kerr: 1. Expressão usada quando se vê alguém que provoca tesão; às vezes, Débora kerr faz dupla com Betty faria

Debut: 1. Apresentação ao grupo de homossexuais, seria o primeiro dia de uma travesti na pista; 2. Aparecer pela primeira vez como homossexual; 3. (Adjetivo) Empregado ao responsável pela primeira experiência sexual; 4. Aquele que liga o indivíduo a maioria, ao grupo a que naquele momento pertence.

Delta-T: 1. Diz-se do órgão sexual masculino que, em estado de repouso, é pequeno, mas quando excitado revela-se uma caixa de surpresas, ou seja, de proporções avantajadas; alta diferença de tamanho entre a neça mole e dura; exemplo: aquela mala tem delta-T.

Demônio das aranhas: 1. Fala-se ao invés de puta que o pariu.

Denorex: 1. Que parece homossexual, mas não é; que parece heterossexual, mas não é.

Derrubado: 1. Sem grana; 2. Cansado; 3. Lugar sem graça; sinônimos: tombado; caído.

Desacquendar (desaquendar): 1. (Do bajubá) deixar de lado; deixar em paz; esquecer.

Desaquendar uma Gretchen: 1. Vomitar.

Desavisado: 1. Alguém que nunca sabe de nada ou que finge não saber.

Descabelar o palhaço: 1. Masturbar-se.

Desce ou descer pra avenida: 1. Ir para o ponto de prostituição.

Descer o barraco: 1. (RJ) Aprontar uma briga; brigar;

Descer o borel: 1. (RJ) Brigar; descer barraco.

Descolado: 1. Pessoa que se dá bem em determinadas situações.

Descolândia: 1. Lugar onde os descolados se descolam.

Descolar: 1. Dar-se bem; 2. Conseguir o que se quer.

Despistado: 1. Dissimulado.

Di santini: 1. (Pejorativo) Lésbica, sapatão.

Diag-leife: 1. Situação complicada, não propicia.

Diague: 1. Refere-se a tudo que é negativo; 2. (Interjeição) usa-se para evitar coisa ruim; 3. isola!, usado para remeter-se a lugar de predominância heterossexual.

Diesel: 1. Lésbica masculinizada, caminhoneira.

Din-din: 1. Dinheiro.

Dislécia: 1. Bicha confusa, com crises múltiplas de identidade, que anda sempre em busca de si própria.

Do além: 1. Pessoa, lugar ou situação bastante esquisita, estranha mesmo

Doce: 1. Algo ruim; aprontar alguma coisa de mal para outra pessoa; mandar bater; ou armar situações constrangedoras e ameaçadoras.

Docinho: 1. Apanhar na rua; cliente mal cheiroso (Diz-se Ai Bicha, ontem atendi um docinho o uó).

Dona borboleta: 1. Machão.

Draga: 1. Pessoa que come demais.

Dragão: 1. (Pejorativo) Pessoa muito feia.

Dragonete: 1. (Pejorativo) Pessoa que, além de muito feia, é bicha.

Dramático: 1. Aquele que faz drama por qualquer coisa; 2. Aquele que fala exageradamente;

Dun: 1. (Pejorativo) Diminutivo de dun-dun.

Dunda: 1. (Pejorativo) O mesmo que dun-dun.

Dun-dun: 1. (Pejorativo) Indivíduo da raça negra.

Dyke: 1. (Do inglês) Lésbica.

E

É bem! Ou é bens!: 1. Pessoa ou coisa boa, legal.

Edí: 1. (Do bajubá) Orifício, na extremidade terminal do intestino, por onde sai os excrementos. 2. Ânus.

Ekê: 1. (CE) Órgão sexual masculino; a mala do bofe: (o ekê do ocó); 2. problema (deixa de ekê!) (Não confundir com EQ, equê)

Elza: 1. Quem rouba, roubar. Entrevista: conversa inicial com o cliente, na qual ele sonda preço, práticas e local, entre outros acertos relativos ao programa.

Elzeiro: 1. Ladrão.

Embaçado: 1. Difícil, complicado, obscuro, confuso, turvo, desordenado.

Emma thompson - machucado originado de pancada forte, resultando em manchas roxas e doloridas na pele; exemplo: “bati a perna e tô com uma Emma Thompson doloridíssima”.

Enceradeira: 1. Bicha bailarina; 2. Aquela mona que não perde uma música na pista de dança; bicha que dança até não aguentar mais.

Encubado: 1. Diz-se do homossexual que ainda não assumiu sua sexualidade para si mesmo; enrustido.

Engate: 1. (Portugal) Paquera.

Enquizado: 1. (CE) Indivíduo encanado, chateado, cheio de problema; 2. Ensimesmado; 3. Antipático.

Enrustido: 1. Homossexual que ainda não saiu do armário, não assumiu sua posição de gay

Entendido: 1. Homossexual.

Entortar chifre: 1. Dar-se mal.

Envuduzar: 1. Botar vudu, vuduzar.

EQ (equê): 1. O mesmo que truque, engano, coisa falsa.

Ecqué/Equé: 1. Mentira.

Equezeiro: 1. Praticante do EQ.

Escândalo: 1. (Adjetivo) Quando algo está muito bonito, arrumado, bem feito. Diz-se “Mona o picumã da senhora está um escândalo” 2. Confusão, briga, grito. Normalmente empregado quando ocorre traição conjugal, briga por espaço de prostituição.

Esquiso: 1. Aquele que é esquisito ou esquizofrênico

Estar fantasiado: 1. Estar bem vestido, “embecado”; 2. Montado.

Estrovena: 1. Orgão sexual masculino, pau, pinto.

Européia: 1. Travesti que teve experiência com prostituição na Europa, ou viveu na Europa.

Existe não: 1. Quando se depara com uma bicha aberrantemente feia, existe não.

Extra-fofa: 1. (SP) Diz-se das *Barbies* que já passaram do peso.

F

Fazer a Catarina: 1. Imitar a amiga numa roupa ou produção.

Fazer a Edith: 1. Dar conselho.

Fazer a Elizabeth: 1. Fazer marca de cagada no sanitário.

Fazer a linha Aidê⁶⁶ ou Haydée: 1. Furtar, roubar mesmo sem necessidade, quando o sujeito tem o habito de furtar coisas sem valor ou mesmo seus clientes ou colegas de trabalho.

⁶⁶ Referência à personagem cleptomaníaca interpretada pela atriz Cristiane Tornloni, na novela América telenovela brasileira, escrita por Glória Perez e dirigida por Jayme Monjardim, Marcos Schechtman, Luciano

Fazer a linha amiga: 1. Falsidade necessária no âmbito social.

Fazer a linha criança esperança: 1. Prática sexual com menor (erê).

Fazer a linha egípcia: 1. Dar pouca importância ou mesmo não se importar.

Fazer a linha rica: 1. Esbanjar.

Fazer a linha: 1. Fazer tipo; oferecer algo para ser agradável.

Fazer a louca: 1. Se fazer de desentendida para sair-se bem de determinadas situações vexatórias.

Fazer o vício: 1. Ficar com alguém por prazer, para se divertir, sem interesses comerciais.

Fazer a pista: 1. Prostituir-se.

Fazer: 1. Ato sexual;

Fazer a fina: 1. (Adjetivo) Para se referir a pessoas, no sentido de serem educadas, amáveis e de terem um bom nível de educação formal.

Frouxa: 1. Flacidez na região anal. Diz-se “O edí da bicha tá tão frouxo que a bicha não consegue segurar os peidos nem o cocô”.

Fuá: 1. Bagunça, bafão.

Fada: 1. Lésbica passiva

Fake: 1. (Do inglês) Falso; falsificado; fajuto; do truque

Fanchona: 1. (Pejorativo) Termo preconceituoso para lésbica.

Farinha: 1. Esmegma.

Fashion desnecessaire: 1. Biba equivocada na roupa ao tentar ser *fashion*, *fashion discontrol*.

Fashion discontrol: 1. (SP) Pessoa exagerada ou toda errada no vestir-se.

Fazer: 1. Copular, transar, atender.

Fazer a chuca: 1. Fazer limpeza intestinal, principalmente do reto.

Fazer a egípcia: 1. Virar a cara e ficar de perfil (como as figuras egípcias), a fim de menosprezar ou ignorar alguém.

Fazer a gonda: 1. (GO) Chupar; fazer uma felação.

Fazer a marisa: 1. (SP) Expressão usada nos cinemas de “pegação”. Como em geral esses cinemas têm duas salas, uma com filmes héteros e outra com filmes gays, os homossexuais que atendem na sala de filmes gays fazem a Marisa, uma coisa “*de mulher pra mulher*”.

Fazer beijo: 1. Enfadar-se; desdenhar; 2 fazer pose, fazer carão.

Fazer meia: 1. (SC) Caso de viadagem não explícita, segredada a dois.

Fazer sabão: 1. Ficar de babado, esfregar-se.

Fechar: 1. Dar muita pinta; 2. Abalar.

Fechar tudo: 1. Dar muita pinta; 2. Abalar muito.

Fedora: 1. Bicha fedorenta.

Female-to-male (FTM): 1. Indivíduo que era do sexo feminino (ou nasceu com uma vagina), masculinizou-se e implantou um órgão sexual masculino; é geralmente ativo em relações com parceiros gays.

Fechação: 1. Ato de dar muita pinta, 2. Fazer cena.

Ferveção: 1. Diversão; local onde está rolando diversão.

Ferver: 1. Divertir-se; 2. Enlouquecer na pista.

Fervido: 1. Pessoa ou local agitado, divertido.

Fervo: 1. Forma abreviada de ferveção.

Ficar: 1. Ter relações amorosas e/ou sexuais sem compromisso.

Ficha: 1. Bicha pão-dura e despeitada.

Filé: 1. A melhor parte de algo ou de alguém.

Fino: 1. Chic; 2. Esnobe.

Flop: 1. Coisa fracassada.

Flor: 1. Pessoa do bem; 2. Pessoa delicada.

Fófi: 1. Expressão usada com certo ar de deboche para designar uma pessoa fofa ou fofa em excesso.

Fofa: 1. Pessoa ou local do bem.

Força na peruca!: 1. O mesmo que força no picumã. Expressão no intuito de dar força, o mesmo que: Coragem!

Força no picumã!: 1. (Interjeição) Vá em frente! Vai nessa! Se joga!

Frapê: 1. Diz-se do órgão sexual masculino quando está meio-mole-meio-duro; meia-bomba

Free willy: 1. Bicha gorda

Friendly: 1. (Do inglês) Diz-se de pessoas heterossexuais que convivem muito bem com homossexuais; lugares frequentados por heterossexuais em que os homossexuais são bem-vindos; corresponde ao S da sigla GLS: simpaticante.

Fubanga: 1. (SP) O mesmo que fuleiro; 2 (pejorativo) mulher feia

Fubeca: 1. (SP) O mesmo que fuleiro

Fudevú: 1. (Hibridismo do verbo 'foder' + do francês 'vous') Suruba, fodelança; 2. Bagunça ou confusão que envolva sexo; ver também rebuceteio

Fufa: 1. (Portugal) Lésbica, bolacha

Fuleiro: 1. Aquilo que não presta; sem serventia; insignificante; ordinário; inferior; bagaceira; furrepa.

Função: 1. Qualquer ato que envolva droga ou sexo.

Fundamento: 1. Comportamento, atitude.

Furar: 1. (Pejorativo) Copular, desde o ponto de vista daquele que se presta ao papel de ativo

Furico: 1. (NE) Ânus, edí.

Furrepa: 1. (CE) Coisa insignificante, de qualidade ordinária; vagabundo; cangalha.

G

Gagau: 1. (PE) Felação com ejaculação.

Gala: 1. (CE) Ejaculação, porra.

Gala seca: 1. (CE) Atraso sexual, 2. Diz-se de lugares fedidos, com cheiro de mofado (cheiro de gala seca).

Galinha: 1. (Geralmente pejorativo) Pessoa que cisca demais, que procura função sexual.

Galinagem: 1. Função sexual, caçação.

Gambé: 1. Policial, polícia, alibã.

Garota: 1. Ser feminina e delicada.

Gatas (As gatas): 1. Travestis; (Adjetivo) utilizado normalmente para definir travestis com características femininas que desempenham a prostituição como função laborativa.

Gay (A gay): 1. Homossexual masculino; outros termos usados, mas com alguma variação de sentido são: baitola, biba, bicha, biltra, boiola, cheine, culeiro, entendido, frango, fruta, homiceta, homigina, laleska, mona, mônica, paneleiro, poc-poc, qualira, quaquá, quatira, tata, vera-boiola, viado, xibungo; durante a inquisição, a igreja católica chamava qualquer biba de somitigo (com a variante somítigo), sodomita ou sodomítico.

Gayzinho: 1. Quando a travesti ainda não se transformou. Pode ser usado também para designar rapazes homossexuais.

GDC: 1. Abreviação de gay de cabeça: heterossexual amigo que simpatiza com as ideias e comportamento gay.

Gentem: 1. Gente, com pronúncia que imita a tendência do apresentador Sílvio Santos em falar quase tudo com a terminação /-m/, pronunciada com os lábios fechados; do mesmo modo, noitem, dinheirom, lojas-m, baú-m, portam, felicidade, etc.

Gilete: 1. Antigo termo para designar o homem bissexual

Gira: 1. (RJ) Redondeza, local; exemplos: Aqüenda a gira para ver se alguém chega ou Acquenda o bofe da gira; 2. (Portugal) algo, alguém ou algum lugar muito legal.

Gogóia: 1. (RS) Vagina.

Goma: 1. Casa, habitação, mocó.

Gongado: 1. Derrubado, caído.

Gongar: 1. Lançar deboche; 2. Corromper; 3. Zombar; 4. Rebaixar.

Goizou ou levou a sério: 1. Expressão empregada quando se quer saber se está levando alguém a sério

Gravação: 1. Sexo oral.

Gravar: 1. Chupar um órgão sexual masculino ereto.

Grea: 1. (PE) Tiração de sarro, de onda; gozação.

Greta⁶⁷: 1. (SP) Bicha recolhida e ensimesmada.

Grilinha: 1. (RS) Vagina.

Grudar o cliente: 1. Intimidá-lo fisicamente, para roubá-lo.

Guanto⁶⁸: 1. Camisinha.

Guardiã-quaquá: 1. Bicha que fica na entrada dos dark-rooms, na porta dos banheiros ou dentro das cabines esperando alguém interessante (na sua própria avaliação) entrar para ela acquendar.

Guela: 1. Delator, dedo-duro, linguarudo.

Guelsmã: 1. Crack, pedra.

Guenza: 1. (CE) Bicha torta.

H

Hetero-gay: 1. (CE) Heterossexual masculino que trata heterossexual feminino com delicadeza, mas copula com mulheres porque gosta.

Heterotecnos: 1. (SP) *Clubbers* assexuados que participaram da cena tecno em meados dos anos 90 e que queriam parecer héteros.

Homiceta: 1. (Composto de 'homem' + 'buceta') Bicha.

Homigina: 1. (Composto de 'homem' + 'vagina') Bicha.

Homossexuellen: 1. Homossexual masculino mulher, bicha-mulher.

Homossexy: 1. Gay sexy.

Hype: 1. Assunto, objeto ou pessoa em voga; o sucesso do momento.

⁶⁷ Alusão a atriz Greta Garbo, nome artístico de Greta Lovisa Gustafsson, (Estocolmo, 18 de setembro de 1905 — Nova Iorque, 15 de abril de 1990) com talento e aura de mistério, tornou-se uma das mulheres mais fascinantes do século XX. Solitária e reservada, só concedeu quatorze entrevistas durante toda a vida.

⁶⁸ Alusão ao termo luva em espanhol.

IIIê: 1. Casa.

Indaca: 1. Rosto, face, cara, feição.

Índia: 1. Bicha lesada, tapuia.

INPS ou **INSS:** 1. Diz-se de boate frequentada majoritariamente por gays mais velhos.

Ir de angélica⁶⁹: 1. Taxi.

Irene: 1. (RS) Velho; Homossexual envelhecido.

Isca: 1. (SP) Mulher heterossexual que anda com homossexuais sem saber que está sendo usada para atrair homens; espécie de Ana Cláudia.

Ivone: 1. (RJ) Diminutivo de “passivone”, homossexual passivo.

J

Jacira: 1. Bicha quaquá, bagaceira.

Jamanta⁷⁰: 1. Estado daquele que ficou louco, colocado, lesado, alucinado.

Jogar o picumã: 1. Virar a cabeça, mudando os cabelos de lado com a intenção de menosprezar ou ignorar alguém.

Jorge: 1. Bofe escândalo do tipo "pai de família".

K

Kakurucaia, kacura ou cakura: Bicha com idade avantajada.

KOA: Palavra onomatopéica que quer dizer EU EHN!.

Kátia⁷¹: 1. (SP) cachaça; pinga; bebida alcóolica: 2. (CE) cega; 3. Pessoa que faz as investidas sexuais através do tato.

Katita: 1. Pessoa bonitinha, jeitosa.

Kibe: 1. Orgão sexual masculino

Kika: 1. Bicha que sempre pede durante o ato sexual para que ejaculem na sua cara. Alusão ao Filme de Almodova.

Kuein: 1. (CE) Forma abreviada de acquenda, imperativo do verbo aquendar;

⁶⁹ A expressão faz alusão a música “Vou de taxi” da cantora Angélica presente no álbum: Angélica da gravadora: CBS, no ano de 1988. Versão original de Vanessa Paradis - Joe Le Taxi, composição: Didier Pain
Tradução: Aloysio Reis e Byafra

⁷⁰ A expressão faz alusão ao personagem Jamanta interpretado por Carlos Augusto Carvalho Pereira (Cacá Carvalho), na telenovela brasileira Torre de Babel produzida e exibida pela Rede Globo, exibida entre 25 de maio de 1998 a 15 de janeiro de 1999, Escrita por Sílvio de Abreu, Alcides Nogueira e Bosco Brasil e dirigida por Denise Saraceni, José Luiz Villamarim, Carlos Araújo e Paulo Silvestrini.

⁷¹ Expressão que faz a lusa a cantora Kátia Garcia Oliveira, que é deficiente visual e fez sucesso no Brasil na década de 1980, termo usado na expressão “fique kátia!”.

L

Lacraia: 1. Bicha-cadela, que só faz cachorrice; bicha que transa muito.

Laiala: 1. (PA) Vagina, xoxota.

Laleska: 1. Homossexual efeminado; “Biba quaquá”.

Lamber o carpete: 1. Sexo oral entre lésbicas.

Laquaqua: 1. (Do bajubá) O contrário de “bibita”; Piroca grande, Pênis avantajado.

Laruê: 1. (Do bajubá) Fofoca.

Lash: 1. (Do bajubá) Jogar o picumã, fazer a egípcia, virar a cara, dar rabissaca, com a intenção de tombar alguém.

Leather: 1. Homossexual adepto do couro e de práticas sadomasoquistas.

Lelé: 1. Diminutivo para lésbica.

Lesbian chic: 1. Lésbica feminina, culta, bem-arrumada e com poder no picumã; *lipstick lesbian*

Lesbian drama: 1. Comportamento dramático característico de lésbicas; rebuceteio;

Lesbianidade: 1. Relação homossexual feminina; sapatagem; bolachismo; durante a inquisição, a igreja católica usava as expressões sodomia foeminarum, amizade nefanda, amizade desonesta ou amizade tola e de pouco saber.

Lésbica: 1. Homossexual feminina; outros termos usados, mas com alguma variação de sentido são: bola, bolacha, bomberita, boot, bup, camioneta, caminhoneira, chuia, chuteira, cookie, coronel, di santini, dyke, entendida, fada, fufa, lelé, machorra, melissinha, moçona, mulher-macho, mulher-pinto, mulheru, paraíba, patinha, quarenta-e-quatro-bico-largo, sabonete, sandalinha, sapa, sapata, sapatão, sapeca, sargentão, tank-panzer; durante a inquisição, a igreja chamava uma bolacha de íncuba, para definir a parceria ativa: aquela que se deita por cima, como homem.

Levar coió: 1. Apanhar; ser xingado por alguém.

Levar pei: 1. (CE) O mesmo que levar coió. “Pei” é uma onomatopéia de tiro.

Levar um banzai: 1. Levar um fora do(a) namorado(a).

Lhama: 1. Bicho-grilo; hippie.

Lhushca: 1. (SP) Bicha velha; Nefertite.

Lipstick lesbian: 1. O mesmo que *lesbian chic*.

Loba: 1. Bicha chupeteira; mamona.

Lombarda: 1. Bicha entrevada.

M

Machorra: 1. (RS) (Pejorativo) lésbica; mulher macho.

Machuda: 1. Homossexual masculino que força a masculinidade que o mesmo não apresenta naturalmente;

Madrinha: 1. Travesti ou mulher normalmente envolvidas com a prostituição durante a juventude que sobrevive da renda obtida pela locação de quartos para trans e pontos de prostituição que ficam sob sua guarda. A figura da madrinha configura-se como uma transição social, como a mesma já foi explorada e sabe o contexto social das travestis e mulheres, a mesma consegue transcender ocupando a função de exploradora por meio da compra de seu espaço seja por tempo de uso de determinado espaço ou mesmo compra do espaço físico. Tal relação transcende as relações econômicas e afetivas gerando assim um embrincado contexto social de exploração, exclusão e sexo.

Mafiosa: 1. (RJ) Bicha ou lésbica má, que costuma observar tudo e todos com um certo olhar de desdém, arrogância; geralmente tem uma língua muito afiada, critica e fala mal de todos.

Mafu: 1. (SP) Maconha.

Magia negra: 1. Perigo de grande proporção;

Magia: 1. Circunstância, estado ou situação que prenuncia um mal para alguém ou algo. 2. Perigo.

Magiclín: 1. Da margem, feito, escrito, desenhado nela. 2. Que vive fora do âmbito da sociedade ou da lei, como vagabundo, mendigo ou delinquente. 3. Indivíduo marginal.

Mala: 1. Orgão sexual masculino; 2. Volume do órgão sexual masculino ou o próprio pênis; 3. Mala sem alça, pessoa chata; escrota.

Malagem: 1. (PE) Chatice, escrotação.

Malassombro: 1. (PE) Diz-se de pessoas ou situações estranhas, que causem certo medo e/ou tenham energia ruim; 2. Doença.

Maldita: 1. O mesmo que AIDS.

Malu: 1. É mal cheiro da boca.

Mambasto: 1. (BA) Gêmeo; bicha mambasta é uma bicha clonada.

Mamífera-ilha: 1. Uma mamífera cercada de bofes por todos os lados.

Mamíferas: 1. Grupo de mulheres que saem em bando para caçar e estão sempre no cio.

Mamona: 1. Bicha chupeteira.

Mancha: 1. (SP) Adjetivo para homossexual, gay: ele é mancha!

Manguaça: 1. (SP) Orgão sexual masculino; pau; pica; pinto; 2. Cachaça.

Mangue-bicha: 1. (PE) Bichas identificadas com o movimento mangue beat.

Manja-rola: 1. (SP) Gay que se masturba em banheiro público.

Manja-tempo: 1. (SC) Pessoa fofoqueira.

Margarete: 1. (PE) Bicha mentirosa.

Maria-gasolina: 1. Mulher, hetero ou lésbica, que só namora quem tem carro ou moto.

Maria-sabonete: 1. Lésbica que passa pela mão de todas as outras lésbicas conhecidas

Maricleide, maricon: 1. É quem gosta de sair com as trava michês pra fazer um ploc ou pg (programa).

Maricon: 1. Bicha da terceira idade; 2. Cliente de programa que tem trejeitos masculinos, mas que muitas vezes é passivo no sexo.

Marsupiellen: 1. Bicha anexa às mamíferas que sempre nega que é viado.

Matação: 1. Ato ou efeito de matar alguém ou algo, de falar mal de alguém ou alguma coisa

Matar: 1. Falar mal de alguém ou algo; 2. Acabar com alguma coisa; comer, beber ou fumar até o fim.

Mati: 1. (Do bajubá) variante de matim.

Matim: 1. (Do bajubá) 1. Pequeno, 2. Insignificante, reles. 3. Chinfrim.

Matusalém: 1. Pessoa velha, também designativo de bicha velha; Nefertite

Mavambo: 1. (RJ) O mesmo que maloqueiro; bofe com pinta de ladrão, ladrão com pinta de bofe que faz, bofe que dá coiô pesado, elzeiro; traficante, bofe armado; também bicha mavamba ou sapata.

Meda: 1. Medo; geralmente empregado como deboche e com sentido contrário; também usado na expressão que meda!, de uso corrente pela população brasileira, mas originalmente empregado no circuito gay, segundo a tendência de se falar tudo no

Meia-bomba: 1. Diz-se do órgão sexual masculino que não atingiu ereção total, mas em torno de 50% ou menos; frappé.

Meia-nove: 1. Sexo oral mútuo e simultâneo entre duas pessoas.

Meiga: 1. Pessoa excessivamente dócil; também empregado na expressão que meiga!

Mela-tecla: 1. Pessoa viciada em sexo cibernético e que se masturba na frente da tela do computador.

Melissinha: 1. Lésbica feminina.

Meninha: 1. Travesti com aparência muito feminina, isto é, miúda e pequena na estatura. Geralmente mais nova.

Metade sereia metade tubarão: 1. Bofe ou bicha, amapô ou bolacha, meio lá meio cá, sem que se saiba o que é; andrógino; meio bofe meio bicha; meio *fashion* meio baranga; meio sapa

meio racha; meio esquisito meio normal; meio gordo meio musculoso; meio magro meio esquelético; meio tudo meio nada.

Meu cu!: 1. Expressão usada para designar indignação ou desdém; nesta acepção, equivale a caguei! Ou um caralho!, “Que se dane!”, “Que se foda!”.

Mi: 1. (SP) Mancada.

Michê: 1. Garoto de programa.

Milho: 1. Ferveção; agito; 2. Galinhagem 3. (CE) coisa boa; comida gostosa; festa legal; lugar aconchegante; filé.

Missa: 1. (RJ) Cinema de pegação.

Mitorô: 1. (Do bajubá) Urinar; mijar.

Mixuruca: 1. Insignificante, apoucado, pequeno; 2. De má qualidade, de valor reduzido; 3. festa sem graça, sem animação; [variante: xuruca].

Miy: 1. (CE) Forma abreviada de milho; coisa boa; exemplo: é só o miy; 2. Forma abreviada de mijo; fedor; lugar fedorento ou que tem cheiro de mijo.

Moçona: 1. Lésbica.

Modelão: 1. Roupa bonita; 2 roupa usada na montagem.

Mona: 1. (Do bajubá) Mulher, mas é frequentemente usado para denominar homossexual masculino.

Mona ocó: 1. (Do bajubá) tem diversos significados nos ambientes homossexuais: mona é mulher e ocó, homem; em alguns grupos é usado para lésbicas masculinizadas e em outros para gays não-efeminados ou também michês [variante: monocó].

Monalisa: 1. Bicha pobre, sem aqué, sem um putto na bolsa, a famosa pão com ovo e kisuco.

Môni: 1. Forma abreviada e carinhosa para Mônica.

Mônica: 1. (Derivado de mona) homossexual masculino amigo e próximo; bicha da casa.

Monocó: 1. Forma aglutinada de mona ocó.

Montação: 1. O processo de vestir-se com roupas de mulher, geralmente com certo exagero.

Montado: 1. Bem vestido; 2. *Cross-dressing* ou biba vestida de mulher.

Morder a fronha: 1. Fazer a passivona; 2. sentar no croquete.

Mortt: 1. Estado de espírito em que se exacerbam o ódio, (bode) irritação profunda em relação a uma pessoa, coisa ou situação.

Mucica: 1. (PE) Caralho latejante; tesão acumulado.

Muco: 1. Cabelo ruim.

Muito rica: 1. (SP) Pessoa bonita, delicada.

Mulher-bicha: 1. Mulher com todos os trejeitos de bicha.

Mulher-pinto: 1. Lésbica.

Mulheru: 1. (De 'mulher' + 'peru') Lésbica.

Mundinho: 1. Universo social de uma pessoa ou grupo.

Munganga: 1. (PE) Caras e bocas.

Muvuca: 1. Tumulto, aglomeração de pessoas.

Muxiba: 1. Peito caído.

N

Na inocência: 1. (PA) Diz-se quando a bicha diz que fez algo sem querer, mas querendo.

Naira: 1. Mesma coisa que neca: pênis.

Não tô podendo: 1. Não poder fazer algo.

Não-bicha: 1. Quase heterossexual.

Neca: 1. (Do bajubá) Órgão masculino da copulação e da excreção urinária. 2. Pênis.

Necão: 1. Pênis grande, avantajado; pauzão.

Nefertite: 1. Bicha muito velha, embalsamada, mas que ainda conserva uma aura de mistério; a Nefertite tem sempre uma Zoraide por perto, sua pupila e seguidora.

Neide: 1. (PE) Bicha burra.

Nem confiança!: 1. Não dar atenção.

Nena: 1. (Do bajubá) Fezes.

Nena Camargo: 1. (CE) O nome completo da Nena, Nena é o mesmo que cheque.

Nenar: 1. Defecar; cagar.

Neuza: 1. Roubar. Dizem as travestis que “Elza roubou tanto que ficou rica”; por isso agora, “sua prima, Neuza, é quem rouba”. 2. Muito feia; 3. Homossexual japonês ou descendente.

Nicaô: 1. Diz-se do pênis de proporções avantajadas de travesti.

Niente de pil: Nadica de nada.

Nikita: 1. Bicha que acredita que é fatal, que seduz todos; 2. Lésbica que adora arranjar confusão; pittbullzeira.

Ninfeta: 1. Travesti nova e vistosa.

No truque: 1. Para enganar, otimizar seus atributos por meio de certos artifícios.

O

Ocâni: 1. (Do bajubá) Órgão sexual masculino.

Ocó: 1. (Do bajubá) Homem; qualquer indivíduo da espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva. 2. Ser humano do sexo masculino. 3. Varão. 4. Homem na idade adulta. 5. Adolescente que atingiu a virilidade. 6. Homem.

Ocotô: 1. (RN) Pergunta equivalente a: “onde é que eu estou?”; vocábulo geralmente empregado por bichas passadas, desorientadas e disléxicas; exemplo: depois de muito doida, a bicha olhou em volta e perguntou - ocotô?

Odara: 1. (Do bajubá) Bonito, elegante, vivaz; grande.

Ofofi: 1. (Do bajubá) Fedor.

Ofofi do ofidã: 1. (Do bajubá) Mau cheiro na zona erógena masculina; exemplo: passar uma tarde em itapoã, com o ofofi do ofidã.

Olá querida: 1. Cumprimento vazio de sentido, como o inglês hello, miss thing

Olha os omólus: 1. Serve para designar bofes ou bichas horríveis.

Olofô: 1. Mal cheiroso.

Omivará: 1. (Do bajubá) Esperma; Porra.

Operada: 1. Transexual que era do sexo masculino (ou nasceu com um pênis), feminilizou-se, passou pela cirurgia de ressignificação de sexo (transformou o pênis e em uma vagina); cortada.

Oré: 1. (Do bajubá) Garotão.

Ornitorrinca: 1. Mulher híbrida, antagônica da mamífera; leia-se: aquela que odeia com razão o modus operandi das mamíferas.

Orum: 1. (Do bajubá) Céu; firmamento.

Oté: 1. (Do bajubá) Mal-cheiro no corpo; chulé; ofofi.

Otim: 1. (Do bajubá) Qualquer bebida alcoólica.

Oxanã: 1. (Do bajubá) Cigarro.

P

P.A.M.: 1. Abreviação de Passivas até a morte, quando o homossexual masculino não desempenha papel ativo na relação sexual.

Pacotão: 1. Pênis grande; mala.

Pacoteira: 1. Vagina grande ou inchada.

Padê: 1. (Do bajubá) Cocaína.

Pagodeira: 1. Sapata ensandecida, muito cafona, que curte pagode e anda com uma capanga debaixo do braço.

Pajubá: 1. Variante de bajubá.

Panqueca: 1. Vicha passiva.

Pantim: 1. (PE) Comportamento em desacordo com o ambiente; barraco; reclamação.

Pão-com-ovo: 1. (Pejorativo) (SP) Homossexual pobre, tanto econômica como culturalmente.

Papapum: 1. (RJ) Revólver.

Passada: 1. Expressão usada para manifestar surpresa com alguma situação ou declaração feita pelo interlocutor.

Passar a nena: 1. O mesmo que passar um cheque.

Passar a ruva: 1. (GO) O mesmo que lamber o carpete.

Passar bem: 1. Ser bonito(a) e/ou gostoso(a).

Passar cheque: 1. Deitar fezes no pênis do homossexual ativo; checar; Melar de nena a neca do ocó”.

Passar cheque: 1. Sujar o pênis com fezes durante a penetração;

Passivona: 1. Homossexual que apenas pratica a passividade no ato sexual.

Pastel: 1. Bobo; idiota.

Patá ou Apatá: 1. Lésbica.

Patinha: 1. Lésbica.

Patuá: 1. Algo que fortalece.

Paúra: 1. Dialeto criado pelos sujeitos travestis e transexual.

Pegação: 1. Acquendação forte no sentido sexual; caçação.

Pencas: 1. Muito, demais; horrores;

Pênis: 1. Órgão sexual masculino; bengá; cacete; caralho; croquete; ekê; estrovena; jeba; kibe; mala; manguaça; neca; pau; pica; pinto; piroca; pomba; tromba; durante a inquisição a igreja usava os termos membro viril e natura, ou membro desonesto quando usado para o pecado

Penosa: 1. Bicha que pena, espera ou depende de alguém, que não trabalha e se pendura;

Penoso/penosa: 1. Adjetivo que qualifica algo que não dá dinheiro, que é pobre, empobrecido, não rentável. Usasse também para classificar clientes.

Pêra: 1. Bicha perdida em estado de puro histerismo.

Perigosa: 1. Pessoa que gosta de fazer intrigas; pessoa falsa, maldita, nefasta.

Perrenga: 1. (Pejorativo) Cadela; vadia; 2. Mulher bagaceira.

Perseguida: 1. (Pejorativo) Vagina.

Perua: 1. Mulher escandalosa no vestir-se, portar-se ou na tintura do cabelo

Pêssega: 1. Desentendida; bicha burra, idiota, retardada, sem iniciativa, boba.

Pêssego: 1. (CE) Pessoa indecisa, morna, chocha, complicada.

Pessequismo: 1. O ato de ser pêssega.

PG: 1. Programa.

Philips: 1. (RJ) Carro da polícia civil, porque é preto e branco.

Piá: 1. Menino, garoto, guri, moleque.

Picu: 1. Forma abreviada de picumã.

Picumã: 1. (Do bajubá) peruca, cabeleira; cabelo.

Pimbar: 1. (CE) Transar; trepar.

Pindaíba: 1. Sem dinheiro; duro; dureza.

Pintosa: 1. Bicha afetada, que dá pinta.

Pintoso/pintosa: 1. Pessoa homo-orientada que deixa transparecer, em seu comportamento, sua orientação sexual. Vale também para travestis que denunciam sua condição pela aparência física.

Pirangagem: 1. (NE) Avareza; mesquinhez.

Pirangueiro: 1. (NE) Avarento; mesquinho; pão-duro.

Piranha: 1. Espécie de peixe de água doce que devora carne; 2. Mulher promíscua; vagaba.

Pirar no lance: 1. Aprofundar-se exagerada ou erroneamente em algo; encanar em/com algo; alterar o sentido das coisas.

Pirar o cabeção: 1. (SP) Curtir muito uma festa.

Pireli⁷²: 1. Enchimento de esponja ou outro material utilizado para dar formas femininas ao corpo travestilizado.

Piriri, padê: 1. Cocaína.

Piscar: 1. Excitar-se; estar com o cu piscando ou com a tcheca piscando: o mesmo que estar sexualmente excitado, com muito tesão.

Pitomba: 1. (PE) Lésbica.

Pittboy: 1. (RJ) Heterossexual homofóbico malhado praticante de jiu-jitsu, sempre reconhecido por estar acompanhado de um cachorro pitbull.

Pittbullzeira: 1. Lésbica que sempre arruma confusão; 2. Mulher heterossexual desprezível, machista e de miolo mole que vive atrás dos rapazes desprezíveis, machistas e miolos moles praticantes de jiu-jitsu.

Pittbundão: 1. Diz-se daquele que late mas não morde.

Pitu com charque: 1. (PE) Homossexual baranga que usa uma linguagem vulgar.

⁷² A expressão faz alusão a indústria de pneus **Pirelli Pneus Ltda.**

Pivô: 1. Movimento de meia-volta, com muita pinta, como fazem as modelos na ponta da passarela de um desfile; fazer esse movimento é dar pivô.

Playbicha: 1. Bichas playboys que se exibem na mídia com mulheres à tiracolo; espécie de marsupiellen.

Ploc: 1. Programa.

Pochete: 1. Diz-se daquele(a) que adora aparecer junto de alguém importante.

Poc-poc: 1. (SP) O mesmo que qua quá, homossexual masculino desprovido de modos, Afeminado, Pão-com-ovo.

Poderosa: 1. Adjetivo de emprego predominante entre gays, referindo-se a alguém de forte carisma pessoal.

Podre: 1. Coisa ruim.

Podreira: 1. (MG) Pessoa ou situação ruim; 2. Lugar “uó” com pessoas “uó”; 3. (PE) lugar sujo com almas sebosas.

Polonesa: 1. Mão boba, que avança para pegar na neca próxima.

Pomba: 1. (CE) Pênis; neca; 2. (SP/MG) vagina; vulva.

Pomba gira: 1. Endemoniada; a expressão baixar a pomba gira significa também 'sair para caçar'.

Pool de bichas: 1. Expressão muito usada no cinema pernambucano, significa um grupo de maquiadores; sempre que um filme não tem grana para pagar maquiagem, o produtor sugere contratar um pool de bichas para fazer o trabalho sem remuneração, apenas por amor à arte ou aos olhos azuis do diretor.

Poposuda: 1. Mulher ou bicha de bunda avantajada.

Porta-jóia: 1. Camisinha; Boca quando se trata de sexo oral.

Prédia: 1. Prédio, condomínio ou edifício de utilidade pública em que coabitam muitas gentes do babado.

Presepada: 1. Palhaçada; encenação.

Pudim: Indivíduo alcoólatra.

Punheta: 1. Masturbação masculina; 2. Coisa enrolada, dificultosa, embaçada; 3. Elucubração; cogitação profunda.

Pupê: 1. (Do francês *poupée*, 'boneca') bicha escandalosa.

Q

Quebrar a louça: 1. Expressão utilizada quando dois homossexuais (travestis) interagem de forma sexual ou afetiva.

Quá quá: 1. Homossexual sem modos, pobre, afeminado.

R

Rabicó: 1. Forma mais gentil e elegante de se dizer rabo.

Rabo: 1. Ânus; bunda; edi; fiofó.

Racha: 1. Canal que se estende entre o colo do útero e a vulva; 2. Órgão sexual feminino, vagina.

Rachada: 1. (Pejorativo) ser humano do sexo feminino; 2. Esse mesmo ser após a puberdade; 3. Mulher.

Radiado: 1. Drogado.

Radiola de ficha: 1. (PE) Jukebox.

Ramé: 1. (Do bajubá) mal-vestido.

Ré no kibe: 1. Ser penetrado pelo ânus.

Rebuceteio: 1. Troca-troca de namoradas entre as lésbicas.

Recheada: 1. (AL) Diz-se daquela bicha dentro da qual o bofe gozou, sem camisinha.

Retetê: Confusão.

Rolar: 1. Acontecer algo; 2. Ficar.

Rosca: 1. Ânus; edi; anel de couro.

S

Sabão: 1. Esfrega-esfrega entre duas pessoas, carícias com intuito sexual.

Sabão em pó: 1. (SP) Diz-se quando dois gays, namorados ou não estão ficando.

Sabonete: 1. Lésbica chic; bolacha fina.

Saboeira: 1. (Pejorativo) Homossexual feminino, lésbica.

Saia rodada e tamancão: 1. Mulheres geralmente de origem pernambucana que habitam as ladeiras de Olinda (PE), santa Teresa (RJ) ou da vila Madalena (SP) e que aderiram para sempre a estética bicho-grilo dos anos 1960 e 1970.

Sair do closet/ Sair do Armário: 1. Assumir publicamente a sexualidade; *outing*; as variações derrubar a porta do closet e chutar a porta do closet significam assumir-se com estardalhaço.

Sandalinha: 1. (Diminutivo de sandália; pronuncia-se: sandalhinha) - o mesmo que lesbian chic; forma mais delicada que sapatão, lésbica feminina.

São sebastião: 1. Pose feita com os braços ao redor da cabeça e as mãos sobre a nuca durante o ato sexual, à espera de que o(a) parceiro(a) faça tudo sozinho(a); pessoa que tem ou quer ter relações sexuais passivamente, com o outro proporcionando-lhe prazer.

Sapa: 1. Forma abreviada e carinhosa para designar lésbica.

Sapata: 1. O mesmo que sapatão.

Sapatão: 1. (Pejorativo) Lésbica.

Sapeca: 1. Termo carinhoso para sapata.

Sargentão: 1. Termo pejorativo para lésbica muito masculina; sapatão.

Savi: 1. (RJ) Mal-cheiro no órgão sexual masculino, *ofofi do ofidã*; 2. Aqueles queijos brancos que ficam ao redor da cabeça do peru quando ele não é lavado; esmegma.

SBP: 1. (Pejorativo) Abreviação de super bicha pobre.

Se deitar: 1. Não se humilhar. Em outro sentido, refere-se a “bombar” o corpo.

Se jogar: 1. Divertir-se muito; ir fundo num assunto ou caso.

Semi-drag: 1. Bicha andrógina; 2. Bicha que se monta mas ainda não atingiu o *status* de *drag*.

Sentar: 1. Ter relação anal.

Ser chegado: 1. Ter inclinações ou ser homossexual.

Ser do babado: 1. Ser homossexual; 2. Frequentar lugar onde rola homossexualismo.

Simpatizante: 1. Heterossexual que frequenta lugares gays e tem um círculo amplo de amizade com pessoas do babado.

Sindicato: 1. Grupo de homossexuais; ser membro do sindicato é simplesmente ser gay ou lésbica.

Siririca: 1. Masturbação feminina.

Sofá da hebe⁷³: 1. (DF) lugar onde as bichas se encontram para fofocar.

Soltar a franga: 1. O mesmo que sair do *closet*.

Soltar veneno: 1. Falar mal de algo ou de alguém.

Suruba: 1. União de 3 ou mais pessoas para fazer sexo; orgia.

Susie⁷⁴: 1. *Barbie* que não toma bomba; musculosa natural.

T

⁷³ A expressão faz alusão ao programa de auditório da apresentadora Hebe Camargo, exibido pelo SBT onde ficou 24 anos.

⁷⁴ O termo faz alusão a Boneca brasileira da fábrica Estrela, que compete no mercado nacional com a Barbie. No entanto, apesar de ser considerada uma boneca genuinamente brasileira, ela surgiu como uma cópia da boneca inglesa Sindy, criada em 1963 pela fábrica Pedigree Dolls & Toys. Sindy competia com a Barbie no mercado inglês.

Tá boa: 1. Força de expressão muito utilizada pelos gays significando desdém ou descrédito, equivalente a você acha mesmo? Ou nem vem. Tá boa Bonita!; Cumprimento nos sentido de demonstrar interesse em saber como está, o mesmo que “Como você está?”.

Tá get!: 1. Expressão nova nas ruas de São Paulo. Algo que está ruim, que está “o doce”.

Tá meu bem: 1. Interjeição de espanto: olha!; olha só!; nossa!

Tá, meu bem?!: 1. “Eu não te disse?!”; “Arrasou!”; coisa boa.

Taba: 1. (Do bajubá) Maconha.

Tabaco leso: 1. Idiota.

Tabaco(a): 1. Vagina.

Tank panzer: 1. Lésbica muito masculinizada.

Tapuia: 1. Bicha doida.

Tarrasqueta: 1. Ânus; edi.

Tata: 1. Bicha amiga.

Taubice: 1. Pequeno truque ou folga em excesso.

Tcheca: 1. Vagina; xereca.

Tcheco: 1. Banho mal tomado; banho de gato, que é só pra disfarçar.

Tchube⁷⁵: 1. (PE) Homossexual feminino, Lésbica.

Ter carão: 1. Ser bonito(a), fazer pose.

Teste da farinha: 1. Teste para descobrir se alguém é gay: senta-se na farinha e verifica-se o tamanho da impressão do cu.

Testuda: 1. Vagina proeminente.

Tia: 1. (Do bajubá) HIV, (pejorativo) bicha velha.

Tia cleide: 1. Camburão da polícia.

Tia SIDA: 1. AIDS.

Tiona: 1. (Pejorativo) tia que usa uma carteira grande e geralmente prateada debaixo do braço

Tô bege: 1. Corresponde a estar pasma com algo, sem graça ou surpresa, mas de maneira não muito agradável.

Tô boba: 1. Tô kátia.

Tô inhaz: 1. Estou em vias de; estou quase; exemplo: “Tô inhaz de me cagar toda”.

Tô kátia: 1. Tô mônica.

Tô loca: 1. Estou bem louca.

Tô loca do meu edi: 1. Estou bem loquérria.

⁷⁵ Abreviatura de “Dublec dublim” da música Bolinha de sabão do Trio Esperança, Composição: Orlan Divo/Adilson Azevedo, que era trilha do comercial da boneca Bolinha de Sabão da Fábrica Estrela.

Tô mônica: 1. Tô passada.

Tô passada: 1. Estou chocada.

Toda quebrada na plástica: 1. Ter feito muitas intervenções cirúrgicas, a fim de se feminilizar.

Tombado: 1. Caído, derrubado, destruído, apodrecido; 2. Sem graça; 3. Cansado.

Tombar: 1. Avacalhar, debochar, menosprezar ou ridicularizar algo ou alguém; reduzir os méritos; 2. Arrasar, principalmente no modelão ou numa atitude: Tombou!

Tombar, mamar, xoxar: humilhar, tirar sarro, diminuir moralmente.

Top: 1. Travesti considerada bonita, porque muito feminina. Está na internet em sites e blogs, e/ou faz filmes e ensaios fotográficos de sexo explícito.

Torto: 1. Bêbado; drogado.

Trá: 1. Forma abreviada de traveca ou travesti; com mais ênfase – traaaa- é algo relacionado a um grande impacto.

Traíra: 1. Traidor; delator.

Trancar: 1. (SP) Masculinizar-se.

Tranca-rua: 1. Pessoa bêbada e sem controle.

Transexual: 1. Aquele(a) que mudou de sexo por meios cirúrgicos (ou não) (amputação ou implante de pênis); não confundir com travesti nem com transformista; o transexual que era mulher e passou a ser homem é female-to-male; o contrário é conhecido simplesmente como operada.

Transformista: 1. Homem que se veste de mulher para fazer apresentações artísticas; não confundir com travesti nem com transexual.

Transpocherlada: 1. O mesmo que dizer tô passada ou tô beje ou tô loca.

Trash: (Do inglês) Porcaria; lixo.

Trash-minas: 1. (SP) *Clubbers* passados dos anos 90, que moravam em bando e faziam a linha lixo; são os verdadeiros predecessores dos cyber-manos, principalmente no que diz respeito à estética e às ideias.

Trava: 1. Travesti feminina.

Traveca(o): 1. Travesti.

Travecão: 1. Travesti com atributos físicos exagerados, muito “bombada”, ou grande demais.

Travesti: 1. Homossexual que se veste e comporta como mulher, quer faça programa ou não; alguns travestis implantam silicone nos seios e outras partes do corpo, mas ainda possuem pênis; o travesti que passou por cirurgia para retirar o pênis passa a ser transexual.

Trem de prata: 1. Pessoa intrometida.

Trepar: 1. Copular; transar.

Trévola: 1. O mesmo que travesti.

Tribufu: 1. Ver trubufu.

Tricha/ Trixa: 1. Homossexual masculino mais que bicha; viado ao cubo; Três vezes bicha.

Tromba: 1. Pênis grande.

Trombudo: 1. Aquele que tem pênis grande; pauzudo.

Truar: 1. (CE) Ferver.

Trubufu: 1. Mulher feia; o mesmo que jaburu (variante: tribufu).

Trucão: 1. Aumentativo de truque.

Trufa: 1. (SP) O mesmo que cafuçu.

Truque: 1. Enganação; enrolação; 2. Coisa falsa. O termo pode ser usado em algumas situações, sempre sugerindo engodo. Usar artifícios para enganar e, assim, otimizar a aparência feminina (sutiãs com enchimento, perucas, etc).

Truqueiro: 1. Aquele que dá truque.

Truta: 1. Amigo.

Tudo: 1. (Interjeição) Muito bom! Exemplo: bi, tudo!

Turca marcada: 1. Pessoa briguenta e desprezível.

Turvo: 1. Pessoa ou momento estranho; pessoa de procedência ou situação consequência duvidosa.

U

Uma thurman: 1. Galera; pessoal; gangue; moçada; rapaziada; trupe; exemplo: vou sair com uma thurman nova.

Uó: 1. (Do bajubá) algo ou alguém ruim, feio, desagradável, desprezível, errado, equivocado, tudo que é ruim. "é uó!" começou como exclamação das travestis no rio, na década de 1980, e se instalou como frase obrigatória do vocabulário moderno.

Uoscar: 1. O mesmo que uó.

Urso: 1. Homossexual com excesso de peso e de pêlos; bicha gorda e peluda

Úrsula: 1. (SP) bicha que compra em lugar barato mas diz que foi em local caro; exemplo: compra artigos paraguaios na 25 de março e diz que é tudo do Morumbí, ou compra no Beco da Poiera/ Beco da gia e diz que é do Shopping Iguatemi.

V

Vagina: 1. Órgão sexual feminino; amapoa; aranha; buça; buceta; cona; gogóia; grilinha; lalaia; mapô; pacoteira; perseguida; piriquita; precheca; racha; tabaco; tcheca; vulva; xana; xavasca; xibiu; xoxota; durante a inquisição a igreja empregava os termos natura, assim como vaso natural.

Varejão: 1. Adjetivo que normalmente qualifica pessoas, sobretudo clientes, referindo-se àqueles que regateiam preço e que apalpm as travestis enquanto sondam as condições do programa.

Velcro: 1. O mesmo que carpete; pêlos pubianos da mulher; 2. Ato sexual lésbico

Vender peixe: 1. Paquerar, fofocar, entre outras ocasiões

Veneno: 1. Substância produzida por pessoas venenosas; palavras ou atos malignos dessas pessoas.

Vera: 1. Cocaína

Vera Boyola: 1. Bicha fina, metida a rica, adora fazer carão na boate.

Vício: 1. O homem com quem se fica amorosamente ou sexualmente, sem cobrar. “Fazer vício” significa namorar cliente, ou ficar com alguém durante as horas de trabalho.

Vicioso/a: 1. Travesti, cliente ou homens em geral que confundem relações sexuais profissionais com afetivas.

Vige-vige: 1. Forma pejorativa de tratamento de homossexuais masculinos que apresentam trejeitos.

Vilã: 1. Homossexual que se acha superior as demais pessoas, que gosta de fazer a linha rica, mal tratar e humilhar os outros.

Vô agarrar no MUCO dela: 1. Vou cair na porrada.

W

Watusi: 1. Mulher; 2. Bicha poderosa

Wonder woman: 1. Homossexual performático e iluminado

X

Xanã: 1. Cigarro.

Xaxé: 1. (Do bajubá) cocaína.

Xepó: 1. (Do bajubá) cafona; brega.

Xocreuza: 1. Passada, chocada.

Xoxação: 1. (SP) O ato de xoxar.

Xoxar: 1. (SP) Falar mal de alguém ou de alguma coisa; debochar; 2 (BA) comer alguém, transando.

Xuruca: 1. Variante de mixuruca.

Xuxa: 1. Bicha loira e velha que acha que arrasa entre os *tens*.

Xuxu: 1. Ver chuchu.

Y

Yvone⁷⁶: 1. Amiga falsa

Z

Zé mané: 1. Bobo; otário.

Zen-bundista: 1. O mesmo que zen-putista: pessoa que passa a imagem de calma e equilibrada, mas na surdina é chegada numa safadeza.

Zen-putista: 1. Pessoa zen da boca pra fora, mas na intimidade é só sexo; zen-bundista

Zoiúda: 1. Que tem os olhos grandes; invejosa.

Zoraide⁷⁷: 1. Bicha metida a clarividente; esotérica.

Zumbi: 1. Drogado demais; lesado.

⁷⁶ A expressão faz alusão à personagem de Yvone interpretada por Letícia Sabatella na telenovela brasileira Caminho das Índias, escrita por Glória Perez, que foi ao ar entre 19 de janeiro e 11 de setembro de 2009, produzida e exibida pela Rede Globo.

⁷⁷ A expressão faz alusão à personagem Zoraide interpretada por Jandira Martini na telenovela brasileira “O clone”, escrita por Glória Perez produzida e exibida pela Rede Globo entre 1 de outubro de 2001 à 14 de junho de 2002.